



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFH
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH

Gabrielly Bononi Miranda

Entre embates e alianças: um estudo sobre a política indigenista e a política indígena
em Mato Grosso (1845-1867)

Florianópolis/SC

2024

Gabrielly Bononi Miranda

Entre embates e alianças: um estudo sobre a política indigenista e a política indígena
em Mato Grosso (1845-1867)

Dissertação submetida ao programa de pós-graduação em
História da Universidade Federal de Santa Catarina para
a obtenção de título de mestre em História.
Orientadora: Profa. Dra. Juliana Salles Machado Bueno
Coorientador: Prof. Dr. Eder da Silva Novak

Florianópolis/SC

2024

Miranda, Gabrielly Bononi

Entre embates e alianças: um estudo sobre a política indigenista e a política indígena em Mato Grosso (1845-1863) Gabrielly Bononi Miranda ; orientadora, Juliana Salles Machado Bueno, coorientador, Éder da Silva Novak , 2024.

132 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2024.

Inclui referências.

1. História. 2. Aldeamentos,. 3. Política Indígena. 4. Política Indigenista. 5. Mato Grosso. I. Bueno, Juliana Salles Machado. II. Novak , Éder da Silva . III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. IV. Título.

Gabrielly Bononi Miranda

Entre embates e alianças: um estudo sobre a política indigenista e a política indígena em Mato Grosso (1845-1867).

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 28 de maio de 2024, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Maria Celma Borges
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Prof. Dr. Tiago Kramer
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em História

Insira neste espaço a
assinatura digital

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Insira neste espaço a
assinatura digital

Profa. Dra. Juliana Salles Machado Bueno
Orientador(a)

Florianópolis/SC

2024

Aos meus pais, Júlio e Edilaine – a ressignificar nossa
história, e a minha irmã, Sophia.

AGRADECIMENTOS

Um trabalho acadêmico, apesar de solitário em sua escrita, conta com pessoas ao entorno do pesquisador. Primeiramente, agradeço ao Pai, ao Filho e ao Espírito Santo por cada capacitação, sustento e auxílio que foi realizado em minha jornada, sem as mãos de Deus sobre minha mente esse trabalho não teria sido possível.

Agradeço aos meus pais, Júlio e Edilaine, por todo suporte e apoio necessário durante esses anos de pesquisa, sem o investimento físico e emocional de vocês também não teria sido possível concluir a graduação e muito menos esse processo de mestrado, também agradeço por todo o interesse em minha pesquisa, mesmo não sendo da área de estudo de vocês, e por todos os momentos de oração e jejum pela minha vida e por esse trabalho. O exemplo de vocês me motivou a estar aqui e sempre me incentivaram a estudar o que eu quisesse, confiando que eu era mais do que capaz de realizar qualquer feito.

Agradeço a minha família, as Bononis, em especial as minhas tias, Luci, Lucimar e Meire, que cotidianamente me faziam perguntas mesmo sem compreender o que eu estava fazendo ou a temática dessa pesquisa, mas que para limpar minha mente e me ajudar a focar sempre faziam indagações, e também sempre oraram por mim e por esse processo de mestrado. Também agradeço ao meu querido Gustavo que dia após dia dividiu o processo comigo, ouviu inúmeras vezes sobre minhas dificuldades e tentou auxiliar de todas as formas possíveis, mesmo sendo de outra área, me deu apoio e incentivo, sempre acreditando que eu era capaz.

Agradeço a minha avó, Hilda, que apesar de não ter estudado, sempre se interessou pela minha vida acadêmica, fazendo muitas perguntas sobre a história, os povos indígenas e a temática dessa pesquisa. Sempre me incentivou a estudar, me levou a escola muitas vezes enquanto criança e se alegrou comigo quando me formei na faculdade e quando adentrei a pós-graduação. Me deu exemplo e disse que estudar era a melhor opção, e que somente seria possível haver um futuro por meio do estudo.

Um agradecimento especial a minha irmã, Sophia, que é a luz e o amor da minha vida, e o motivo pelo qual dia após dia eu continuo a realizar qualquer tarefa, pois quero ser o maior incentivo e o maior exemplo para ela. Sem suas perguntas, seus abraços, suas piadas e seu consolo, não teria sido possível realizar qualquer trabalho. O estudo é a chave para tudo nesta vida e sei que você irá avançar ainda mais longe do que eu.

Agradeço as minhas amigas, mas especialmente às do Quarteto Fantástico, Ingrid, Milena e Daniella, que dia após dia me incentivaram a prosseguir e me levaram para os treinos de Crossfit, que descansaram minha mente. Em especial agradeço a minha querida Dani, que

esteve mais próxima e viu de perto o quanto esse processo foi difícil para mim e impulsionou a não retroceder e desistir. Agradeço as minhas colegas que desde a graduação estão comigo e incontáveis vezes leram meus textos, fizeram apontamentos e correções, auxiliando a lapidar o trabalho. Também agradeço aos colegas do Mestrado, do LEIA e da rede Yãné da UFSC que nas reuniões, mesmo que virtuais, auxiliaram com suas considerações.

Agradeço a professora Maria Celma Borges que desde a graduação tem me auxiliado na vida acadêmica com correções de texto, conversas e indicações de leitura, e participou da banca de qualificação e defesa, fazendo apontamentos fundamentais, juntamente ao professor Tiago Kramer, a quem também deixo minha gratidão. A minha orientadora Juliana Salles e ao meu coorientador Éder Novak que foram chaves fundamentais em todo o processo de escrita, lendo este texto incontáveis vezes, realizando indicações bibliográficas fundamentais, diversas reuniões de esclarecimentos de dúvidas e tanto mais que tonaram um processo tão difícil bem mais maleável.

Por último, agradeço ao Programa de pós-graduação e a UFSC, que acreditaram no meu trabalho desde o início e, mesmo em meio ao contexto pandêmico e a distância que se seguiu, forneceu todo o aporte burocrático necessário.

A civilização chamava aquela gente de bárbaros e imprimiu uma guerra sem fim contra eles, com o objetivo de transformá-los em civilizados que poderiam integrar o clube da humanidade. Muitas dessas pessoas não são indivíduos, mas “pessoas coletivas”, células que conseguem transmitir através do tempo sua visão de mundo. (Ailton Krenak, 2019).

RESUMO

No decurso do oitocentos no Brasil ocorreram intensos debates sobre o que seria a civilização da Nação e o papel da catequese nesse processo. Tal perspectiva se aplicava a várias instâncias do nascente Império, especialmente à política indigenista voltada para as populações indígenas brasileiras. No período em questão, diversos foram os debates sobre quais deveriam ser as ações tomadas pelo governo e pela sociedade para com esses povos - se “exterminados” ou “assimilados” à sociedade geral brasileira, e se esse processo seria “brando” ou “violento”. Para o projeto assimilacionista surgiram as políticas de aldeamento, espaços em que os indígenas eram “confinados” a fim de receberem o que se considerava ser uma “educação adequada”, ou seja, a catequese, e assim se tornarem “civilizados”. O objetivo dessa pesquisa consistiu em analisar historicamente como as políticas indigenistas, por um lado, e indígena, por outro, conformaram dois aldeamentos na Província de Mato Grosso, nos anos de 1845 e 1864: o de Nossa Senhora do Bom Conselho, em Albuquerque, e a Aldeia Normal de Miranda, em Miranda. Ao longo da pesquisa, procuramos compreender como se deu a construção de tais aldeamentos, quais etnias estavam presentes e o que as motivou a realizarem uma política de alianças e/ou resistência ao residirem nesses espaços sociais, bem como refletir sobre outras formas de ações políticas desenvolvidas na relação entre os indígenas e a sociedade Imperial.

Palavras-chave: Aldeamentos Indígenas; Povos Indígenas; Política Indigenista; Mato Grosso.

ABSTRACT

Throughout the nineteenth century in Brazil, intense debates took place regarding the definition of the Nation's civilization and the role of catechesis in this process. This perspective applied to various instances of the emerging Empire, especially in indigenous policies aimed at Brazilian indigenous populations. During this period, there were numerous debates about the actions that should be taken by the government and society towards these peoples - whether they should be "exterminated" or "assimilated" into Brazilian society at large, and whether this process should be "gentle" or "violent". For the assimilationist project, policies of settlement emerged, spaces where indigenous peoples were "confined" in order to receive what was considered "proper education", namely catechesis, and thus become "civilized". The aim of this research was to historically analyze how indigenous policies, on one hand, and indigenous responses, on the other, shaped two settlements in the Province of Mato Grosso, in the years 1845 and 1864: Nossa Senhora do Bom Conselho in Albuquerque, and the Normal Village of Miranda in Miranda. Throughout the research, we sought to understand how the construction of these settlements occurred, which ethnicities were present, and what motivated them to engage in a policy of alliances and/or resistance while residing in these social spaces, as well as to reflect on other forms of political actions developed in the relationship between indigenous peoples and Imperial Society.

Keywords: Aldeamento; Indigenous People; Indigenist Politic

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa histórico do Mato Grosso no século XIX	12
Figura 2 – Mapa da localização das cidades de Albuquerque e Miranda no Sul de Mato Grosso onde se localizavam os aldeamentos	35
Figura 3 – Mapa da localização dos Aldeamentos de Nossa Senhora do Bom Conselho e da aldeia normal de Miranda	36
Figura 4 – Mapa contendo a delimitação das fronteiras com os rios Paraguai e Jauru.....	48
Figura 5 – Tabela do DGI com informações gerais dos aldeamentos	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Informações do DGI sobre os aldeamentos na Província de Mato Grosso.....	57
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APMT – Arquivo Público de Mato Grosso

ACBM – Acervo Casa Barão de Melgaço

CRL – *Central for Research Libraries*

DGI – Diretoria Geral de Índios

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

SESAI – Secretaria Especial de Saúde Indígena

Sumário

INTRODUÇÃO	1
1 DELINEARES IMPERIAIS: A POLÍTICA INDÍGENA E A POLÍTICA INDIGENISTA NO OITOCENTOS	7
1.1 O DESENVOLVER DA POLÍTICA INDÍGENA E INDIGENISTA NA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO	12
1.2 FACETAS DA POLÍTICA INDIGENISTA EM MATO GROSSO: OS ALDEAMENTOS	25
1.3 FACETAS DA POLÍTICA INDIGENISTA E INDÍGENA EM MATO GROSSO: AS BANDEIRAS	33
2. A BRANDURA DOS ALDEAMENTOS, OS ALDEAMENTOS DA BRANDURA: UMA ANÁLISE DO ALDEAMENTO DE NOSSA SENHORA DO BOM CONSELHO E DA ALDEIA NORMAL DE MIRANDA	39
2.1 OS GUANÁ E SEUS SUBGRUPOS: KINIKANÁU, LAIANA E TERENA	41
2.2 O ALDEAMENTO DE NOSSA SENHORA DO BOM CONSELHO	53
2.3 A ALDEIA NORMAL DE MIRANDA	68
3 POLÍTICA INDÍGENA NA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO: ENTRE “CORRERIAS”, ACORDOS E ALIANÇAS	76
3.1 PROTAGONISMO INDÍGENA	77
3.2 POLÍTICA INDÍGENA X POLÍTICA INDIGENISTA	80
3.3 AS “CORRERIAS”: MORTES, ROUBOS, INCÊNDIOS E PERSEGUIÇÕES COMO AÇÕES POLÍTICAS FACE À COLONIZAÇÃO	95
3.4 A PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NA GUERRA CONTRA O PARAGUAI: A POLÍTICA INDÍGENA EM DEFESA DE SEU TERRITÓRIO	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
FONTES	110
REFERÊNCIAS	113
ANEXO A – Imagem das fontes da Diretoria Geral de Índios	116
ANEXO B – Mapa do SESA/MS das populações indígenas em Mato Grosso do Sul na atualidade	117
ANEXO C – Foto dos indígenas Guaná por Hércules Florence na expedição Langsdorff (1825-1829)	118

INTRODUÇÃO

A catequese e civilização dos indígenas é sem dúvida um dos mais importantes deveres que o ato adicional cometeu as Assembleias Provinciais, cumulativamente com a Geral e ao Governo; mas não deve-se entender, como até aqui, que essa tarefa reduz-se simplesmente a domesticar os índios, e torna-los imperfeitos cristãos, abandonando-os para si mesmos, é necessário demais fixa-los na vida civil (...)” (Jardim, 1845, p. 27 - APMT)¹.

Partindo da fala do então presidente da Província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, durante o ano de 1845, é possível perceber a forma como o governo provincial e até mesmo o imperial, se referiam as populações indígenas na região central do Brasil. O objetivo era realizar a “domesticação” desses sujeitos, assimilando-os à população geral do Império, afinal dessa forma haveria mais súditos para a ocupação dessa região fronteira e para prestação de serviços ao governo. A fronteira foi objeto de inúmeras questões de litígio com os domínios espanhóis ao longo da história do Mato Grosso, e o projeto assimilacionista para com os povos indígenas da região, ao mesmo tempo em que garantia a ocupação brasileira, eximia o governo da demarcação e separação de terras tradicionais, pois, como Cunha (2012, p. 56) salienta, durante o século XIX a questão indígena deixa de ser essencialmente uma questão de mão de obra para se tornar uma questão de terras.

A pesquisa que dá origem a dissertação “Entre embates e alianças: um estudo sobre a política indigenista e a política indígena em Mato Grosso (1845-1867)” se centrou na análise dos aspectos políticos acerca da história indígena no Brasil Imperial, com foco para a política de aldeamentos, entre os anos de 1845 e 1864, na província de Mato Grosso. O estado do Mato Grosso possuía no período diversos aldeamentos, contudo, para esta pesquisa foram selecionados dois em específico para análise, sendo eles o de Nossa Senhora do Bom Conselho, em Albuquerque, e a Aldeia Normal de Miranda, em Miranda, ambos localizados no atual estado do Mato Grosso do Sul. A escolha desses dois em específico se deu por serem considerados pelas entidades governamentais como os de maior “sucesso” na província. Portanto, procurei compreender as motivações que levaram, por um lado, o governo a atribuir tal designação a esses espaços, e, por outro, o que teria levado os indígenas a adentrarem e permanecerem nestes aldeamentos. Os aldeamentos eram ocupados por diversas etnias, sendo

¹Discurso recitado pelo exmo. Presidente da província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 1º de março de 1845 – APMT.

que os dois locais em questão eram pertencentes à grupos Guaná, sendo estes os Terena, os Kinikanáo e os Laiana².

A escolha por essa temática proveio inicialmente da minha pesquisa de Iniciação Científica Voluntária durante a graduação, em que propus analisar o conceito de civilização, o Regulamento de Missões e a questão de terras aplicada a região sul de Mato Grosso e as implicações destas sobre as populações indígenas, procurando compreender a adesão e as consequências desses mecanismos políticos. A partir desse estudo, conheci de forma breve a política de aldeamentos e me interessei em aprofundar a pesquisa no Mestrado, centrando-me nestes espaços, procurando compreender como se deram e quais foram os interesses dos indígenas que ali estiveram, bem como de quais formas aqueles que não desejaram manter relações de proximidade e “amizade” com o governo construíram sua política de resistência.

A escolha para o recorte temporal se deve ao ano de 1845 marcar a promulgação do decreto nº 426 de 24 de julho de 1845³, denominado como “Regulamento de Missões acerca da catequese e civilização dos índios”, que é um marco importante na construção da política indigenista no Brasil, por ser a única legislação geral propriamente indigenista do Império (Cunha, 2012) e por regulamentar a administração dos aldeamentos, que é nosso objeto de análise nesta pesquisa. O recorte temporal final de nossa análise, de 1867, está relacionado à guerra do Paraguai, pois os dois aldeamentos analisados são afetados pela guerra contra o Paraguai e não conseguem se reestruturar após o conflito.

Para analisar os aldeamentos do Mato Grosso no oitocentos utilizei os Relatórios e as Correspondências da Província de Mato Grosso, que me permitiram ter uma perspectiva específica da Província e dos dois aldeamentos supracitados, sendo muitas das correspondências trocadas escritas entre os freis capuchinhos, diretores gerais dos aldeamentos e particulares em geral, que trabalhavam também nesses espaços, Diretoria Geral de Índios (DGI) e os Presidentes da Província. Tal repertório de fonte me permitiu acessar um detalhamento de informações internas dos aldeamentos, como: quantas pessoas residiam nela, quem estava apto ao trabalho, quantos meninos e meninas estavam nas escolas, quais os ofícios desenvolvidos, dentre outros pontos, todos atendendo aos critérios do Regulamento de Missões, que apesar de não ser o objetivo de análise deste trabalho, a perpassa e tem suas grandes contribuições para o debate.

Essa tipologia de fonte foi utilizada devido à dificuldade em encontrar produções de autoria das próprias populações indígenas feitas durante o período colonial e imperial, já que esses

² As designações de etnias foram apontadas conforme apresentadas nas fontes históricas analisadas.

³ Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/387574/publicacao/15771126>.

povos possuíam uma forma diferente de entender e propagar a história, baseada principalmente na oralidade (Sharpe, 1992, p.42;47). Entretanto, foi na tipologia das fontes escritas que procurei ler em suas entrelinhas, buscando a perspectiva indígena acerca dos fatos históricos do período. Por exemplo, algo muito presente nos Relatórios é a acusação acerca da “forma hostil” que algumas etnias indígenas agiam, queimando fazendas e casas, assassinando pessoas, praticando roubos, dentre outras atitudes que eram colocadas como de “selvageria”. Coube-nos nesta pesquisa indagar a essas fontes se essas atitudes “bárbaras” não seriam formas de resistência contra a entrada constante do “estranho” (Martins, 1993), invadindo terras tradicionalmente habitadas por povos indígenas. Desse modo, a história à contrapelo, como diz Benjamin ao sugerir que “não há documento da cultura que não seja ao mesmo tempo documento da barbárie” (1991, p. 157), se fez presente durante a reflexão com as fontes. Ao passo que se faz necessário realizar o que Bloch (2001, p. 79-80) defende como método crítico e investigativo, fazendo com que estas falem para além da oficialidade.

Acerca do tratamento das fontes e sua catalogação, as leituras dos Relatórios foram feitas a partir da pesquisa dos seguintes termos: índio, indígena, catequese e civilização no site *Center for Reaserch Librarians⁴*, na aba de Relatórios Provinciais de Mato Grosso. As Correspondências estão presentes no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), localizado na cidade de Cuiabá/MT, e foram digitalizadas pelo próprio arquivo e enviadas para mim por meio de solicitação via *e-mail*, no contexto de pandemia do COVID-19, vigente durante grande parte da pesquisa, quando não foi possível visitar fisicamente o arquivo. As correspondências foram lidas em sua íntegra e transcritas para um documento *Word*. Portanto, utilizamos nas citações diretas das fontes o modo *ipsis litteris*, a fim de preservar o linguajar do período. Observa-se também a pesquisa em fontes digitalizadas disponibilizadas no Arquivo Casa Barão de Melgaço, em Cuiabá – MT.

A partir dos apontamentos centrais, diversas indagações surgiram com a leitura e análise das fontes. A primeira delas era como as populações indígenas chegaram aos aldeamentos? Sua entrada foi pacífica/voluntária ou não? Como reagiram a intervenção religiosa em suas terras? Nesse sentido também cabe-nos indagar quantas etnias estavam aldeadas em Mato Grosso e como era a organização social desses aldeamentos? Quantas dessas etnias foram deslocadas de seus territórios originários e onde foram realocadas? Foram realocadas juntamente com outras etnias? A província possuía um desejo em “assimilar” essas populações aldeadas, inserindo-as na sociedade em geral? Se sim, quais seriam as intenções

⁴Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/170#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-893%2C-337%2C3448%2C2432>

para tal proposta? As resistências às tentativas de processos civilizatórios estavam ocorrendo de quais formas? Qual foi o impacto do Regulamento na vida desses povos e no tratamento para com essas populações? Quais foram as ações das populações indígenas frente a tais acontecimentos?

Na historiografia, até a década de 1980, a história dos povos indígenas no Brasil era resumida a uma crônica da extinção, narrando como sujeitos habitantes de um passado longínquo ou em uma floresta distante, sofreram com as tentativas de aculturação ou dizimação de suas etnias. Parecia prevalecer, em meio aos escritos dos historiadores, duas noções fundamentais: a exclusão dos indígenas enquanto legítimos sujeitos históricos e que os povos indígenas são populações em vias de desaparecimento.

As ciências humanas por muito tempo se via procurando classificar determinadas etnias, grupos, classes e outros segmentos como “estranhos”, procurando estudar e compreender as características de sua integração dentro da sociedade branca e dominante (Martins, 1993, p.12). Tais ideias, dificultaram a compreensão dos múltiplos processos de transformação étnica desses povos na atualidade, como apontava Monteiro (2001, p.4). Felizmente, esse quadro tem se alterado devido ao intenso esforço de antropólogos, historiadores, arqueólogos e linguistas, que tem elaborado uma “nova história indígena”, desde a década de 1990.

Consoante a tais perspectivas que tem surgido dentro da história, especificamente dentro do segmento da História Social, temos a perspectiva da “história vista de baixo”, abordagem teórica e metodológica proposta por Jim Sharpe (1992), que consistia em dar destaque àqueles que estão fora das elites, aqueles que não foram valorizados na história tradicional, que partia sempre do ponto de vista dos “vencedores”, “colonizadores”. A perspectiva de Sharpe se fez presente na pesquisa, procurando protagonizar as populações indígenas da região de Mato Grosso enquanto agentes históricos de sua própria história.

Durante muito tempo a produção historiográfica concernente a história dos povos indígenas no Brasil se resumia a um isolamento desses sujeitos ao passado e a uma ideia de primitivismo, como pode-se notar a partir das considerações dos historiadores e outros teóricos nas páginas da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em textos que se centravam em torno da desqualificação dos povos nativos da América enquanto participantes da história. Vistos como povos sem futuro, a política indigenista que despontava no Império apresentava esses limites para sua existência (Monteiro, 2001, p.3).

Monteiro aponta que, no século XIX, as populações indígenas foram objetos de intensos debates, em especial em torno daqueles que eram a favor da assimilação desses sujeitos

à sociedade chamada civilizada e aqueles que eram a favor da sua exclusão e até da sua dizimação. O autor salienta que esses conflitos foram intensificados com a implementação de Diretorias no ano de 1840 e o apoio do Império aos missionários capuchinhos (Monteiro, 2001, p.4). Esses debates estavam presentes também na revista do IHGB, de modo que se pode notar a importância em estudar a classe intelectual brasileira daquele século, já que influenciavam a forma de pensar das elites e dos governos provinciais, o que repercutiu na constituição da política indigenista do século.

Ao tratar da necessidade da inclusão dos indígenas enquanto protagonistas e não apêndices na história brasileira, Monteiro (1994, p.198) salienta que “páginas inteiras da história do país serão reescritas, e ao futuro dos índios reservar-se-á um espaço mais equilibrado e quem sabe mais otimista”. Ao revisar e reescrever a história a partir do protagonismo desses sujeitos, deixando de lado as perspectivas romantizadas, a crônica da extinção, a passividade irreal, dentre outros aspectos estigmatizadores, compreendemos melhor não apenas a história indígena profunda e diversa no Brasil, mas também a formação da nação brasileira, assim como contribuímos para as novas políticas de afirmação identitárias e reivindicação de direitos dos povos indígenas na atualidade, auxiliando na construção de uma visão desses sujeitos enquanto agentes históricos, protagonistas de sua própria história.

Cabe destacar que, ao longo da coexistência entre as populações indígenas no Brasil e a sociedade não indígena, desde o início da invasão e colonização portuguesa até a contemporaneidade, a narrativa construída acerca dos povos originários optou por negar e/ou os ausentar de sua própria História e suas realidades em seus territórios, assim como sua contribuição na formação da nação brasileira. Gomes (2018, p.16) destaca que o pensamento e escolha decolonial tem como expectativa e objetivo afirmar uma nova possibilidade para as visões e construções de narrativas da História dos povos indígenas no Brasil. Mais do que extirpar o aspecto colonial, é necessário buscar na reconstrução de histórias silenciadas, subjetividades reprimidas, conhecimentos subalternizados pela ideia de racionalidade definida pelo eurocentrismo (Gomes, 2018, p. 16).

Esta dissertação se organiza em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, partimos de um debate historiográfico acerca da constituição do Império do Brasil, o impacto da vinda da Corte e as modernizações e civilizações propostas pelas elites, que impactaram diretamente os povos indígenas naquele contexto. Para tal, utilizei de autores como Jurandir Malerba, José Doin, Maria Odila Dias, Patrícia Sampaio, Manuela Carneiro da Cunha, entre outros. No primeiro tópico desse capítulo, o foco foi em um debate acerca da política indigenista e indígena estabelecida na província de Mato Grosso, analisando

brevemente o surgimento e a composição da província para então procurar compreender as políticas e sua aplicação na região, elencando ainda as duas principais formas de política desenvolvidas no período: a dos aldeamentos e a das bandeiras, procurando diferenças e similaridades entre as duas vertentes. Para tanto, utilizei autores(as) como Fernanda Sposito, Claudio Vasconcelos, Lylia Galetti, Adalto Ferreira Junior, Marta Amoroso, dentre outros.

No segundo capítulo, o foco se direcionou em aprofundar a análise da política de aldeamentos, focando no de Nossa Senhora do Bom Conselho, localizado em Albuquerque e na Aldeia Normal de Miranda, localizada em Miranda, interpretados como os de maior “sucesso” pelo governo na província de Mato Grosso e que estiveram sob a administração do frei Mariano de Bagnaia. Em um primeiro momento, foi realizada uma elucidação acerca das etnias presentes nesses aldeamentos, suas características, formações, territorialidades, práticas culturais e outros aspectos, também elencando o que os presidentes da província, *Diretores de Índios* e os freis diziam a respeito das mesmas. Posteriormente, fiz uma análise acerca da criação dos dois aldeamentos e sua administração, procurando compreender especialmente a *Diretoria Geral de Índios* a partir de seus relatos acerca de objetos enviados, sua forma de organização, os sujeitos presentes nos aldeamentos, como ocorreria a direção dos freis, os percalços para encontrar professores e mestres de artes, além das próprias ideias acerca da noção de “civilização”, utilizadas, e os processos que levaram ao fim desses aldeamentos. Como embasamento teórico e diálogo com as fontes, foram utilizados autores (as) como Marli A. Almeida, Verone da Silva, Eloy Terena Amado, dentre outros.

No terceiro e último capítulo foi analisada de forma mais profunda e específica a política indígena que se formou durante o oitocentos na província, observando a formação de alianças dos povos com o Estado, as redes estabelecidas entre etnias ou com não-indígenas da região, além das práticas mais incisivas, como os roubos, incêndios e mortes aos não-indígenas que ocupavam seus territórios, procurando compreender também a contraposição das duas formas de resistência e suas consequências para os povos envolvidos. Nesse capítulo também foi separado um tópico para realizar a exposição de uma breve participação dos povos indígenas da província na Guerra contra o Paraguai, pois, apesar de não ser foco dessa pesquisa, se faz importante por ter sido uma forma de realização da política indígena na região. Para este debate utilizamos autores (as) como Jorge Eremites, Claudio Vasconcelos, Adalto Ferreira Junior, Pierre Clastres, dentre outros.

1 DELINEARES IMPERIAIS: A POLÍTICA INDÍGENA E A POLÍTICA INDIGENISTA NO OITOCENTOS

O período do oitocentos no Brasil é um momento marcado por intensas transformações na sociedade, dentre elas, transformações na política indigenista desenhada pelo Império, como, por exemplo, a voltada para criação e manutenção dos aldeamentos, que são nosso objeto de análise. Manuela Carneiro da Cunha (2012, p. 56) aponta que o século XIX é heterogêneo, sendo o único que perpassa por três regimes políticos diferentes, sendo estes a Colônia, o Império e a primeira experiência de República. A autora também destaca que a política indigenista desenvolvida e promulgada durante este momento leva as marcas dessas disparidades políticas.

Em 1808, a então Colônia recebe pela primeira vez a presença do rei D. João VI e a corte portuguesa em suas terras, com a composição de aproximadamente 15 mil pessoas, dentre eles, burocratas, áulicos, diplomatas e outros, com o objetivo de uma fixação no território brasileiro, mesmo que provisoriamente (Alencastro, 1997, p.12). Tal acontecimento produziu profundas mudanças na composição política brasileira, que até então estava atrelada ao reino português e que, agora, passa por uma emancipação política, tornando-se sua sede provisória (Malerba, 1999, p. 7).

Malerba salienta que o acontecimento promoveu um impacto social com transformações urbanísticas, especialmente para a cidade do Rio de Janeiro, que veio se tornar sede do Império. Primeiramente porque ocorre um aumento populacional, o que gerou uma transformação urbana em sentido de crescimento da cidade a fim de abarcar o alto número de pessoas. Em seguida, passam a ocorrer outras mudanças a fim de corresponder às necessidades da elite portuguesa, que levou a criação da Biblioteca Real, a Imprensa Régia e o Teatro Real (Malerba, 1999, p. 10), tais edificações e instituições buscavam assemelhar mais o Brasil com o conhecido da Europa. Além dessas, a corte portuguesa investiu na construção de palácios, loterias e propriedades luxuosas (Dias, 1972, p. 21). Todas essas construções correspondiam em tentativas da elite para realizar uma “modernização” do Brasil, a almejada “civilização da colônia”, conceitos que perpassariam profundamente as estruturas brasileiras, com impactos profundos no tocante às populações indígenas.

É importante destacar que, nesse momento, Mato Grosso diferenciava-se do Rio de Janeiro de diversas formas, sendo importante ressaltar seu povoamento descentralizado, com o foco em Cuiabá e em Vila Bela; a grandeza do que eram vistas como “riquezas naturais”; a extensão territorial para a prática do cultivo; a existência de uma grande diversidade e

quantidade de populações indígenas, dentre outros. Por estar localizada no centro-oeste do Brasil, esta localidade foi foco da colonização em larga escala no fim do século XVII e durante todo o século XVIII, por meio dos bandeirantes paulistas em busca de ouro, como destaca Galetti (2012, p.46): “(...) essa imagem dos *Martírios*, refletindo a fama das montanhas reluzentes do sertão, que incendiara a imaginação dos homens”. Um trajeto incessante para as minas em Cuiabá começa já a partir de 1719. Neste momento, se tinha uma visão pelos intelectuais e governantes do período que esse “sertão” do império era um local em que haveria apenas populações indígenas antropofágicas e violentas, e que, portanto, sua “civilização” era necessária (Libânio; Freire, 2011), já que estas impediam o crescimento da Província de Mato Grosso.

Como destaca Dias (1972, p. 14), o Império no Brasil passou a ser visualizado como uma “tábua de salvação” para os acontecimentos em Portugal⁵. Tal fato ocorreria por meio de uma nova política comercial, que, para tanto, precisava reanimar os meios econômicos por meio de um processo entendido como modernização, algo que também ocorreria no aspecto social do novo império. A vontade de constituir o Brasil enquanto uma civilização aos moldes europeus nos trópicos era manifestada pelos portugueses enraizados no centro-sul, que tomaram para si a missão de reorganizar esse país. A sociedade que se formara nos séculos de colonização não tinha outra alternativa a não ser se transformar em metrópole ao início do século XIX. A vinda da corte “com o enraizamento do Estado português no centro-sul, dá início a transformação da colônia em metrópole interiorizada” (Dias, 1972, p. 18-19).

Para alcançar o progresso desejado pelas elites portuguesas dois conceitos balizavam os projetos implementados e perpassaram quase todos os aspectos da nação brasileira nesse momento: a modernização e a civilização. Com o objetivo de alcançar tal status, as políticas governamentais impulsionaram a derrubada das matas, levando à destruição e morte de posseiros e povos indígenas, decorrente da grilagem de suas terras nos denominados “sertões”, ou seja, a região central do Brasil (Doin *et ali*, 2007, p. 95). A década de 1850 é marcada pelos chamados avanços proporcionados pela cafeicultura, contexto em que o “rei café” trazia consigo a eletricidade, os tecidos finos, o calçamento nas ruas e palacetes, o teatro e cinema, dentre diversas outras novidades que iam surgindo em uma Europa pré-*Belle Époque* e que atendiam aos requisitos da modernização desejada pelas elites portuguesas no solo brasileiro (Doin *et ali*, 2007, p. 96).

⁵Durante o século XIX a Europa estava sendo assolada com as ideias propagadas pela Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas, que buscavam expandir o território francês e tornar a França uma grande potência.

A compreensão da noção de civilidade praticada pelas elites é de demasiada importância para essa pesquisa, devido ao conceito ter sido empregado também aos povos indígenas, implicando-os como a sua antítese, isto é, “primitivos” e que, portanto, precisariam ser civilizados e para isso também catequizados. A civilidade desejada poderia advir de diversos aspectos, sendo os principais a religião (o catolicismo) e o trabalho, seguindo as lógicas do capitalismo nascente, ou seja, com o objetivo de comercialização.

Entretanto, a civilidade buscada pelas elites era conservadora, pois estava vinculada a uma manutenção do poder elitista eurocentrado por meio da manipulação e da violência no meio rural (Doin *et ali*, 2007, p. 93). Não havia um interesse em alterar as bases sociais da nação, nem mesmo o aparato político, e isso pode ser notado pelo grande apreço à monarquia e ao regime escravista, que estava ruindo em diversas colônias latino-americanas, como podemos citar de exemplo o Paraguai, Bolívia, Argentina, dentre outros, mas que no Brasil permanece até ao final do século.

Vainfas (1999, p. 142) destaca que o ideal de civilização europeu estava frequentemente ligado ao ideal de progresso, avanço, dependente da criação de riqueza, manutenção da produção e da ordem do trabalho, algo que era consolidado pela indústria cafeeira. Tais ideias podem ser atreladas profundamente ao capitalismo que se aprofundava na Europa, priorizando a ordem do lucro e da riqueza, associando a ideia de civilização e modernização com o efeito de ter a acumulação do capital ou não.

No desenrolar do século XIX podemos notar uma forte tentativa do governo imperial em alterar a forma de organização dos povos indígenas, por meio de constantes agressões materiais e imateriais, para fins assimilacionistas. Frente a tais práticas, os povos indígenas resistiam, buscando assegurar seu direito à suas terras tradicionais e sua sobrevivência física e cultural (Almeida, 2012, p. 22). O conceito de assimilacionismo perpassou o Brasil imperial especialmente após a Independência, e consistia no objetivo de integrar o indígena, ou assimilá-lo, na sociedade geral brasileira, seja de forma tida como “branda”, como era a pretensão dos aldeamentos, ou de forma explicitamente violenta, como era o caso das expedições de apreensão denominadas de bandeiras (Almeida, 2012, p.28-29).

Outro ideal que estava atrelado a noção de civilização era a formação de uma identidade própria para a nova nação. No ano de 1822 o Brasil se torna independente de Portugal⁶ e a construção de uma nação é perpassada por discussões ao entorno da forma de

⁶ Após a queda de Napoleão, a população portuguesa reivindica o retorno de seu rei, e sob uma ameaça de deposição da monarquia, D. João retorna à Portugal, deixando seu filho D. Pedro I para governar, e devido as pressões internas das elites brasileira, o príncipe regente proclama a Independência do Brasil.

governo que nortearia a formação política que se projeta, assim como diversos projetos e demandas relacionadas a sua implantação. A ideia dos primeiros agentes a governar o Império juntamente com D. Pedro era de construir uma civilização de grande porte inspirada na Europa do início do século XIX (Angelo, 2015, p. 32).

Nesse momento, inúmeras propostas políticas para a nação eram influenciadas pela Europa e pela América Espanhola (Angelo, 2015, p. 31). Desse modo, D. Pedro I tinha a tarefa de contemplar tais interesses e mediar elementos, não apenas dos que estavam exercendo a força política, mas também daqueles que desejavam se ver representados por meio dessa política. Importante destacar que nem todas as pessoas eram consideradas “habilitadas” para exercer e discutir a política, e havia uma parcela muito pequena que detinha o direito de eleger os seus representantes.

Carvalho (2007, p. 11) salienta que a mais óbvia relação entre os cidadãos e o Estado está relacionada justamente a participação política. Ou seja, aqueles que se enquadravam nesse espectro desfrutavam do poder político e/ou econômico, sendo atribuídos a cidadania brasileira, enquanto as classes menos favorecidas, sendo os escravizados, pobres, camponeses, indígenas, dentre outros, não teriam, segundo os primeiros, a capacidade de decisão e deveriam ser “tutelados” (Angelo, 2015, p. 32).

Acerca da tutela, vemos essa imposição com mais força para os diversos povos indígenas que estavam no Brasil. Desde a América portuguesa há essa condição social indefinida aplicada a essas populações, de forma que, durante o Império, com a promulgação da Constituição em 1824, houve a exclusão desses sujeitos na carta da lei. Ademais, continuava a noção de uma suposta necessidade de “civilizar o índio”, “dessa vez sob à ótica de um país que também se queria “civilizado” aos moldes europeus” (Angelo, 2015, p. 41). O autor aponta que o Império brasileiro realizava uma desqualificação da cultura indígena e tentava incutir um suposto apreço pelas leis, entretanto, muitos atuaram de forma contrária, demonstrando que sua cultura era forte para se impor diante daquilo que era defendido pelas autoridades, num processo em que ambas as partes de modificariam (Angelo, 2015, p. 41).

Guimarães (1988, p. 6) acerca desse movimento salienta:

No movimento de definir-se o Brasil, define-se também o 'outro' em relação a esse Brasil. Num processo muito próprio ao caso brasileiro, a construção da ideia de Nação não se assenta sobre uma oposição a antiga metrópole portuguesa; muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa (Guimarães, 1988, p. 6)

Desse modo, podemos concluir que, a partir de 1822, há uma intensificação na necessidade de se definir a Nação brasileira, porém uma que não fosse oposta a Portugal, especialmente considerando que havia um português no governo do Império, mas que, ao mesmo tempo, definisse alguma representatividade da ideia da civilização desse “Novo Mundo” (Guimarães, 1988, p. 7). Angelo (2015, p. 39) aponta que no projeto de construção da nação foram desconsideradas as camadas populares nos negócios políticos, ou seja, aqueles que “internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: indígenas e negros” (Guimarães, 1988, p. 7).

O projeto de nação deveria se pautar em uma unidade territorial, política, ideológica e cultural, dentre as quais podemos citar como exemplos: criar a língua nacional, uma literatura unificada do Brasil e representações literárias de pessoas e cidades; a historiografia, festas, símbolos, dentre outros (Carvalho, 2007, p. 11). Isso era dificultado devido à pluralidade étnica e cultural do país. Almeida (2012, p. 27) destaca como “a enorme diversidade de populações indígenas no território brasileiro dificultava não só a aplicação de uma política de caráter geral, como também a construção de uma única imagem de índio condizente com os ideais da nova nação (...)”.

Monteiro (2001, p. 131) evidencia que havia nesse período uma dificuldade em equilibrar a necessidade de valorização de uma história propriamente brasileira, ou seja, dos antecedentes indígenas, do caráter mestiço, com o desejo de ser um país civilizado. Desse modo, se fazia necessária a construção de uma narrativa de homogeneização da população, função de políticos e intelectuais, a partir da qual vemos a intensificação de um discurso assimilacionista para com os povos indígenas, defendido grandemente por José Bonifácio. A fim de valorizar uma história brasileira, o sujeito escolhido para representar o passado da nação nascente foi o “índio”, entretanto, em uma perspectiva romantizada e idealizada, relegada a um passado superado, que não representava o presente e o futuro da nascente nação.

A visão criada pelo Estado no pós-independência poderia ser vista, por exemplo, nas obras literárias do período, como podemos notar em “Iracema” e “O Guarani” de José de Alencar. Em ambas as obras, o indígena é um ser que anseia se aproximar dos brancos, viver na sociedade e abandonar suas características culturais e sociais (Almeida, 2007, p. 27-28). Tais ideias eram aguardadas e ansiadas pelos governos do país em relação às populações originárias.

Quando analisamos tal perspectiva perpassante do ideário elitista do Brasil oitocentista, podemos notar que o anseio era tornar “o índio” real nessa versão literária romantizada, pois ela atendia de melhor forma os ideários civilizacionais, pois neste projeto a cultura indígena se manteria localizada no passado, e o sujeito do presente se tornaria “quase”

um branco, falante da língua portuguesa, católico, produtor comercial, tendo sido “salvo” pelo branco. Entretanto, este objetivo encontrou dois problemas: o primeiro residiu na transformação da imagem de “selvageria” até então recorrente entre a sociedade brasileira, pois o indígena ocupava terras desejadas à colonização, ameaçava os colonos, recusava o trabalho imposto e lutava pela conservação de sua aldeia, de seu modo de vida e de seu território, ou seja, era – e é – um sujeito político ativo que resistia ao projeto imposto a eles, tendo sua própria perspectiva e lutando por ela. O segundo problema era justamente que essa imagem de “índio manso” (Almeida, 2012, p. 28), apresentava uma perspectiva completamente diferente do “índio” real, dos mais diversos povos indígenas que ocupavam os sertões brasileiros, incluindo a região de nosso recorte de estudo, a província de Mato Grosso, como destaca Ferreira Junior (2015, p. 5-6).

Tal perspectiva de “selvageria” com relação aos povos indígenas do Mato Grosso foi evidenciada no Relatório Provincial feito pelo presidente Augusto Leverger, em 1851:

Há pouco, os indomados índios Coroados cometeram algumas mortes, depredações e tentativas de incêndio em estabelecimentos rurais vizinhos do rio s. Lourenço. Os Cabixis, habitantes das margens do Rio Galéra, atacarão um engenho distante tão somente sete léguas da cidade de Mato Grosso. Estes mesmos índios, e os Maibarés fazem quase todos os anos estragos nos arrayaes do distrito daquela cidade. Em dezembro último os Barbados, que vagam pela margem direita do alto Paraguai, atacaram um particular que descia acompanhado com sua família da Vila do Diamantino para a Vila Maria, e conseguiram flechar cinco pessoas da comitiva (Leverger, 1851, p. 6 - APMT)⁷

É possível evidenciar que os indígenas não eram sujeitos passivos, como a visão “romântica” sobre eles queria fazer crer, eles sabiam de seus direitos de “donos da terra”, e por essa razão eles resistiam, lutavam. As práticas chamadas de “selvageria”, mencionadas como derivadas dos indígenas chamados de Coroados, por exemplo, na região mato-grossense, eram reações à invasão de suas terras quando da construção de estradas, roçados e vilas (Rezende, 1840, p. 15)⁸, de modo que não havia uma “hostilidade” gratuita, e sim uma forma de resistência.

1.1 O DESENVOLVER DA POLÍTICA INDÍGENA E INDIGENISTA NA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO

⁷Relatório do Presidente da Província do Mato Grosso, o capitão de fragata Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 10 de maio de 1851 – CRL/APMT.

⁸Discurso que recitou o Exmo. Snr. Dr. Estevão Ribeiro de Rezende, presidente da província de Mato Grosso, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1 de março de 1840 – CRL/APMT.

América Portuguesa por meio das investidas das monções e dos bandeirantes paulistas, que, com violência enquanto características, em busca de ouro e mão-de-obra indígena, subiam os rios alto-paraguaios (Costa, 2001, p. 997). Mato Grosso, descrito como “sertão”⁹ do Brasil, frequentemente tinha suas autoridades escrevendo e alertando sobre o perigo que os povos indígenas representavam para a ocupação local (Sposito, 2011, p. 53).

Durante o século XVIII, a então capitania de Mato Grosso é alvo de uma agressiva política de ocupação pelo reino português, que na tentativa de garantir os ricos territórios conquistados, fundou a Vila Bela da Santíssima Trindade para ser a capital da província. A dita Vila se encontrava em um ponto estratégico para assegurar a fronteira com a Bolívia, mesmo sendo um local descrito como insalubre¹⁰ e a capitania tendo grande parte de sua população em Cuiabá (Costa, 2001, p. 998). A colonização de Mato Grosso se dá a partir da conquista e defesa das fronteiras e com a localização de veios auríferos e diamantíferos, ambos partindo das terras e territórios indígenas, por isso podemos identificar relações diversas formas de alianças e conflitos entre os indígenas e colonizadores na região (Barros, 1989, p. 184).

A capitania foi alvo da famosa “Viagem filosófica”, realizada por Alexandre Rodrigues Ferreira no século XVIII. Nos anos em que ocorreu essa expedição, iniciada em 1783, a capitania era uma das mais importantes do Brasil conforme a avaliação dos demarcadores de limites portugueses, tanto por sua extensão quanto por suas “intactas riquezas naturais”, resguardadas por seus vastíssimos sertões. A base econômica estava na exploração mineral de ouro e diamantes, mas já havia algumas fazendas de gado em funcionamento, bem como engenhos de cana de açúcar e algumas poucas plantações de gêneros alimentícios voltados para a subsistência, que contavam com a mão de obra indígena para o plantio. A comunicação com o litoral ocorria por meio das vias fluviais e terrestres, todas longas, difíceis e perigosas, e que também contava com os indígenas como guias (Costa, 2001, p. 998), de forma que tanto nas atividades monçoeiras quanto nas mineradoras, é inegável a participação desses povos (Barros, 1989, p. 184). Apesar disso, os indígenas eram descritos como

⁹ A região conhecida como sertão estendia-se na direção oeste da Província de São Paulo, além da vila de Sorocaba, até os limites com os países de origem hispânica, descendo a sudoeste a partir da vila de Curitiba (Sposito, 2011, p.53). Para Galetti (2012, p. 31) o sertão designaria o lugar do desertor, do que sai da ordem, o terreno incerto, desconhecido e que não está entrelaçado ao conhecimento.

¹⁰ Vila Bela foi construída em um terreno alagadiço, por isso e por ser um local de foco para doenças, era considerada como insalubre. Em sua viagem, Ferreira faz uma descrição da capital, povoada com sete mil pessoas, tendo um traçado irregular, ruas retas e estreitas, sem calçamento, onde relata ter porcos que rolavam na lama. As casas eram retratadas como térreas, com paredes de “adobe dobrado” e “telhas vãs”; não tinha hospital ou “botica” (Costa, 2001, p.1002). Por meio dessas considerações do expedicionário e outros relatos, os que viviam ali eram apontados como sempre doentes, resultando em um número alto de mortes e consequente despovoamento.

“empecilhos” aos viajantes, visto que diversas etnias realizavam assaltos e perseguições como formas de afugentar os colonizadores que ocupavam cada vez mais intensamente as suas terras.

O presídio de Nova Coimbra foi construído em 13 de dezembro de 1755 no extremo sul, na fronteira sudoeste da capitania com o Paraguai (Barros, 1989, p. 188), em terreno de disputa com os espanhóis, sendo foco de preocupação dos governadores. O governador Luiz de Albuquerque foi quem havia ordenado sua construção, indicando esse local por ser onde o curso fluvial se estreitava. O posto militar deveria ter a função de garantir o caminho dos rios e um ponto de defesa contra os indígenas Guaicuru e Payaguá, que praticavam, sob o olhar dos colonizadores, ações violentas de resistência contra a província (Costa, 2001, p. 1005), além dessas, sua localização deveria impedir a fuga de negros e indígenas escravizados (Barros, 1989, p. 188). Esse presídio se tornará importante no decorrer dos séculos XVIII e XIX por sua proximidade com as populações indígenas Guaná, e até mesmo os próprios guaicuru, que posteriormente estabelecem relação de aliança após 1791. Esses indígenas viriam a realizar o abastecimento do forte e das vilas que se estabeleceram ao entorno.

Corradini (2006, p. 75) aponta que em 1822, a população da província de Mato Grosso era de 30 mil habitantes, estando 87% desses habitando Cuiabá e Vila Bela, apenas 20% dessa população era branca, o que do ponto de vista do projeto colonizador, prejudicava o assegurar das fronteiras, que haviam sido colonizadas por meio do litígio e não se encontravam plenamente garantidas (Barros, 1989, p. 185). Visando garantir a fronteira, o desenvolvimento e o crescimento da província, o governo imperial desejava realizar a ocupação da região com europeus, especialmente alemães, que eram vistos como mais produtivos e disciplinados. Entretanto, a condição climática era um problema, visto que era uma região quente e úmida, comparado ao clima europeu, o que dificultou os grandes processos de imigração. Outra questão era a presença de indígenas, descrita pelos moradores da região sertanista como um “problema de difícil solução” (Sposito, 2011, p. 53).

Devido à falta de pessoas não indígenas dispostas a ocupar o território, as populações indígenas locais passaram a ser os maiores alvos para a realização deste projeto de ocupação das fronteiras, pois a região que veio a ser o Mato Grosso já era seu território tradicional. As regiões fronteiriças são compreendidas como “espaços de encontros e confrontos envolvendo múltiplos atores, e não apenas soberanias políticas” (Bastos, 2021, p. 3). O caso de Mato Grosso está enquadrado em tal perspectiva, pois contou com diversos atores sociais e as fronteiras estabelecidas se fizeram para além da soberania de Portugal sobre Espanha, contemplando também disputas entre fronteiras culturais diversas.

Lydia Galetti aponta que a fronteira indígena cumpriu importante papel no esforço dos portugueses para transformar o espaço desconhecido em um território plausível, sendo essa a exigência primordial de qualquer projeto colonizador (Galetti, 2012, p. 33). Contudo, esses sujeitos não tinham as mesmas preocupações em proteger fronteiras de outros países, e, na ótica do estado, deveriam cumprir o trabalho de acordo com os moldes europeus¹¹ - o que impôs diversos desafios na ocupação colonial da região (Esselin; Vargas, 2015, p. 368).

A “indefinição” seria, dessa forma, um conceito constitutivo de ideia de sertão, expondo para a consciência europeia um espaço múltiplo e diverso. As representações sobre o sertão e seus habitantes iriam se caracterizar pela ausência (Galetti, 2012, p. 34) e os “naturais da terra”, dessa forma, ora serão descritos como terríveis vilões, responsáveis por mortes, depredações e insistentes obstáculos à conquista, ora serão colocados como elementos indispensáveis ao sucesso da colonização (Galetti, 2012, p. 36).

Dentre os diversos indígenas que habitavam a região, podemos destacar os Guarani Kaiowá e Nhandeva, os Mbya, os Guaicuru Kadiwéu, os Guaná e seus subgrupos, assim como os Terena, Laiana, Kinikanáo; dentre outros, desempenharam um importante papel neste processo de ocupação territorial nacional. Alguns, como os Guaná e seus subgrupos mantinham relações próximas com os colonos e militares que ocupavam aos poucos o território, em uma perspectiva de alianças para conseguir a posse de ferramentas dos brancos e de assegurar sua terra, modo de vida, vivências socioculturais, dentre outros aspectos.

Outros, como os Guaicuru Kadiwéu, Caiapó, os Coroados, os Guarayo¹², os Payaguá, dentre outros, tinham uma relação de distanciamento e de resistência ativa contra a invasão não-indígena. Os Guaicuru por muito tempo foram vistos como os responsáveis pela consolidação da feição de “sertão bruto e indevassado” aplicado ao Mato Grosso, representando valente resistência e obstáculo quase intransponíveis à colonização da região (Galetti, 2012, p. 43). A área que havia uma ocupação indígena com relação mais próxima aos colonos era o sul da província, no Forte Coimbra, local em que os comandantes estavam preocupados em aldear os indígenas do grupo Guaná, pois já residiam na região e dentre eles haviam sujeitos que prestavam serviços ao Forte (Esselin; Vargas, 2015, p. 368).

¹¹ O trabalho forçado indígena sempre esteve em conjunto com o trabalho escravo negro e também com as forças imigratórias, entretanto, por conta da visão do período de realizar a civilização da sociedade brasileira aos moldes europeus, especialmente franceses, o alvo da mão de obra era o imigrante, que ocupou essa região, mas em menores quantidades comparadas as outras províncias citadas.

¹² Tais denominações são utilizadas assim por estarem dessa forma também nas fontes, os Relatórios de Província e as Correspondências Provinciais.

Os indígenas podiam ser enquadrados como uma inestimável fonte de trabalho, riquezas, mulheres e informantes. Também dominavam as formas de percorrer os terrenos desconhecidos, evitando seus perigos e tirando o melhor proveito dos recursos naturais. Ao passo que também poderiam representar uma constante e perigosa ameaça devido a forte resistência que opunham aos intrusos. Ou seja, a presença indígena é um elemento fundamental na representação dos sertões brasileiros e na sua conquista. O debate e as ações estavam entorno de eliminar, subordinar ou incorporar esses sujeitos ao movimento de transformação do sertão mato-grossense em seu oposto (Galetti, 2012, p. 44).

A partir dessa premissa, surgem as políticas de aldeamento e “civilização”, especialmente porque no início do século XIX a situação econômica da província não estava propícia para o crescimento, o que fez o governo provincial visar ainda mais a força de trabalho indígena nas lavouras e fazendas. Era esperado pelo colonizador que os indígenas abandonassem suas práticas tradicionais, seus costumes, cultura, e tudo aquilo que remetesse a chamada “selvageria” (Cunha, 2012, p. 82-83). Na formação do nascente Estado brasileiro, o debate entre a assimilação e o extermínio se faz presente e se estenderá, especialmente na falta de uma legislação geral (Sposito, 2011, p. 55). Em Mato Grosso, quase a todo momento a administração provincial se divide entre esses dois espectros.

Na província de Mato Grosso, as práticas políticas se deram de forma a perseguir e castigar os indígenas tidos como “bravios”, “selvagens” e “arredios”, que nesta lógica precisavam passar pelo processo civilizatório e pela catequização, implementada pela política de aldeamentos. Os aldeamentos eram respaldados pelo Regulamento de Missões, criado e promulgado em 1845, sendo os missionários capuchinhos os “tutores” responsáveis por alcançar a “assimilação” dos indígenas em meio a sociedade geral do Império. Inicialmente essa ocupação das fronteiras se dava numa tentativa de assegurar-las geograficamente. Posteriormente, a assimilação foi também vista como uma forma de não haver mais a demarcação das terras indígenas (Almeida, 2012, p. 30-31), liberando-as para os latifúndios e obras do estado.

Diversas etnias desenvolveram diferentes formas de relacionamento com os colonos brancos, algumas de proximidade e algumas de afastamento. Como exemplo desse relacionamento mais próximo entre o indígena e o não-indígena Esselin e Vargas (2015, p. 370) citam as etnias Terena e Guaná, que eram tradicionalmente agricultores livres, autônomos e estavam em contato constante com os soldados alocados nas fronteiras. Partindo de seu constante contato, esses sujeitos adotaram práticas de cultivo e instrumentos mais produtivos dos não-indígenas, especialmente ferramentas como machados e facões que facilitavam o

cultivo da terra. Com o contato com as cidades próximas, estes povos se tornam os principais responsáveis pela produção agrícola de alguns núcleos da província, como Miranda e Corumbá.

Na região de Miranda ainda, os Terena e Laiana estavam presentes no aldeamento criado e dirigido pelo frei Mariano Bagnaia, missionário capuchinho. É importante destacar que diversas etnias indígenas, como as citadas acima, adotaram a vida nos aldeamentos como uma forma de alcançar o acesso à materiais, como facas, machados, dentre outras, além de uma forma de assegurar seu território e modo de vida em comunidade. Os indígenas em aldeamentos coloniais prestavam serviços à sociedade do entorno, cultivavam roças e abasteciam a vila. Na vila de Albuquerque, os Guaná também prestavam serviços à população local, na agricultura e em outras necessidades (Bossi, 1863, *apud* Esselin; Vargas, 2015, p. 370).

Contudo, nem todos os grupos étnicos que residiam na província possuíam essa relação de proximidade com o não-indígena. Tal ação variava conforme suas práticas culturais e interesses próprios, que ditavam a forma como iriam ou não formar alianças com as entidades estatais e não-indígenas em geral. Esse era o caso dos Guaicuru por exemplo, uma comunidade de caçadores, pescadores, coletores e horticultores com maior mobilidade, que necessitavam de um território maior para sua forma de organização social, e por isso já vinham desenvolvendo relações conflituosas com outras etnias antes mesmo do início do processo de colonização europeia, estabelecendo formas de dominação, casamentos, trocas, serviços, dentre outras, para garantir acesso a seu amplo território (Corradini, 2014).

Ao fim do século XVII, os Guaicuru se fixaram onde atualmente é o pantanal, localizado ao sul de Mato Grosso. Devido ao seu estabelecimento no local, passaram a combater constantemente os paulistas que estavam praticando *bandeiras* de aprisionamento e ocupação de seus territórios, e depois, durante o século XVIII, as monções em direção às minas de Cuiabá. Esses “ataques”, no cenário do século XIX, geraram insegurança, falta de suprimentos, fome e altas dos preços em Cuiabá, capital da província, o que afastava não indígenas que desejassem firmar residência, algo que, para o projeto do estado de ocupação da província, prejudicava seu avanço, partindo da ideologia dos presidentes. Desse modo, reforçou-se a visão de “bárbaros” aos indígenas da região, entretanto, é importante destacarmos que estes sujeitos eram os originários da terra, estando aquelas vilas e cidades sendo criadas em suas terras tradicionais. Tal cenário acirrava a disputa com o não indígena em relação à ocupação das suas terras. Após anos de disputa e resistência, a aproximação entre os Guaicuru e os luso-portugueses só se deu gradualmente conforme a ocupação da região sul mato-grossense, confirmado no Tratado de Paz e Amizade no ano de 1791 (Esselin; Vargas, 2015, p. 372).

Estabelecida a aliança entre os guerreiros Guaicuru e os colonos, estes passaram a se inserir e serem inseridos no contingente de conflitos, lutando a favor do Império, o que ocorreu principalmente durante o episódio da guerra contra o Paraguai. Entretanto, Ribeiro (1977, p. 82 *apud* Corradini, 2006, p. 81) destaca que “no curso da Guerra do Paraguai, os Guaicuru lutaram ativamente ao lado das tropas brasileiras, mas sempre independentes, como uma força a parte, movida por motivações próprias e exercendo a guerra ao seu modo”. A partir de tal citação é possível percebermos o desenvolvimento da política indígena consoante a indigenista na região.

Acerca do conflito em questão, se destaca uma intensa participação indígena. Eloy Terena Amado (2020, p. 62) evidencia que esse evento impactou diretamente as etnias Terena, Kinikanau e Guató, além dos já citados, Guaicuru Kadiwéu, e é conhecido pela perspectiva indígena como o “tempo do esparramento”. O autor Terena ainda enfatiza que tal participação na guerra é invisibilizada pelas autoridades provinciais, que não são mencionadas nos documentos oficiais, como os Relatórios Provinciais realizados nas Assembleias e em Correspondências entre os órgãos governamentais da província, sendo a atuação desses sujeitos, apenas descritas nos relatos de viajantes ou de quem participara diretamente do conflito, como é o caso do Visconde de Taunay. Também não há menções às lideranças indígenas que apoiaram o exército brasileiro por meio de fornecimento de alimentos e como guias pelas matas, chegando até mesmo a recuperar os armamentos que haviam sido perdidos na fuga de Miranda, quando ocorreu a invasão paraguaia (Amado, 2020, p. 64).

É importante destacarmos que a participação desses povos na guerra não se deu apenas como forma de “apoiar o Império do Brasil”, mas também como forma de lidar com a questão territorial, especialmente dos Terena, que viram a oportunidade de resolver a questão do litígio territorial entre o Brasil e os países vizinhos. Após a promulgação da Lei de Terras em 1850, os fazendeiros objetivavam se apropriar de tais terras, por tal razão os Terena viram a chance de garantir o direito à posse efetiva de seus territórios no contexto da guerra (Amado, 2020, p. 65).

Podemos perceber a manifestação da política indígena desenvolvida, pois os Terena escolheram se envolver no conflito apoiando o Império do Brasil, sendo que poderiam ter adentrado na guerra ao lado do Paraguai, ou resistir à ambos na disputa territorial. Mas como seus territórios se encontravam na fronteira brasileira e como esse povo já tinha uma relação estabelecida com a região provincial, optaram por firmar alianças e resguardar seus direitos à terra. Contudo, seu direito à terra acabou por não se efetivar, pois como Eloy Terena afirma, ao fim da guerra muitos tiveram de abandonar suas aldeias e se refugiar, e quando retornaram aos

seus territórios originários, além de várias aldeias terem sido destruídas no conflito, estes também se encontravam ocupados por fazendeiros (Amado, 2020, p. 69-71).

Ao debruçarmos nosso olhar para a política indigenista desenvolvida durante o século XIX, podemos notar que esta seguiu, de uma forma geral, dois caminhos distintos, mas que em diversos momentos se entrecruzam. Vasconcelos (1999, p. 125) destaca que seu desenvolvimento na região de Mato Grosso pode ser caracterizado por uma bipolarização das formas. Primeiramente, houve uma *tentativa civilizatória*, aos moldes europeus, que ficou conhecida como “brandura”, termo associado aos projetos de aldeamento, plano defendido por José Bonifácio¹³. Aqueles que atendessem a essa política eram tidos como amigos, passíveis de “civilização” e de serem integrados ao Estado imperial (Vasconcelos, 1999, p. 44). Entretanto, podemos destacar que, apesar de ser apontada como a forma mais branda, este nunca foi um projeto pacífico (Vasconcelos, 1999, p. 10).

Aos indígenas, o contato com o não-indígena ao mesmo tempo em que ameaçava violentamente sua forma de vida, seu território e seus corpos, possibilitou o acesso a objetos como facões, machados e anzóis de ferro, que os auxiliaram a potencializar práticas culturais tradicionais, sendo essas a caça, o plantio e a coleta de gêneros alimentícios, e a pesca (Ferreira Junior, 2017, p. 16), além de proteção para com outras etnias e até mesmo contra os próprios brancos, possibilitando assim a sua (re)existência. Desse modo, passaram a tentar criar laços e formar alianças.

A outra vertente defendia o uso da força e violência para a implementação da chamada “civilização”, que ocorria por meio do envio de bandeiras de captura e submissão dos indígenas que fossem tidos como “bravos”, “arredios” e “selvagens”, que seriam perseguidos e castigados (Vasconcelos, 1999, p. 42). Além disso, os capturados seriam distribuídos entre as fazendas da província a fim de serem ensinados à força o trabalho, a religião e os costumes do não-indígena. Tal perspectiva era defendida, entre outros, por Francisco Varnhagen¹⁴ (Vasconcelos, 1999, p. 125). Ao analisar a forma que a política indigenista se desenvolve na província de Mato Grosso, percebe-se que ambos os métodos estiveram presentes e marcaram a relação com os povos indígenas na região (Ferreira Junior, 2017, p. 13).

Se faz necessário destacar que durante o século XIX houve diversas formas de se ver e tratar o indígena dentro do cenário imperial brasileiro, especialmente nos anos que antecedem 1845. Manuela Carneiro da Cunha (2012, p. 66) aponta que até o ano em questão existia um

¹³ José Bonifácio foi um teórico do século XIX no Brasil. Ele era a favor de políticas “brandas” empregadas as populações indígenas para que fossem catequizadas e civilizadas aos moldes europeus.

¹⁴ Pensador e pesquisador do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

legislativo geral vago no que se refere a política indigenista, sendo “sanado” apenas com a promulgação do Decreto nº 426 de 24 de julho 1845¹⁵. Intitulada como o *Regulamento acerca das Missões de catechese, e civilização dos índios*, a Lei visava estabelecer as diretrizes e organizar as regras de organização e funcionamento dos aldeamentos indígenas (Sampaio, 2014, p. 178), um dos caminhos seguidos pela política indigenista.

Por meio da formação de uma estrutura para os aldeamentos indígenas, sob a direção de um diretor geral e diversos outros funcionários, o Regulamento previa que o indígena chegaria à “civilização”, podendo então ser inserido em meio a sociedade geral brasileira, de modo que não seriam mais necessárias demarcações de terras ou legislações específicas para contemplá-los (Sampaio, 2014, p. 178). A autora destaca ainda que o Regulamento se constituiu como a espinha dorsal para a legislação indigenista durante o império.

Ao debruçarmos nosso olhar sobre a estrutura do regulamento, este inicia destacando a função do Diretor Geral de Índios, a quem competia, em primeiro lugar:

§1º Examinar o estado, em que se achão as Aldêas actualmente estabelecidos; as occupações habituaes dos Indios, que nellas se conservão; suas inclinações e propensões; seu desenvolvimento industrial; sua população, assim originaria, como mistiça; e as causas, que tem influído em seus progressos, ou em sua decadencia (Mato Grosso, Decreto nº 426, de 24 de julho de 1845).

Indicado pelo imperador, esse Diretor deveria inicialmente selecionar quais indígenas estariam mais próximos aos “padrões de civilização” esperados, sendo estes passíveis de serem aldeados e servirem à província, mantendo até mesmo relações chamadas amistosas. Em Mato Grosso, a Diretoria Geral dos Índios é fundada em 1846, tendo como primeiro diretor Joaquim Alves Ferreira, detendo as funções previstas no Regulamento e sendo um dos principais responsáveis pela “civilização” dos indígenas. Além dessas, seria o Diretor Geral que indicaria ao imperador àqueles sujeitos que iriam compor os outros cargos, como de tesoureiro, médico, almoxarife e de diretor de aldeia (Miranda, 2020, p. 49). Essa função ficaria designada no subparágrafo 33, do artigo 1º:

§ 33. Propôr ao Presidente da Provincia o Director da Aldêa, o Thesoureiro, Almoxarife e o Cirurgião, preferindo-se para estes empregos os casados aos solteiros; suspender os tres ultimos, e em geral a todos os que estão empregados no serviço das Aldêas, nomeando interinamente quem os substitua, e dando parte immediatamente ao Presidente, ou ao Director da Aldêa, segundo pertencer a nomeação ao primeiro, ou ao segundo. (Mato Grosso, Decreto nº 426, de 24 de julho de 1845).

¹⁵ <https://legis.senado.leg.br/norma/387574/publicacao/15771126>

Já o Diretor de Aldeia ficaria responsável por organizar e relatar os acontecimentos da vida interna e cotidiana dos aldeamentos. As atribuições deste ficam relatadas no artigo 2º do documento, entre elas está o relato sobre a necessidade dos trabalhos comuns, apontada no subparágrafo 1 como sendo: inspecionar as plantações; distribuir objetos, designar as terras para as plantações, dentre outras funções relacionadas a esses aspectos (Decreto nº 426, de 24 de julho de 1845).

O artigo 6º é o que trata a respeito do trabalho missionário, suas funções seriam:

§ 1º Instruir aos Índios nas maximas da Religião Catholica, e ensinar-lhes a Doutrina Christã.

§ 3º Fazer o arrolamento de todos os Índios pertencentes á Aldêa, e seu districto, com declaração dos que morão nas Aldêas, e fóra dellas; dos baptisados, idades e profissões; e dos nascimentos, e obitos, e casamentos: para o que lhe serão fornecidos os livros pelo Bispo Diocesano, pela caixa das Obras Pias.

§ 6º Ensinar a ler, escrever e contar aos meninos, e ainda aos adultos, que sem violência se dispuzerem a adquirir essa instrucção.

§ 7º Substituir ao Director da Aldêa, quando esteja impedido o Thesoureiro, e nos casos, em que este o póde substituir. (Mato Grosso, Decreto nº 426, de 24 de julho de 1845).

Como se pode notar, aos missionários, agora da ordem dos Capuchinhos, cabia a responsabilidade de ir além do processo da catequização, como o fato de ensinar a ler, contar e escrever, inseridos no projeto das escolas nas aldeias. Entretanto, como Amoroso (1997, p. 3) salienta, a escola nada mais era do que um projeto de conversão à religião católica, mas sem que se empregasse força ou violência física dos demais projetos. A finalidade da educação para esses sujeitos era a conversão por meio do trabalho.

A Ordem Menor manteve missionários na maioria dos aldeamentos indígenas; nas áreas de fronteira permaneceu a direção militar, assim como também nos locais em que os números de missionários não foram suficientes para suprir a demanda. O Estado ficava com a função de dar apoio militar e financeiro a esses aldeamentos, e cabia ao governo regular seu funcionamento (Amoroso, 1997, p. 2).

Sampaio (2014, p. 186) salienta que o novo texto do Regulamento recupera experiências de outras propostas de “civilização”. Além da catequese e do aldeamento, existia uma preocupação com a criação de escolas nas aldeias, incentivo ao desenvolvimento de ofícios e “artes mecânicas”, o estímulo à produção de alimentos visando a subsistência e a comercialização, a atração dos povos indígenas com maior mobilidade e a prática da propriedade coletiva. Apesar dessas intensas tentativas de alteração nas vivências tradicionais, houve diversas formas de resistência à tais processos, como o exemplo tratado por Amoroso (1997, p. 6) ao falar acerca dos aldeamentos no Paraná, em que aponta que os Kaingang,

Guarani e Kaiowá não aceitaram o batismo e o casamento, e não abandonaram suas práticas tradicionais funerárias, as realizando no sertão, longe dos aldeamentos católicos.

O regimento era visto como promissor para a maioria dos governos provinciais, de modo que logo após a sua promulgação, passa a ser integrado em grande parte dos discursos governamentais referentes a questão indígena (Vasconcelos, 1999, p. 76). Entretanto, Sampaio (2014, p. 187) salienta que o Regulamento foi um desastre para os povos indígenas, consolidando o processo de expropriação de suas terras. A autora ainda destaca que a novidade que o oitocentos traz para a legislação indígena é a possibilidade de arrendamento e aforamento das terras indígenas (Sampaio, 2014, p. 186).

Apesar de seu caráter “moderno” e “civilizatório”, partindo da perspectiva do governo imperial, Sampaio (2014, p. 197) aponta que o Regulamento já é formulado sob o signo de reforma, devido as dificuldades encontradas para sua efetivação, como a falta de missionários para atuar nos aldeamentos, as resistências indígenas ao serem confinados, a falta de recursos financeiros para manter esses espaços, dentre outros. Tal fato é consolidado com a fala do presidente Augusto Leverger em 1851:

Quasi nenhuma applicação se tem feito das disposições do Regulamento n. 426 de 24 de julho de 1845, e muitas dellas parecem me inexequíveis, pelo menos, na actualidade; mórmente pela carência de pessoal idôneo para administração das aldêas na forma do dito Regulamento (...) (Lerverger, 1851, p. 43 - APMT)¹⁶.

A outra vertente da política se dava por meio do envio de bandeiras, uma prática iniciada durante o século XVII com os sertanistas paulistanos para aprisionar indígenas objetivando a sua escravização; essas são legitimadas com as denominadas “Guerras Justas”¹⁷, que, surgem no Regimento de Tomé de Sá, durante o século XVI (Kayapó, 2020), mas que, durante o século XIX, tiveram o seu aval por meio das Cartas Régias¹⁸ de 5 de novembro, 13 de maio e 2 de dezembro de 1808, contra as populações indígenas das regiões de São Paulo e Minas Gerais.

¹⁶ Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, o capitão de mar e guerra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1852 – CRL/APMT.

¹⁷ Edson Kayapó (2020) aponta que apesar de as Guerras Justas terem iniciado em 1545, aproximadamente, com o Regimento de Tomé de Souza, ela perpetua para o período contemporâneo em variedade “As guerras justas se mantêm, elas existiram no passado e continuam nos dias de hoje com outras roupagens, com outros argumentos jurídicos que visam legitimar a expropriação, a espoliação, o esbulho, e toda essa política genocida que nós vemos ao longo do tempo” (Kayapó, 2020).

¹⁸ Documentação formulada por D. João VI, então imperador do Brasil, autorizando as autoridades governamentais nas províncias a realizarem a perseguição e captura de populações indígenas com o objetivo de obtenção de mão de obra.

Apesar da abordagem de Cunha (2012, p. 66) em apontar um vago legislativo na política indigenista até 1845, Ferreira Junior (2017, p. 28) salienta que houve duas leis prévias ao Regulamento de Missões de 1845 que tiveram relevância para a política indigenista no Império como um todo, sendo a primeira a lei de 27 de outubro de 1831, que revogava as Cartas Régias de 5 de novembro, 13 de maio¹⁹ e de 2 de dezembro de 1808²⁰. A segunda lei, é a nº 16 de 12 de agosto de 1834, a qual em seu artigo 11º, subparágrafo 5, estabelece que as Assembleias Legislativas Provinciais deveriam cuidar da catequese e civilização dos indígenas conforme as necessidades locais específicas (Ferreira Junior, 2017, p. 28).

Durante os anos de 1830, o trato para com as populações indígenas passa a ser concebido e efetivado de forma diferente, algo que é expresso nas indicações aos Conselhos da Província, bem como nas atitudes dos moradores do sertão. Sposito (2011, p. 58) destaca que o presidente do Conselho da Província de São Paulo, em 1828, após constatar que as tentativas de civilização em Guarapuava não estavam surtindo o efeito esperado e não havia funcionado a iniciativa de levar os indígenas para trabalharem na construção da Estrada de Cubatão. Assim, o referido presidente conclui que os indígenas não seriam nem bons, nem maus, mas meros autômatos a quem cumpria educar e ensinar. Tal perspectiva equivocada em relação aos povos indígenas é marcada pelo etnocentrismo que naturaliza a percepção do homem branco enquanto ser superior, mesmo quando a história brasileira não deixa dúvidas acerca das marcas do protagonismo e ação indígena ativa ao longo de suas distintas trajetórias.

Ferreira Junior ressalta que devido as três Cartas Régias citadas acima se referirem especificamente às províncias de São Paulo e Minas Gerais, era aberta uma procedência legislativa que permitia a prática das bandeiras serem executadas em outras localidades do Império, como foi o caso da região de Mato Grosso, que no decorrer do período enviou bandeiras, cuja justificativa baseava-se em uma tentativa de conter as “hordas” indígenas que praticavam “correrias” no interior da província. (Ferreira Junior, 2017, p. 28).

A partir dos apontamentos acima, podemos concluir que houve leis prévias que fizeram o seu papel de regulamentação política referente as populações indígenas no Império,

¹⁹ É a primeira sequência que autorizava as escravizações e matanças dos indígenas aos longos dos próximos anos. Neste, a Coroa decide que os meios cordiais para trazerem os indígenas a civilização não fazem efeito, portanto ficavam autorizadas as guerras contra esses inimigos, sendo distribuídos seus terrenos aos que se engajassem no Corpo de Soldados Pedestres. Essa carta em específico se referia especialmente a Minas Gerais (Sposito, 2011, p. 57).

²⁰ Esta considerava como devolutos, ou seja, sob posse da Coroa, todos os terrenos resgatados das incursões dos índios “botocudos”, ou aqueles dados em sesmarias que não haviam sido demarcados ou cultivados nos locais em que as expedições estivessem atuando em Minas Gerais. Em abril de 1809, D. João VI detalha melhor como realizar a ocupação desses novos territórios, pedindo melhores modos nos tratamentos aos índios, para que eles se convencessem dos benefícios de serem recolhidos aos representantes reais (Galetti, 2011, p. 58).

já que a falta de uma legislação geral não anulava ou implicava a inexistência de debate ou delineações políticas locais sobre esta questão (Ferreira Junior, 2017, p. 29). Vasconcelos (1999, p. 57) destaca que durante o século XIX a política indigenista não foi somente aquela determinada pelo imperador, tendo ocorrido a interferência de outros sujeitos, bem como de práticas para lidar com as especificidades locais.

1.2 FACETAS DA POLÍTICA INDIGENISTA EM MATO GROSSO: OS ALDEAMENTOS

Como apontado previamente, o Regulamento de Missões objetivava formular uma política considerada “branda” no que tange às populações indígenas por meio da criação de aldeamentos, espaços em que seriam retidos por um determinado período e orientados por um Diretor Geral de Índios, um Diretor de Aldeia e um Missionário, comumente da ordem dos Capuchinhos, no sentido da então chamada “civilização”. É possível perceber que os governos, imperial e provincial, tentavam por esse meio criar uma alternativa a outra forma de política indigenista existente no período, mais violenta e agressiva, que eram as bandeiras. Essa necessidade de “brandura” também estava intimamente atrelada com a necessidade do Império, especialmente após a Independência, em demonstrar uma certa civilidade, pacificidade e união nacional, na qual o indígena era imagem central.

Nos aldeamentos, os indígenas residentes aprenderiam a língua portuguesa, o trabalho e os costumes católicos, como é apontado pela própria legislação em seu artigo 6º, subparágrafo 6º: “Ensinar a ler, escrever e contar aos meninos, e ainda aos adultos, que sem violência se dispuserem a adquirir essa instrução” (Mato Grosso, Decreto nº 426, de 24 de julho de 1845).

Também ficava delimitado que o sujeito que vivesse no aldeamento por doze anos com “bom comportamento” e “desenvolvimento industrial”, teria o direito a terras separadas da localidade da aldeia, sendo inserido na vida social da província e em sua economia. Entretanto, precisamos levar em conta que o direito a terras já era algo assegurado, ao menos no papel, aos povos indígenas pela própria Lei de Terras de 1850, que elenca as terras indígenas enquanto um direito originário (Cunha, 2012, p. 73) e que essa inserção na vida social era um interesse próprio dos governos, a fim de facilitar o processo de expropriação de suas terras, já que se fossem “abandonadas” ficariam a disposição para serem vendidas pelo Império. Vasconcelos (1999, p. 63) destaca que os aldeamentos também se mostraram úteis de outras formas ao governo, pois forneciam mão de obra para a província. O constatado “bom comportamento” deveria ser informado pelo Diretor Geral de Índios ao governo provincial, que repassaria ao imperial, conforme o artigo 1º, subparágrafo 15:

§ 15. Informar ao Governo Imperial acerca daquelles Indios, que, por seu bom comportamento e desenvolvimento industrial, mereção se lhes concedão terras separadas das da Aldêa para suas grangearias particulares. Estes Indios não adquirem a propriedade dessas terras, senão depois de doze annos, não interrompidos, de boa cultura, o que se mencionará com especialidade nos relatorios annuaes; e no fim delles poderão obter Carta de Sesmaria. Se por morte do concessionario não se acharem completos os doze annos, sua viuva, e na sua falta seus filhos, poderão alcançar a sesmaria, se, além do bom comportamento, e continuação de boa cultura, aquella preencher o tempo que faltar, e estes a grangearem pelo duplo deste tempo, com tanto que este nem passe de oito annos, e nem seja menos de quinze o das diversas posses. (Mato Grosso, Decreto nº 426, de 24 de julho de 1845).

É importante ressaltar a função geopolítica adquirida pelos aldeamentos nas regiões de fronteira do Império. Amoroso (1997, p. 4) destaca que, no ano de 1854, o ministro dos Negócios do Império conclui que os indígenas eram a única forma de colonizar certas regiões, especialmente aquelas de difícil acesso, como é o caso destacado do Mato Grosso. Sendo assim, os aldeamentos seriam um mecanismo de sedentarização dos indígenas nessa região, construídos a partir de diversas formas de atração e tentativas de subjugar esses sujeitos. Como exemplo podemos citar a criação de escolas, a partir das quais seria promovida uma mudança de hábitos, alcançando a conversão ao catolicismo e ao trabalho conforme os padrões europeus (Amoroso, 1997, p. 4-5).

Precisamos considerar que a escola é uma prescrição da política indigenista estatal. As escolas das áreas indígenas procuraram atender a demandas claras, pois foram erguidas sobre os pilares da catequese e civilização para a “assimilação” da população indígena em meio ao conjunto da sociedade nacional de uma forma “branda”, a fim de mostrar uma nova ordem contra àquela desenvolvida durante o período colonial (Amoroso, 1997, p. 2). Ferreira Junior (2017, p. 29) ressalta que o aldeamento indígena a Oeste da província, assim como os do Sul, na região do Médio Paraguai, teve por função a chamada “pacificação” de indígenas para utilizá-los como mão de obra nas fazendas da região, ao passo que foram utilizados para garantir a ocupação dos territórios de fronteiras, as protegendo de invasões bolivianas e paraguaias.

O ato de “pacificar” é apontado por Oliveira (2010, p. 29) como ação colonial, sendo um estado jurídico-administrativo ao invés de uma descrição sociológica, e implica apenas que “no âmbito de uma circunscrição territorial, um determinado grupo de indígenas não se contraponha mais, por meio de enfretamento armado, às autoridades administrativas construídas” (Oliveira, 2010, p.29). Ou seja, o atribuir de “pacífico” estava atrelado a ação de não-resistência física, o que era lido pelo colonizador como um ato de sucesso da colonização e civilização. Oliveira aponta que a qualificação desses sujeitos como “pacificados” reflete

apenas o ponto de vista do colonizador, mas não diz nada acerca do modo como ocorre a recepção e a utilização de tal ordenamento pelos nativos (Oliveira, 2010, p.30).

Albert destaca que em diversos lugares e momentos diferentes, os grupos indígenas que declararam ter “pacificado os brancos”, tomaram para si a posição de sujeitos e não de vítimas. Essa ação pode significar várias coisas, como situá-los – os brancos e seus objetos, em uma visão de mundo, esvaziando-os de sua agressividade, malignidade, letalidade. Em suma, entrar em novas relações com eles e se reproduzir enquanto sociedade, não contra, mas por meio deles (Albert, 2002, p.9). Howard (2002, p.51), ao falar acerca dos povos Waiwai destaca que para eles, grupos indígenas hostis e os colonos, não agiam pacificamente, nem sequer compreendendo as normas e valores embutidos no código de conduta desse povo, e uma forma de “pacificar” esses sujeitos seria por meio de trocas recíprocas, canalizar seus bens pelas relações sociais, pacificando os próprios objetos e, por extensão, aqueles que os produzem.

Desse modo, podemos compreender uma outra faceta do termo “pacificação”, que comumente é aplicada somente ao indígena pelo colonizador para demonstrar atitudes envolvidas com o processo civilizatório, mas que foi também aplicada pelo indígena em relação ao colono, visto por estes como um ser não-pacífico, que utilizava da violência como forma de estabelecimento de relações, mas que se via enquanto “superior”, “civilizado” e “pacificado”.

Como exemplo da “pacificação” para o uso da mão de obra em Mato Grosso, podemos citar a criação do aldeamento dos Bororo Cabaças²¹, no ano de 1842, na fazenda do padre José da Silva Fraga, na rota que ligava a cidade de Cuiabá ao distrito de Mato Grosso, próximo as fronteiras com a Bolívia. O próprio padre utiliza como argumento para a criação desse aldeamento a possibilidade de vigiar a fronteira ao passo que permitia a navegação pelo rio Paraguai até a cidade de Assunção, atual capital do país (Ferreira Junior, 2017, p. 31-32).

Enquanto “índios fronteiriços”, os Bororo Ocidentais atenderam à política de ocupação e expansão das fronteiras do Império em contexto de conflitos entre Brasil e Bolívia pela delimitação territorial, ao passo que também utilizaram dessa situação para defender e alcançar seus interesses, ora apoiando os bolivianos, ora os brasileiros, formando sua política indígena

²¹ O povo Bororo ou Boé, é uma etnia falante da língua Jê e residente da região central do Brasil. Segundo as pesquisas arqueológicas viviam em aldeias circulares que datam no século IX. Apesar das pressões e compressões sofridas por meio da exploração e ocupação do não indígena da região originária da etnia, seu território se estendia do Vale do rio Jurena até o rio São Lourenço (região do atual município de Campo Verde). Esse povo precisou deixar a região do São Lourenço devido a invasão dos sertanistas paulistas durante o século XVIII, se estabelecendo nas margens do rio Jauru e Cabaçal, de forma que passaram a ser conhecidos como Bororo Cabaças, enquanto os que permaneceram nas margens do São Lourenço ficaram conhecidos como Bororos Ocidentais ou Coroados. A fuga e o distanciamento dessa etnia não perduraram por muito tempo, pois com o desenvolvimento de fazendas de gado na região foi provocado o contato com o não-indígena, gerando assim diversos conflitos. (Ferreira Junior, 2017, p. 30-31).

paralelamente a política indigenista, algo que as autoridades brasileiras não esperavam. Essa postura dos Bororo tinha como finalidade gerar uma interação social e adquirir benefícios para seu povo a partir da própria categorização estabelecida pelos colonizadores, considerados aliados ou inimigos, devido as possibilidades de ganharem vantagens táticas como ferramentas, armas e roupas, e a proteção contra eventuais hostilidades (Ferreira Junior, 2017, p. 32).

Outros aldeamentos que foram utilizados como forma de assegurar fronteiras foram a Aldeia Normal de Miranda, na região de Miranda, e o de Nossa Senhora do Bom Conselho, na microrregião do Médio Paraguai, em Albuquerque. Ambos os aldeamentos são tidos como os mais importantes da província pelos historiadores²² por terem concentrado um grande esforço por parte dos administradores para o seu funcionamento. Outra razão foi a presença de dois freis capuchinhos²³, que chegaram à região no ano de 1847, sendo estes Antônio de Moliteno e Mariano de Bagnaia, ambos com a missão de colocar em prática as disposições do Regulamento. É válido destacar ainda que esses dois missionários da Ordem foram empregados em seus respectivos aldeamentos enquanto Diretores de Aldeia, rompendo de certa forma com o previsto na Lei, já que este cargo não deveria ser ocupado por um religioso, mas devido a falta de mão de obra e pessoas que se dispusessem a estar nesses locais, os padres acumularam os cargos.

Os dois aldeamentos em questão foram criados nas fronteiras com o Paraguai e tinham como objetivo ocupar e defender esse espaço, ao mesmo tempo em que se desejava utilizar o indígena enquanto mão de obra para alimentar a província, revelando mais uma vez a pluralidade da política de aldeamentos (Ferreira Junior, 2017, p. 34).

Esse feito é algo elogiado no Relatório provincial de 1863 pelo presidente da província, Herculano Ferreira Penna, revelando o que se considerava um “sucesso” no projeto dos aldeamentos e como dentro desse formato seria possível incorporar esses indígenas na população geral da província:

Não há muito que esperar dos índios. As diversas tribos de Guanás que habitam os distritos de Miranda e Albuquerque já nos prestam valiosos serviços, vivendo, como vive, entre nós, há de presumir-se que as novas gerações serão ainda mais prestáveis

²² Leotti (2001); Barros (1989); Almeida (2013); Silva (2001).

²³ Os missionários haviam sido desligados da tutela das populações indígenas no Brasil durante o século XVIII, no governo pombalino, entretanto, a partir de 1840, com uma solicitação direta do Império ao Vaticano e aprovação de uma lei em 1843 que permitia o uso dos referidos, são trazidos os missionários da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos para trabalhar diretamente na missão de formar aldeamentos e catequisar e civilizar os indígenas. Tal prática entrou em vigor após os intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro terem concluído que os padres possuíam um histórico de maior brandura (Ferreira Junior, 2017, p. 33).

e não tardarão a fundir-se na massa da nossa população (...) (Penna, 1863, p. 15 - APMT) ²⁴

No trecho citado, Penna destaca as comunidades Guanás que habitavam o distrito de Miranda e Albuquerque pela proximidade e prestação de serviços realizados para com a comunidade não-indígena, evidenciando o pensamento corrente à época de que seriam mais “avançados” por tais práticas. Entretanto, é necessário compreender que essa etnia em específico já tinha como costume ter uma ampla rede de afinidades interétnicas, o que era aplicado também a outras etnias, e sua relação de proximidade com os brancos se dava em grande parte pela perspectiva de permanecer com suas práticas tradicionais (Ferreira Junior, 2017, p. 22-23). Tal colocação feita pelo presidente, no desejo de atestar uma suposta modernização dessa comunidade em relação as outras, invisibiliza a perspectiva indígena e suas motivações, narrativa que atribui protagonismo à política assimilacionista branca e não às estratégias políticas indígenas empregadas com sucesso nas relações locais.

O aldeamento de Nossa Senhora do Bom Conselho foi administrado pelo frei Mariano de Bagnaia entre anos de 1847 e 1857, reunindo as etnias Exoaladi (Guaná) e Kinikanau, aldeados desde 1819. Enquanto política de contato, o frei utilizou o envio de “brindes” a esses povos. O mesmo frei ficou como administrador da Aldeia Normal de Miranda durante os anos iniciais de sua criação, entre 1855 e 1860. Nesse aldeamento residiam as etnias Terena e Laiana, apontados no Relatório Provincial de 1861, pelo seu presidente Antônio Pedro de Alencastro, como “hábeis agricultores” e “amigos da província”, pois comercializavam os gêneros alimentícios cultivados dentro do espaço da aldeia, e prestavam serviços nas fazendas, remavam canoas e aprendiam os ofícios de alfaiate, ferreiro e oleiro, que eram denominadas como “artes mecânicas” no Regulamento, em seu artigo 1º, subparágrafo 26 “§ 26. Promover o estabelecimento de officina de Artes Mecanicass, com preferencia das que se prestão ás primeiras necessidades da vida; e que sejam nellas admittidos os Indios, segundo as propensões, que mostrarem” (Mato Grosso, Decreto nº 426 de 24 de julho de 1845).

Pelos trechos citados acima, podemos notar que a visão do governo provincial acerca dessas etnias era que tinham “disposição ao trabalho”, sendo assim estariam mais perto da ideia de civilização aos moldes europeus e passíveis da assimilação em meio a sociedade provincial geral, desfazendo assim, em sua perspectiva, a necessidade de haver aldeamentos para esses sujeitos. Entretanto, devemos problematizar que os indígenas não eram avessos ao trabalho e sim a lógica produtiva do mundo moderno que tentava ser incutida à força nas práticas,

²⁴ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso pelo exmo. Conselheiro Herculano Ferreira Penna, em 3 de maio de 1863 - APMT.

tradições e vivências desses povos, já que suas práticas culturais como a caça e a pesca não eram consideradas como trabalho pelos europeus, visto que não trariam retorno econômico para a província, atribuindo-lhes denominações como “primitivos”, ou “selvagens” que impediam o desenvolvimento do comércio dentro da lógica capitalista que crescia na Europa.

Clastres, na obra *A sociedade contra o Estado*, ao abordar a questão das relações de poder político, realiza algumas considerações a respeito de como o conceito de subsistência utilizado pelo mundo Ocidental foi aplicado aos ditos “selvagens”. Durante o primeiro capítulo, o autor discute os “critérios do arcaísmo” construídos como base antagônica ao modelo europeu, pautados nas ausências em relação à esse, especialmente no caso dos indígenas a falta de escrita e o que foi chamado de economia de subsistência, de modo que indaga: “(...) O que é de fato subsistir? É viver na fragilidade permanente do equilíbrio entre necessidades alimentares e meio de satisfazê-las (...)” (Clastres 1974, p. 27). Ou seja, o autor questiona se esses sujeitos, tidos como oriundos de “sociedades arcaicas”, não viveriam, mas sobreviveriam – como são em geral descritos. O autor provoca-nos a pensar se tais povos seriam *incapazes* de produzir excedentes devido a uma carência tecnológica e cultural, ou como ressalta, partem de um sistema sociocultural que se recusa a produzir excedentes e prioriza o investimento de seu esforço e tempo no bem-viver no presente.

Clastres (1974, p. 27-28) refuta a ideia de incapacidade atribuída aos povos indígenas, colocando em xeque a visão ocidental em relação aos povos originários da América, pois como o mesmo atesta, existiram sociedades americanas que praticaram a produção em larga escala para armazenamento. Logo, o olhar que o colonizador tem em relação ao indígena, “selvagem”, é um olhar etnocêntrico. O foco desses sujeitos para o bem-viver é pautado por uma lógica de reciprocidade, não estimando exaurir os recursos do meio ambiente, mas preservá-los, utilizando apenas o necessário.

O “Novo Mundo” trazia um contexto muito diferente das relações de poder do absolutismo europeu e das produções econômicas do mercantilismo e capitalismo nascente, na qual o homem branco, ocidental, se colocava em uma posição de olhar a diferença a partir apenas daquilo que lhe é familiar, enquadrando as sociedades ditas primitivas em um patamar de subdesenvolvimento (Clastres, 1974, p. 31-32). Clastres destaca que é necessário repensar o olhar ocidental para com as sociedades indígenas, pois “(...) é necessário aceitar a ideia de que a negação não significa um nada, e de que quando o espelho não nos devolve a nossa imagem, isso não prova que não haja nada que observar (...)” (Clastres, 1974, p. 32).

A manutenção de relações pacíficas e amistosas com os Guanás se dava por uma série de fatores. Primeiro porque o governo tentava utilizar a mão de obra desses sujeitos como uma

forma de suprir uma carência na província. Segundo, para assegurar a estabilidade e ocupação das fronteiras. E, por fim, porque a busca de construções que permitissem o estabelecimento de relações pacíficas estava presente em diversos artigos do Regulamento, que enfatizava que não fosse utilizada a violência e a força para com esses povos. Do ponto de vista indígena, a boa relação era uma forma de constituir laços, formar alianças e continuar suas práticas tradicionais, demonstrando uma formação de política indígena, em que poderiam garantir terras, proteção e ferramentas para arar suas terras em um período marcado pela expansão colonial (Ferreira Junior, 2017, p. 37-40).

É importante destacarmos que os indígenas não efetuaram o abandono de suas práticas tradicionais por estarem inseridos dentro dos espaços de aldeamento e por estarem em contato amistoso com o não-indígena. Amoroso (1997, p. 7) salienta que para as etnias Kaingang e Kaiowá do Paraná, esse processo significou uma participação na economia de mercado, comunicação com povos, estradas transitáveis e o escoamento de produtos, continuando zelosos com suas práticas tradicionais sociais, políticas e culturais, o aldeamento se tornava uma forma de comunicação com o restante da nação, enquanto atualizava práticas socioculturais tradicionais.

Apesar de tais benefícios no uso da política de aldeamento pelos próprios indígenas, Vasconcelos (1999, p. 77) aponta que houve diversos problemas encontrados para a aplicação do Regulamento, e conseqüentemente, da política de aldeamentos. Como exemplo o autor cita a falta de verbas, já que a província direcionava grande parte dos recursos financeiros para o envio de bandeiras, e não tanto para o desenvolvimento dos aldeamentos. Outro ponto era a falta de pessoas aptas e disponíveis para exercer as funções administrativas previstas na lei, como o Diretor de Índios, o Diretor de Aldeia, Tesouraria, dentre outros (Vasconcelos, 1999, p. 77-78).

Nos próprios Relatórios provinciais são apontadas tais dificuldades. Ricardo José Gomes Jardim, presidente da província no ano de 1846, salienta que encontrava dificuldades em atender as exigências da legislação, em especial para indicação de Diretor de Aldeia, pois poucas seriam as pessoas dispostas a viver no aldeamento e tratar os indígenas de forma a não abusar da “simplicidade deles” (Jardim, 1846, p. 32-33)²⁵. Nesse sentido, para os presidentes de província apenas os missionários estariam aptos e capazes de cuidar da catequização e “civilização” desses sujeitos, e apesar do Regulamento instruir a administração leiga, em Mato

²⁵ Discurso recitado pelo exmo. Presidente da Província de Mato Grosso, Ricardo José Gomes Jardim, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 10 de junho de 1846 - APMT.

Grosso os missionários capuchinhos acumulavam cargos de diretores, algo que foi incentivado por Augusto Leverger em seu governo a partir de 1850 (Vasconcelos, 1999, p. 80).

Além das dificuldades encontradas logo após a promulgação do Regulamento, a Guerra contra o Paraguai auxiliou na aceleração do processo de fracasso dos já débeis projetos de catequese em ocorrência na província. É importante destacar que os locais onde foram desenvolvidos esses aldeamentos foram locais de invasão paraguaia e conflito (Vasconcelos, 1999, p. 86).

Desde o ano de 1850 já havia a ideia por parte do governo imperial em criar os aldeamentos em regiões de fronteira que estavam sendo ameaçadas, para tanto foram fundados em 1857 oito colônias indígenas, quatro na província de Mato Grosso e quatro na do Paraná. Além disso, foi ordenada a construção de fortes militares na mesma região, já que não havia uma divisão territorial clara entre o Brasil e o Paraguai, e cresciam as possibilidades de conflito, que acabou por se desenvolver entre os anos de 1864 e 1870, e envolveu as diversas populações indígenas da província por diversos motivos, sendo os principais motivadores a possibilidade de recuperar a posse de suas terras tradicionais e dar conta dos conflitos interétnicos já existentes, visto que grande parte da população paraguaia era Guarani (Vasconcelos, 1999, p. 89). Ao fim do conflito, a situação da catequese e dos aldeamentos se agravou. O Diretor Geral de Índios aponta em seu relatório de 1873 que não havia missionários empregados na catequese.

Vasconcelos destaca que a catequese missionária foi difundida pela classe intelectual e governamental do período como o modelo que solucionaria os problemas causados pelo que denominou de “hordas” indígenas em regiões de dificuldade de estabelecimento provincial, entretanto, quando é apontada no contexto geral da política indigenista, ela parece quantitativamente insignificante e ineficiente, pois a maior constatação nas documentações oficiais é o da persistência de perseguição armada e repressão contra os indígenas (Vasconcelos, 1999, p. 106). O próprio aldeamento tinha entre seus objetivos combater os indígenas em suas “correrias”, como é constatado no Relatório de 1862, de Herculano Ferreira Penna:

Além de outras vantagens...servirá o novo aldeamento para impedir as correrias dos bárbaros Cabixis, que hoje infestam as vizinhanças dos lugares ocupados pelos Guaranyos (sic), e que podem interceptar o trânsito entre a cidade de Mato Grosso, o Forte do Príncipe e a Província do Amazonas” (Penna, 1862, p. 11 - APMT)²⁶.

²⁶ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso, pelo exmo. conselheiro Herculano Ferreira Penna, em 3 de maio de 1862 - APMT.

Desse modo, podemos concluir que apesar de sua alegação de uma “política de brandura”, a política do aldeamento não se afastava da violência que era propagada pelas bandeiras, nos deixando claro que o foco da política indigenista governamental do século XIX era o de realizar, por meio da força, o extermínio, seja físico, cultural e/ou simbólico, das diversas etnias indígenas presentes na região central do Brasil.

1.3 FACETAS DA POLÍTICA INDIGENISTA E INDÍGENA EM MATO GROSSO: AS BANDEIRAS

Bandeirar é abrir caminho, expandir-se, tomar a dianteira, marchar para oeste, renovar o amor pelo sertão e pela descoberta (...). Bandeirar é democratizar, ‘horizontalizar’ quistos étnicos, econômicos, sociais; (...) botar o Brasil em circulação para que todas as partes estejam presentes ao grande todo” (Ricardo, 1942, p. 81,161 apud Vasconcelos, 1999, p. 20).

Vasconcelos (1999, p. 17) salienta que, para diversos historiadores e correntes historiográficas, a história de Mato Grosso começa com as incursões dos bandeirantes durante as práticas de “caça” à indígenas pela região, e prossegue com as “monções” nos séculos XVIII e XIX. O que, somada a citação acima, reforça a visão das entidades governamentais, que desejavam cada vez mais uma “integração nacional” e a disponibilização de terras indígenas, e encontravam nas bandeiras e nas monções uma forma de alcançar esses objetivos, sem considerar o quão violentas e prejudiciais eram essas incursões para as populações originárias brasileiras. A repressão armada foi o recurso principal utilizado pela maioria dos governantes na província no combate aos chamados “inimigos da civilização” (Vasconcelos, 1999, p. 114).

A Diretoria Geral de Índios de Mato Grosso em diversos momentos utiliza a estratégia das bandeiras, de modo que podemos afirmar que essas expedições foram uma extensão do movimento bandeirante advindo da Colônia. Entretanto, apesar da justificativa das “correrias” para o acontecimento das bandeiras, é necessário observarmos por outra ótica essas ocorrências. Como exemplo, pode ser citado o refúgio dos Bororo Cabaças nas imediações de Cuiabá e Mato Grosso, quando seus aldeamentos foram devastados estes sujeitos agiram com resistência aos viajantes, o que levou o governo a expedir bandeiras para puni-los (Vasconcelos, 1999, p. 104). Apesar da proximidade dessas ocorrências entre a Colônia e o Império, Ferreira Junior (2017, p. 52) destaca que elas não tinham os mesmos objetivos, já que as bandeiras do oitocentos queriam expulsar os indígenas para áreas distantes do povoamento.

Acerca do termo “bandeira”, Vasconcelos (1999, p. 103) destaca que foi utilizado de maneiras distintas pelos presidentes de província de Mato Grosso, àquelas que eram oficiais,

promulgadas e sustentadas pelos órgãos públicos, e àquelas que eram particulares, podendo ser financiadas ou não pelo governo, mas com a autorização oficial. Houve um grande envolvimento da população civil na repressão aos povos indígenas, e um fator marcante deste movimento foi a realização de alianças entre os indígenas e não-indígenas no processo de guia para combate e captura de outros povos nativos, um fator que já era adotado no período colonial (Vasconcelos, 1999, p. 105). Tal mecanismo tomava vantagem das disputas étnicas entre as comunidades brasileiras preexistentes, de modo que é válido destacar que a utilização dos indígenas nesta função não era necessariamente forçada, as etnias possuíam suas rivalidades e aproveitavam dessas expedições para alimentar a vitória sob seu inimigo.

O autor ainda destaca que a ocupação da região de Mato Grosso atingiu níveis cada vez mais violentos, o que provocou uma reação dos nativos, e contra esta, foram lançadas as bandeiras com o fim de reprimi-los, aprisioná-los ou eliminá-los, por todos os meios, prisão, expulsão ou escravidão, além do extermínio (Vasconcelos, 1999, p. 104). Isso porque o objetivo principal dos governos provinciais era trazer “tranquilidade aos habitantes” não indígenas, mesmo que para isso fosse necessária a aplicação de violência para com os indígenas (Vasconcelos, 1999, p. 111), como é destacado por Augusto Leverger:

(...) se para escamentar a estes e reprimir as suas correrias, se fizer absolutamente necessária a expedição de bandeiras, procurarei utilizá-las prescrevendo-lhes que, com o menor possível sacrifício de vidas se esforcem para aprisionar índios adultos, e oferecendo um prêmio pelos que me forem apresentados vivos e sãos. Esses prisioneiros, passando algum tempo (...) poderão, voltando entre os seus, servir-nos de intérpretes e úteis medianeiros (...) (Leverger 1852, p. 8 - APMT)²⁷.

Apesar da existência de relações de alianças e afinidades entre algumas etnias da região mato-grossense com a província, não foram todas que desejaram se relacionar de forma amistosa com o governo provincial e a população não-indígena que, cada vez mais, ia adentrando as terras originárias, causando diferentes processos de resistência dessas comunidades. Diversos foram os povos que apresentaram resistência física através de estratégias de guerra, tidas muitas vezes como violentas, ao projeto de colonização desenvolvido pelo Império e governo provincial no Mato Grosso, algo que gerou para os órgãos legislativos a perspectiva de que somente pelo envio de bandeiras contra esses sujeitos “o problema” seria resolvido. As bandeiras efetuariam as capturas dos indígenas que resistiam

²⁷ Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, o capitão de mar e guerra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1852.

para serem distribuídos entre fazendas e aldeamentos com o intuito de forçá-los ao contato com a sociedade não indígena e assim eles poderiam ser “convertidos” à civilização”.

Ferreira Junior (2017, p. 43) destaca como exemplo a tentativa de pacificação dos indígenas da etnia Bororo, especificamente os Cabaças²⁸ que a partir de 1837 passaram a atacar os moradores não-indígenas da região do rio Jaurú²⁹. Para tentar conter e combater essa prática, o governo provincial autorizou uma bandeira, que apreendeu diversos indígenas da etnia e os distribuiu entre pessoas com “possibilidades para criá-los e educá-los” (Ferreira Junior, 2017, p. 43). O autor salienta ainda que, mesmo com o envio da bandeira, nos anos posteriores essa etnia continua com suas práticas de resistência, tidas como hostis pelo governo, de modo que o presidente da província, Estevão Ribeiro de Rezende, no ano de 1840 tomou a decisão de fortificar a Fazenda Nacional Caissara “a fim de evitar maiores prejuízos”, visto que a província não possuía mais recursos para enviar bandeiras.

É necessário que destaquemos que a prática de envio de bandeiras era algo comum na região Centro Oeste do Brasil no século XVII, expedidas pelos paulistas que desejavam “desbravar, ocupar e tomar as riquezas minerais da região”. A historiografia tradicional tende a realizar uma valorização exacerbada dos empreendimentos desses sertanistas, entretanto, Monteiro (1994, p. 104) destaca que a experiência das bandeiras acabou por despovoar os “sertões” do Brasil, pois capturava as populações indígenas da região para servir de mão de obra no litoral.

Ferreira Junior (2017, p. 53-54) destaca que durante o século XIX, as bandeiras que foram expedidas não tinham as mesmas funções que essas bandeiras coloniais, pois nas últimas o objetivo era expulsar os indígenas de seus territórios, enviando-os para as áreas mais distantes dos núcleos de povoamento e para as fronteiras. A fim de mantê-los nessas regiões e ainda os integrar a sociedade nacional posteriormente, foi formulado o projeto dos aldeamentos.

A necessidade por parte do governo provincial em conter os ataques indígenas era devido ao fato de que os tidos como “índios bravios” eram entendidos no período como um “obstáculo” para a efetiva ocupação e colonização da província, pois eles afugentavam a população não-indígena com suas “correrias”, tal fator se dava na perspectiva dos governadores das províncias (Vasconcelos, 1999, p. 53). Relacionado a esse ponto estava o de que tais atos estariam prejudicando o crescimento econômico de Mato Grosso, pois muitos não-indígenas estavam abandonando suas terras e indo para outros locais, além das terras férteis que não poderiam ser utilizadas em benefício da província (Ferreira Junior, 2017, p. 63). Desse modo,

²⁸ Utilizarei dessa forma de escrita, pois segue o modelo das fontes utilizadas na pesquisa.

²⁹ Nas imediações da cidade de Coxim.

para a implementação deste projeto na região seria necessário afugentar esses sujeitos das áreas cobiçadas, o que seria feito em diversos momentos por meio das expedições de bandeiras (Vasconcelos, 1999, p. 102).

Acerca da questão da ocupação das terras, o presidente da província no ano de 1857, Albano Osório, destaca: “(...) as terras que ocupão estes Índios são, como sabeis, próximas a esta Cidade, e de uma fertilidade extraordinária, que não tem podido ser cultivadas e aproveitadas por causa desses bárbaros que nos hostilizão há mais de cem anos” (Osório, 1857, p. 5). A fala do presidente nos confirma mais uma vez a ideia destacada por Manuela Carneiro da Cunha (2012) sobre a questão indígena ser uma questão de terras durante o século XIX.

No que tange as denominadas “correrias” e da expedição de bandeiras frente a tais atos, o presidente destaca:

Continuam porem em suas barbaras correrias os índios que errão pelas estradas de Goyaz e a nova de S. Paulo, matando, roubando e incendiando as habitações (...) Nenhum proveito se tirou da ultima bandeira, antes parece que ella mais instigou os Índios a suas crueldades. Ainda assim continuam os fazendeiros e lavradores a instar por expedição de bandeiras (...)” (Osório, 1857, p. 3-4 - APMT)³⁰.

A partir dos trechos supracitados podemos notar que o governo provincial detinha um interesse específico nas terras tradicionais das populações indígenas e estavam realizando as tentativas e práticas de invasão para a construção de fazendas e estradas para as outras províncias do Império. Ferreira Junior (2017, p. 56) salienta que os ataques dos indígenas Coroados³¹ se tornaram frequentes a partir de 1838, quando ocorre a construção da estrada para São Paulo. Entretanto, tais atos de invasão do não-indígena não estavam sendo bem recebidos por parte de algumas etnias, que realizavam as denominadas “correrias” explicitadas nos Relatórios Provinciais dos presidentes de província e dos Diretores Gerais de Índios. Tais atos podem ser vistos como formas de resistência, e não apenas isso, mas como forma de garantir seus territórios e ao mesmo tempo obter materiais necessários como armas, objetos para agricultura, roupas, dentre outros aspectos.

Contrapondo a ideia da “necessidade” da expedição de bandeiras para “conter as hordas hostis”, é possível notar, nas fontes utilizadas, que tais bandeiras não estavam trazendo o retorno desejado para a província, pois como o presidente Augusto Leverger chega à

³⁰ Relatório do vice-presidente da Província de Mato Grosso, o tenente coronel Albano de Sousa Osorio, na sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1857 - APMT.

³¹ Essa terminologia foi aplicada pelos colonizadores a fim de designar e homogeneizar uma parte da população indígena sul-mato-grossense, que eram de etnias diferentes, mas que habitavam a mesma região. Ferreira Junior destaca que pode se referir tanto aos Bororo Coroados, que ocupavam a região do rio São Lourenço em direção ao rio Araguaia, quanto aos Cayapós, que habitavam entre os rios Coxim e Sucuriú (Ferreira Junior, 2017, p. 11).

conclusão, essas expedições mais incitavam novos ataques do que os diminuía, além de serem grandes gastos para o governo provincial, visto que o retorno esperado não era eficiente. Por essa razão, o presidente, a partir de 1851, em seu primeiro governo, muda sua estratégia, passando a recomendar aos moradores das áreas atacadas que permanecessem prevenidos e protegidos, já que a província não tinha interesse em trabalhar com a expedição de bandeiras, apenas com os aldeamentos partindo da premissa de uma tentativa de assimilação dessas populações (Ferreira Junior, 2017, p. 58).

Apesar da grande utilização das bandeiras como uma forma de tentativa de controle e assimilação das populações indígenas, o mecanismo não demonstrava uma taxa de eficiência, isso devido a reação indígena de resistência frente a tais práticas bandeirantes. No ano de 1863, Herculano Ferreira Penna, presidente da província, constata em seu Relatório que o uso da força não resolveria o problema corrente em Mato Grosso, e reconhece que as bandeiras estavam fornecendo o efeito contrário, pois ao invés de “pacificar os grupos perseguidos”, o emprego da violência gerou mais “agressões” para com a população não indígena (Penna, 1863, p. 65 – APMT)³².

É importante destacar que as ações violentas para com os indígenas de uma forma geral eram constantemente criticadas pelo imperador, Dom Pedro II, e as ordens do Império eram de priorizar a aplicação de uma estratégia defensiva e não violenta, ocorrendo o aprisionamento apenas em casos de agressão. O próprio Regulamento de 1845 estabelecia que deveriam ser utilizados primeiramente os meios “lícitos”, “brandos” e “suaves” para atrair os indígenas ao aldeamento e a “civilização”: “§ 19. Empregar todos os meios lícitos, brandos, e suaves, para atrair os Índios ás Aldêas (...)” (Mato Grosso, Decreto nº 426, de 24 de julho de 1845). Perdigão Malheiro, procurador dos feitos da fazenda nacional, proferia que para ele o homem civilizado deveria se limitar a defesa do que fosse indispensável e justo:

Entre perseguir os Índios, dar-lhes caça como a animais ferozes ou daninhos, destruí-los ou afugentá-los, - e deixa-los livres divagar pelos sertões na sua vida errante como nos primitivos tempos, não há que hesitar; ... seria muito preferível deixa-los em paz no seu estado selvagem...” (Malheiro, 1976, p. 249, *apud*, Vasconcelos, 1999, p. 109).

Entretanto, apesar do discurso oficial do imperador, o mesmo financiava e realizava expedições de aprisionamento quando “necessário”, também houveram as práticas das guerras justas contra as populações indígenas, de forma que havia uma ambiguidade na perspectiva da

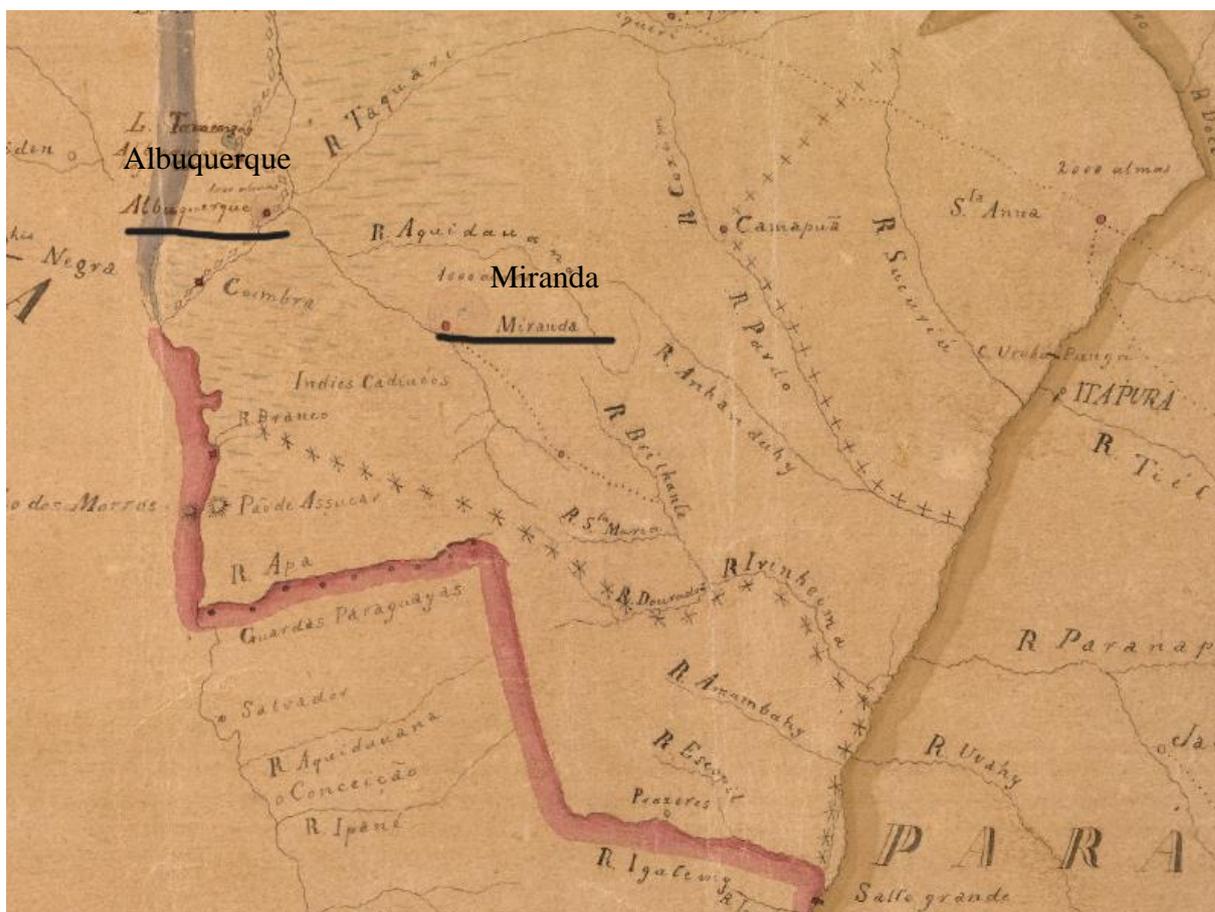
³² Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso pelo exmo. conselheiro Herculano Ferreira Penna, em 3 de maio de 1863 – APMT.

política indigenista, realizando um discurso oficial de não violência, mas não o efetivava na prática. No interior das províncias quem efetivava a política indigenista e o que seria realizado eram os governos provinciais, de modo que até o início do século XX as expedições armadas contra as populações indígenas permaneceram. No decorrer do tempo foram tomando formas de “rondas volantes”, que utilizavam um método defensivo e não ofensivo para proteger a população não-indígena, em seu discurso, mas em sua prática continuavam a ser ofensivas e agressivas. Apesar das tentativas de mudanças para uma maior efetivação das bandeiras, elas continuaram sendo falhas, causando mais revoltas do que “controle” sobre a província (Vasconcelos, 1999, p. 110).

2. A BRANDURA DOS ALDEAMENTOS, OS ALDEAMENTOS DA BRANDURA: UMA ANÁLISE DO ALDEAMENTO DE NOSSA SENHORA DO BOM CONSELHO E DA ALDEIA NORMAL DE MIRANDA

Após o levantamento e as análises acerca da constituição da província de Mato Grosso, da política indigenista imperial e indígena na região e seus desdobramentos, direcionamos nosso olhar para os aldeamentos, dois em específico: Nossa Senhora do Bom Conselho, em Albuquerque, e a Aldeia Normal de Miranda, no distrito de mesmo nome, pois ambos foram tidos como de maior sucesso pela Diretoria Geral de Índios e por diversos presidentes da província. Nos mapas abaixo podemos visualizar a localidade das duas cidades em questão, Albuquerque e Miranda, bem como onde estavam localizados os dois aldeamentos citados.

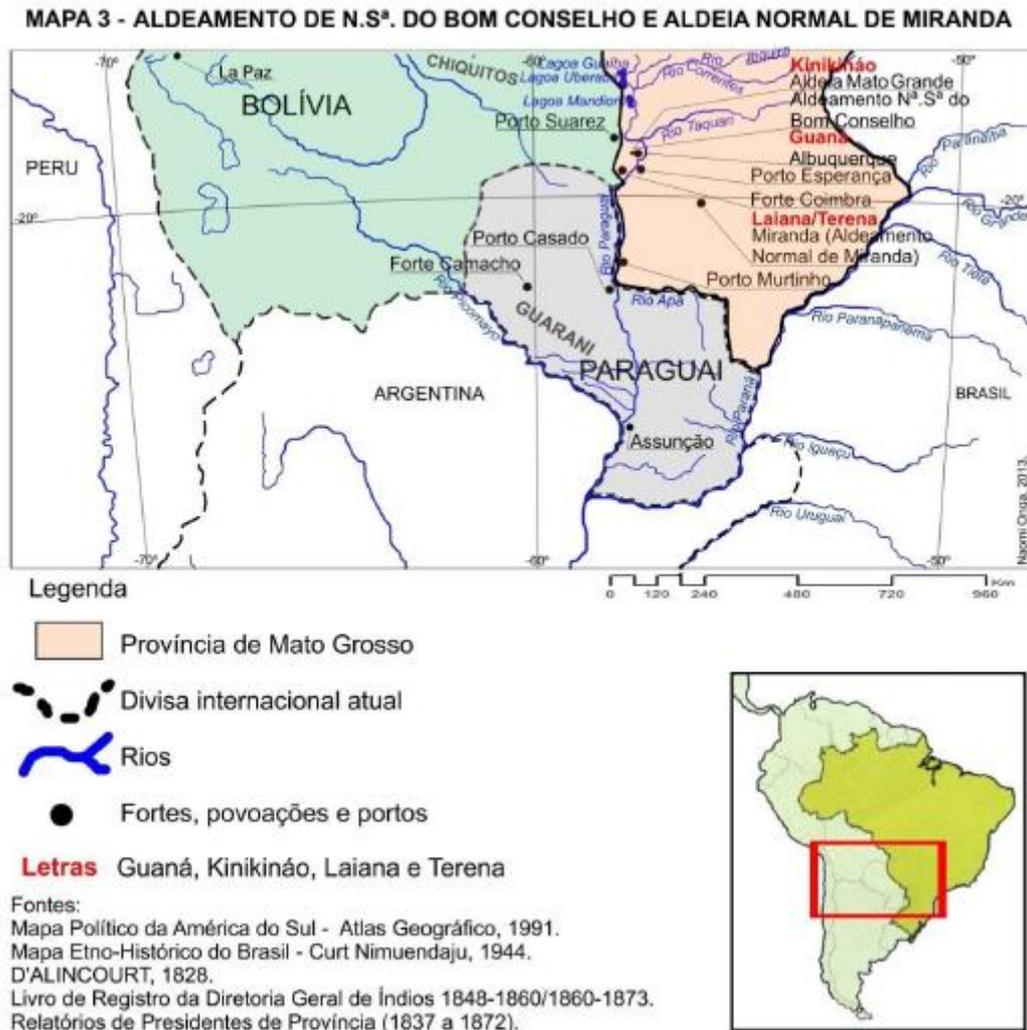
FIGURA 2 – MAPA COM A LOCALIZAÇÃO DAS CIDADES DE MIRANDA E ALBUQUERQUE NO SUL DE MATO GROSSO ONDE ESTAVAM LOCALIZADOS OS DOIS ALDEAMENTOS



Fonte: Biblioteca Nacional Digital³³

³³ Disponível em: https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart542749/cart542749.html

FIGURA 3 – MAPA DOS ALDEAMENTOS EM MATO GROSSO



Fonte: Almeida, Marli A. de – Índios Fronteiriços, p. 156

O que proponho analisar neste capítulo é o que fez esses aldeamentos serem enquadrados como de “sucesso” pela província? Foram as ações das diversas etnias que os compunham, a ação missionária e/ou a ação provincial? Tal denominação estaria associada a ideia de um sucesso no projeto “civilizatório” dos povos indígenas presentes nestes aldeamentos? Será que tais aldeamentos não enfrentaram problemas? Será que os indígenas que os compunham aceitaram de “bom grado” estarem aldeados conforme encontramos nas narrativas oficiais?

A partir destes dois aldeamentos iremos analisar a construção da política de aldeamentos prevista no decreto nº 426, de 24 de julho 1845 (Regulamento de Missões), indagando como se desenvolveu particularmente nesta região. Primeiramente é importante destacar que os “aldeamentos são estabelecimentos oficiais cuja existência impõe a

transformação dos hábitos cotidianos através de uma nova disciplina no tratamento, incentivando a agricultura em detrimento da caça e da pesca (Rocha, 1988, p. 73 *apud* Silva, 2001, p. 22).

Ambos os aldeamentos eram constituídos por povos do grupo étnico Guaná, divididos em subgrupos que atravessaram o rio Paraguai para a região mato-grossense, sendo estes os Terena, Laiana, Kinikanáo e os Exoaladi (Guaná). Segundo Oliveira (1976, p. 25) a passagem dessas populações do Chaco paraguaio para as fronteiras brasileiras provocou confusão nas denominações. Os Terena e Laiana foram habitar as margens a direita do rio Paraguai já em Mato Grosso, enquanto os Kinikanáo e os Guaná (Exoaladi)³⁴ habitavam em maioria a região que veio a ser inicialmente o distrito de Albuquerque.

Ao longo desta dissertação foram mantidas as terminologias utilizadas nas fontes analisadas para nomear os povos indígenas da região. As entidades governamentais costumavam nomear da mesma forma vários grupos que tivessem identidades étnicas, linguísticas e/ou culturais semelhantes, conforme suas próprias percepções e que assim os reconhecessem. Isso implica que nem sempre os próprios povos se identificaram de tal forma, como afirma o etnólogo:

As controvérsias existentes entre os cronistas setecentistas, em consequência da tradução do termo Guaná, não chegam, contudo, a comprometer a interpretação de que a palavra Guaná realmente não é outra, senão uma designação especial, dada pelos conquistadores espanhóis, aos grupos Txané da bacia do Paraguai (Oliveira, 1976, p. 26).

A denominação em questão provém dos conquistadores, os Guaná, por exemplo, se chamavam de Chanás, conforme o que Sanches Labrador (*apud* Oliveira, 1976, p. 25) salienta. Entretanto, os espanhóis, assim como os portugueses e outros colonizadores, adotam nomenclaturas diferentes, visando homogeneizar vários grupos étnicos que tinham semelhanças entre si e habitavam regiões próximas, sob um nome apenas, apagando a identidade étnica individual de cada povo.

2.1 OS GUANÁ E SEUS SUBGRUPOS: KINIKANÁU, LAIANA E TERENA

³⁴ Como nas fontes os Exoaladi aparecem como “Guanás” utilizaremos essa denominação.

Os indígenas do grupo Guaná³⁵, também chamados de Chané, Exoloadi, Chooronó e Chualas, são pertencentes da família linguística Aruak. Migraram durante o século XVIII do *chaco*³⁶ paraguaio para as margens ocidentais do rio Paraguai, na região sul de Mato Grosso (Silva, 2001, p. 14). Tal movimentação se deu pela colonização espanhola na região de origem da etnia e devido as relações interétnicas estabelecidas com outros povos indígenas, como os Guaraní e os Mbya (Almeida, 2013, p.95). Branislava Susnik (1994, p. 57 *apud* Silva, 2001, p. 15) constata que os deslocamentos dos Aruak não ocorriam apenas em busca de terras de ocupação, mas também por sua preferência por áreas povoadas e culturalmente diversas. Eles formavam aldeias densamente povoadas, com produção agrícola e uma inclinação para as trocas e intercâmbios culturais, possibilitando também suas idas e vindas pelas vias fluviais e terrestres (Silva, 2001, p. 15).

A autora destaca que, conforme relatos de viajantes, existem registros desses sujeitos interagindo desde o *chaco* com os Guaikurú e os Chamacoco (Silva, 2001, p. 16). Maria Eunice Schuch (1995, *apud* Almeida, 2013, p. 96) considera que o envolvimento entre os Guaná e os Guaicuru, se deu devido a uma aliança entre ambos, se estabilizando por meio de arranjos sociais. Silva (2001, p.34) destaca que as primeiras descrições acerca das habitações desse povo foram realizadas no século XVIII, pelo naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira. Descrevendo esse povo próximo ao Forte Coimbra, ele observou o cultivo da roça e a construção da habitação em forma oval. Almeida (2013, p. 95) aponta que a organização da aldeia se dava pela formação de três círculos fixados ao redor da praça cerimonial, onde se localizavam as casas comunais.

O viajante ainda os descreve, em 1803, como agricultores que cultivavam o milho, feijão, a batata, a cana, o mamão, a banana, abóbora, melancia e colhiam o arroz branco. Também é relatado que estavam organizados em habitações fixas, em ambientes secos ou alagáveis, estabelecendo trocas e intercâmbios junto aos outros povos. No mesmo ano é registrado por Rodrigues Ferreira o número de seiscentos Guanás que se estabeleceram em terras férteis, matagais e *serraria*, e que aumentavam o número a cada ano (Silva, 2001, p. 36).

As mencionadas relações interétnicas se davam em três circunstâncias: ações de guerra, laços de amizade e/ou aliança e o que ficou registrado na historiografia como uma submissão a povos guerreiros, e essas particularidades revestiram uma complexidade a

³⁵ Essa é uma categoria genérica que foi utilizada por cronistas e viajantes antigos para designar diversos grupos étnicos que habitavam a região do *chaco* e do Pantanal (Pereira, 2009, p.23 *apud* Amado, 2020, p.53).

³⁶ O Chaco é uma região formada por aproximadamente 700 mil km, que compreende parte dos territórios da Bolívia, Argentina, Paraguai e Brasil, estabelecendo limites com os pampas ao sul do rio Salado, na Argentina. No Brasil, o *chaco* compreende o atual estado de Mato Grosso do Sul, até abaixo da cidade de Miranda (Vargas, 2003, p. 40).

organização sociocultural dos Guaná (Almeida, 2013, p. 96). Por conta dessa relação intensa com outros grupos, criou-se uma confusão nos etnônimos dos Chaé, que passaram a ser designados pelos colonizadores como Layana, Echoladis, Equiniquinau e Ethelena, tendo variações nas formas de escrita desses nomes. Os indígenas que migraram para o oriente do rio Paraguai foram distinguidos entre os subgrupos Guaná: Terena, Laiana, Kinikanáo e Enxoaladi (Guaná), sendo que os dois primeiros grupos se estabeleceram ao sul de Mato Grosso, na região de Miranda e os três últimos viviam na região de Albuquerque (Almeida, 2013, p. 96).

Ainda acerca do contato interétnico, a autora destaca que devido aos Guaná terem migrado para a área de conquista lusa, viviam em constante fuga devido a atritos com as populações castelhanas e com os Guaikurú. Conforme o relato do comandante do Forte Coimbra, em 1796 mais de 500 indígenas Guaná pediram abrigo no forte. Tais relações são narradas por diversos viajantes à província no século XIX, com destaque para os escritos de Hercules Florence, que reiterava o perfil agrícola desse grupo, bem como seu conhecimento da língua portuguesa, apesar de utilizarem sua própria língua. O viajante também destaca que os Guaná produziam peças de pano e iam frequentemente até Cuiabá para venderem suas peças. Francis Castelnau, outro viajante, em seus relatos foca nas relações interétnicas dos Guaná, destacando sua relação com os brancos e com os Guaikuru, por meio de alianças, de casamentos e de subserviências (Almeida, 2013, p. 98-99).

O engenheiro Luiz D'Alincourt (1828)³⁷ descreve em seus relatos as atividades econômicas desenvolvidas pelos Guaná na região de Albuquerque, como a agricultura, a fabricação de redes, lanças e panos; e a criação de animais, como galinhas, porcos e cavalos. Os produtos eram utilizados para subsistência, mas também eram consumidos e/ou comercializados para a população não-indígena próxima a aldeia³⁸, especialmente no Forte Coimbra. É justamente devido ao número acentuado da população, a notável experiência com a agricultura e as práticas do intercâmbio e comércio que despertaram a atenção dos viajantes e autoridades locais para esses indígenas.

Nas narrativas de D'Alincourt (1828), ele sugere que os Guaná seriam merecedores de atenção devido as suas práticas, e que para estabelecer uma relação amistosa com esses indígenas deveriam ser realizadas mudanças nas formas de tratamento, alterando-se para algo menos guerreiro e mais político. O mesmo autor adverte as autoridades a manterem boas

³⁷ Engenheiro português, que viajou a província a fim de estabelecer os fortes que iriam garantir a segurança das fronteiras da província (Silva, 2001, p.37).

³⁸ Importante ressaltar que não é uma menção aos aldeamentos oficiais, organizados e “mantidos” pelas entidades governamentais, mas sim o agrupamento realizado pelos próprios indígenas, de forma autônoma.

relações com os chefes das comunidades Guaná, considerando que era importante manter a amizade desses indígenas. D'Alincourt sugere ainda que as autoridades provinciais deveriam introduzir o pagamento por mantimentos e gêneros, a fim de que esses indígenas se acostumassem com tais objetivos (Silva, 2001, p. 44).

No ano de 1819 foi constatada a presença dos Guaná na cidade de Cuiabá comercializando cerâmicas, redes, panos, bolsas de couro, pescado e produtos agrícolas; também faziam trocas por pólvora, aguardente, ferramentas e chumbo. Esses indígenas migraram entre os anos de 1843 e 1844 para a capital da província, onde se fixaram e ocuparam terras concedidas pelo presidente da mesma, localizadas a margem direita do rio de mesmo nome. Os Guaná passaram então a atuar como remadores das embarcações, carregadores, coletores, trilhadores, e outras formas de atividade (Silva, 2001, p. 17). A partir de tais pontos podemos chegar à conclusão de que havia sim um interesse por parte da administração provincial em estabelecer relações de aliança com os Guaná, mas também havia o interesse da própria população indígena em se estabelecer nesses locais, aumentando suas redes de contato e de circulação interétnica e comercial.

No Relatório Provincial do presidente Francisco José Cardoso Junior, em 1872, é realizada uma descrição acerca deste povo, que corrobora com o apresentado por Silva (2001):

O Guaná facilmente contracta-se a toda a sorte de serviços, mormente para o da navegação fluvial em alguns pontos da Provincia. Sustentão-se além da caça e da pesca, da carne de vacca e dos productos dos cereaes que cultivão. Plantão milho, mandioca, arroz, feijão, canna, batatas, etc. Preparão menos mal a farinha de mandioca (...) Fião, tecem e tingem o algodão. Fabricão redes, pannos, cintos e suspensórios. Quasi todo o Guaná entende e falla a língua nacional (Cardozo Junior, 1872, p.139-140 - APMT)³⁹

Por tais características, Silva (2001, p. 18) aponta que o povo Guaná era tido como portador do “germe da civilização” pelos diretores e presidentes da província, e até mesmo pelos viajantes, por isso seriam merecedores de atenção e tratamentos especiais, de modo que predominava nas documentações atributos que os qualificavam ou justificavam assim:

(...) andarem vestidos com seus panos coloridos e bem tramados, praticarem a agricultura e serem reconhecidos como possuidores de beleza física e elegância, viajarem e realizarem intercâmbios, conseguirem uma fácil comunicação com a população neo-brasileira e realizarem comércio troquista. (Silva. 2001, p. 18).

³⁹ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província de Mato Grosso, no dia 4 de outubro de 1872, pelo presidente da mesma província, o Exmo. Sr. Tenente Coronel Dr. Francisco José Cardozo Júnior – CRL/APMT.

O Diretor Geral de Índios, Henrique José Vieira, em ofício enviado no ano de 1853 ao presidente Augusto Leverger quanto ao modo como andava a Civilização e Catequese dos indígenas na província, ao falar sobre os indígenas Guaná os descreve como:

(...) a índole dos Índios que a povoão é bôa; já porque alguma cousa de bom elles adiantado para a civilisação; e já finalmente porque o seo digno Director tem no coração, assim como nos lábios, o santíssimo nome de Deos, por quem, para quem, e com quem exerce todos os actos do seo ministério (Vieira, 1853, p. 39 – DGI)⁴⁰.

Ao passo que eram vistos de tal forma pela administração provincial, esses indígenas passaram a utilizar dos artifícios legais a fim de protegerem seus interesses. Silva aponta que ao chegarem em Cuiabá em 1843, os Guaná, assim como outras etnias, se apresentam como um coletivo, mantendo, portanto, sua identidade étnica⁴¹. Também costumavam procurar o presidente para tratar suas questões diretamente com ele. A autora também destaca que o reconhecimento dos Guaná como grupo distinto só foi possível por estarem em uma forma de relação social que permitia o trânsito entre os diversos campos sociais (Silva, 2001, p. 19).

A cidade para estes sujeitos era um espaço social de interesse, pois possibilitava constantes trocas e intercâmbios, em um local que era fluvial e terrestre ao mesmo tempo, e em que a navegabilidade pelo rio Cuiabá proporcionava comunicação e comércio com os habitantes de Mato Grosso e outras províncias também (Silva, 2001, p. 19).

Almeida destaca que os Guaná são um dos grupos étnicos da província que mostraram uma resistência menos conflituosa no estabelecimento de contato com o não-indígena, sendo um dos primeiros grupos na fronteira sul a ter um comportamento amistoso com os colonizadores, de modo que a política indigenista aplicada a esses povos já inicia nos primeiros anos do século XIX. Entretanto, isso não significa que deixaram de se verem enquanto um grupo étnico, passando a desenvolver suas políticas indígenas frente ao contato (Almeida, 2013, p. 105).

Acerca desses grupos, é apontado no Relatório Provincial de 1863 que:

Não há muito que esperar dos índios. As diversas tribos de Guanás que habitam os distritos de Miranda e Albuquerque já nos prestam valiosos serviços, vivendo, como vive, entre nós, há de presumir-se que as novas gerações serão ainda mais prestáveis

⁴⁰ Relatório enviado pelo Diretor Geral de Índios da Província de Mato Grosso ao Exmo. Snr. Presidente da Província, Augusto Leverger, no dia 29 de novembro de 1853 – DGI/APMT

⁴¹ Acerca deste tópico, conforme Cunha (1992) “a escolha dos tipos de traços culturais que irão garantir a distinção do grupo enquanto tal depende dos outros grupos em presença e da sociedade em que se acham inseridos”. Desse modo, os traços que marcam a distinção de um povo para o outro dependeria de categorias comparáveis nas sociedades mais amplos. Portanto, a identidade étnica de um grupo é função da auto-identificação e da identificação pela sociedade envolvente (Silva, 2001, p. 19).

e não tardarão a fundir-se na massa da nossa população (...). (Penna, 1863, p. 15 - APMT)⁴²

Frequentemente é apontado por diversos viajantes, presidentes provinciais, diretores de índios, dentre outros órgãos governamentais, que os indígenas da etnia Guaná eram tidos como uma nação amiga, isso por manterem uma relação não violenta com a população não indígena, algo que levava essas autoridades a crerem que logo eles seriam “civilizados” e, portanto, passíveis de serem assimilados em meio a massa populacional geral da província. Entretanto, como pudemos ver pelos levantamentos feitos nesse subtópico, a manutenção de relações interétnicas era uma característica cultural importante para os Guaná, o que, no entanto, não os levava à uma perda identitária, como queria crer o projeto assimilacionista e civilizatório, ao contrário, conforme pudemos observar nas fontes analisadas, frente as relações comerciais interétnicas eles reforçavam o reconhecimento de sua identidade étnica que passou a ser respeitada inclusive pelos não-indígenas.

O que marcou diferencialmente a forma como os Guaná foram retratados na historiografia é justamente que, comparado a outros povos indígenas, seu *modus vivendi* foi identificado pelos colonizadores como “quase civilizados” e/ou até mesmo “já civilizados”. Para entender a importância que tais categorizações tinham para o projeto colonizador, novamente ressaltamos o que Clastres (2014, p. 29) aponta: o colonizador estava em busca daquilo que se aproximava mais do seu espelho, daquilo que ele já conhecia, ao invés de apreender a diferença – assim, o olhar branco buscava aproximar as realidades indígenas de seu próprio modelo de organização social para definir o que seria “civilizado” ou não, e com isso estabelecer quais relações de aliança “valeriam a pena” ou não manter.

Castelnau, um viajante que visitou diversas localidades de aldeamentos na província de Mato Grosso, descreve os Guaná como:

(...) são trabalhadores e ocupam-se da agricultura; plantam cana-de-açúcar, arroz, algodão, mandioca, feijão, banana, milho, cará e batata doce; constroem engenhocas para moer cana, fabricam rapadura e distilam aguardente em alambiques de barro, com um cano de espingarda servindo de pescoço. Fabricam também vasilhas de barro. As mulheres fiam o algodão, com que fazem lindos ponchos, tingidos com anil ou cúrcuma. As outras cores que as vezes vêem nos seus tecidos provêm de panos europeus, desmanchados especialmente para esse fim. Todos os Guanás sabem falar o português. Estando desde muito tempo em contato com os brancos, perderam o velho costume de arrancar as pestanas (...), também deixaram de borrar o corpo com pinturas e tatuagens (...). (Castelnau, 1949, p. 247 – Tomo II)⁴³.

⁴² Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso, pelo exmo. conselheiro Herculano Ferreira Penna, em 3 de maio de 1863 – CRL/APMT.

⁴³ Disponível em: <http://brasilianadigital.com.br/brasiliana/colecao/autores/136/castelnau-francis-de>

Os antropólogos consideram as descrições dos viajantes como Castelnau e o Visconde de Taunay como mais satisfatórias a respeito desses povos por apresentarem ricas impressões e descrições. As documentações oficiais se ocupam em registrar as práticas e comportamentos de forma mais genérica, sempre colocando o homem branco como um “ser superior”. Tais descrições se fundamentam na ideia do que poderia ser mais proveitoso para a província e seu projeto civilizatório, aproximando grupos que aparentavam ter características semelhantes e que habitavam espaços vizinhos, com intuito de um maior controle nas “práticas disciplinares” que seriam aplicadas nos aldeamentos (Silva, 2001, p. 33).

Como já mencionado inicialmente, os povos indígenas Kinikanáo, Terena e Laiana são pertencentes a família linguística Aruak, e são descendentes dos Guaná do período colonial e imperial. Os Kinikanáo habitavam o continente americano na área do *Gran Chaco*, que compreendia a região dos atuais Bolívia, Paraguai, Argentina e Brasil, e passaram a se deslocar para a região do atual estado de Mato Grosso do Sul, onde se fixaram no século XVIII, especificamente para Corumbá e Miranda (Castro, 2015, p. 268).

O grupo se aliou ao projeto colonial português durante a primeira metade do século XIX, integrando o primeiro aldeamento da região, antes mesmo da promulgação do Regulamento de Missões, um aldeamento proposto pelo padre capuchinho, José Maria Macerata, intitulado de Aldeamento de Nossa Senhora da Misericórdia. É importante destacar que, nesse momento, esse aldeamento não era considerado como oficial na província. Esses indígenas ocuparam esse espaço a fim de conseguirem ferramentas, ferro, medicamentos e outros bens que não possuíam ainda e que obtinham do contato com os não-indígenas. No espaço do aldeamento viram também a oportunidade de aumentar a possibilidade de venda e/ou troca de seus produtos, além de exercerem diversas atividades enquanto trabalhadores pagos em obras do governo, como na construção e abertura de estradas, conforme salienta Castro (2015, p. 268).

Os Kinikanáo também são descritos nos relatos de viagem de Castelnau:

Três léguas a nordeste de Albuquerque fica a aldeia dos Quinquinaus, tribo pertencente a mesma nação dos Guanás, porém menos civilizada do que a destes últimos. Esta aldeia fica assente na borda de uma baía formada pelo Paraguai (...) O aldeamentos dos Quinquinaus é composto de setecentas ou oitocentas pessoas. Esses índios são muito laboriosos e entretêm com os brasileiros um grande comércio de farinha, mandioca e arroz. Suas lavouras são extensas e muito bem plantadas (Castelnau, 1845 [1949], p. 249).

Taunay (1931, p. 17-21 *apud* Silva, 2001, p. 32) descreve os Kinikanáo como residentes em aldeias em Euxagaxigo, a alguns quilômetros de Miranda. Também eram

considerados como diferentes dos Laiana e Terena por possuírem marcas no rosto (chamadas de “estampas”), se voltarem pouco ao cultivo ou a outro trabalho, sendo retratados como passando os dias deitados sobre couros. Na falta de cereais cultivavam o coco e as frutas da mata. Suas mulheres eram descritas como belas pelo Visconde, especialmente, segundo ele, devido a miscigenação com brancos e negros. Ainda segundo este autor, todos ou quase todos compreendiam a língua portuguesa ou se esforçavam para aprender o idioma.

A análise de Taunay nos traz informações distintas acerca do que usualmente é dito dos Kinikanáo nas documentações do oitocentos. No Relatório Provincial de 1852, os Kinikanáo são descritos pelo presidente Augusto Leverger da seguinte forma: “(...) os homens empregam-se na lavoura, na navegação e em diversos serviços; as mulheres fião e tecem algodão, fazem louça, e algumas consturão sofrivelmente (Leverger, 1852, p. 32-33 – APMT)⁴⁴. Em nenhum momento o presidente os qualifica enquanto “preguiçosos” ou que não eram “apetecidos” pelo trabalho, como relatado por Taunay. De igual forma, no Relatório do Diretor Geral de Índios de 1858 é destacado que:

Os Guaná e Kinikanáos habituarão-se á vida sedentária, e hoje detestão a errante, censurão a moleza; os homens applicão-se á lavoura; plantão o milho e outros grãos alimentícios; e dão-se aos para todos os serviços, principalmente para o de remar canôas em que são mui adeztrados; e as mulheres fiao e tecem o algodão para os seos usos e para o de seos maridos e filhos: fabricão louça, e fazem cintas e suspensórios, assim d'algodão, como de lá e algumas já costurão bem. (Baptista, 1858, p.92 – DGI)⁴⁵.

De igual forma, em seu Relatório acerca da catequese e civilização na província, o Diretor não expressa que os Kinikanáos seriam “contrários” ao trabalho ou que ficavam “deitados em couro” o dia todo, como Taunay aponta. Sendo assim, é possível que o viajante talvez tenha se referido à outra etnia, visto que, como Silva (2001, p. 32) destaca, os relatos utilizavam de critérios subjetivos e etnocêntricos para identificar e descrever os povos indígenas, muitas vezes utilizando-se apenas do referencial de localização das habitações para os enquadrarem em algum grupo.

É importante lembrarmos que os Kinikanáo muitas vezes poderiam ser enquadrados apenas como Guanás, assim como as outras etnias em questão. Como o próprio Diretor João Baptista de Oliveira evidencia “debaixo desta denominação compreende-se a Aldea dos

⁴⁴ Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, o capitão de mar e guerra, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1852 – CRL/APMT.

⁴⁵ Relatório enviado pelo Diretor Geral de Índios da Província de Mato Grosso ao Exmo. Snr. Presidente da Província, Joaquim Raimundo Lamare, no dia 31 de dezembro de 1858 – DGI/APMT.

Guanás em Albuquerque; por que os Guanás e Kinikanáos são todos Guanás; e além disso o benefício que se fazia á uns aproveitava a outros” (Batista, 1858, p. 93 – DGI)⁴⁶.

Os Kinikanáo permaneceram na região de Albuquerque até a construção do aldeamento de Nossa Senhora do Bom Conselho, sob a administração do Frei Mariano de Bagnaia, em 1851. Dentro do aldeamento, as principais atividades eram a lavoura, que era dever dos homens; a fiação do algodão e a fabricação de cerâmicas, deveres das mulheres, além desses, prestavam outros serviços ao Estado, como, por exemplo, guias de navegação entre as vilas de Corumbá e Cuiabá (Castro, 2015, p. 269). Também auxiliaram na abertura de estradas, construção de casas e até como soldados na Guarda Nacional, tendo os Guanás sido vistos como “civilizados”, chegando próximos ao que então era entendido como “estatuto de cidadão”, pelo seu “bom relacionamento e comportamento” com a província.

Para esses indígenas, essa política de alianças e vivência no espaço dos aldeamentos servia, entre outras coisas, como forma de obterem bens materiais como facas, facões, enxadas, e outros, que não tinham acesso facilmente sem o intermédio do não-indígena, mas também era uma forma de proteção e preservação de sua população no contexto histórico regional, de modo que Castro (2015, p.269) destaca que o tido como “sucesso” do aldeamento do Bom Conselho pode ser compreendido como resultado do interesse dos próprios indígenas em ocupar esse local e transformá-lo em um espaço de convívio e contato com a população provincial. Além da proteção e do comércio, esse grupo viu no aldeamento a possibilidade de viver enquanto coletivo etnicamente diferenciado, mesmo que em contato com outras etnias conjuntamente.

Antes de se mover para as fronteiras que hoje conhecemos enquanto Brasil, os Terena ocupavam o Êxiva, também conhecido como *chaco*, no Paraguai (Bittencourt; Ladeira, 2000, p. 41), descritos como excelentes lavradores (Vargas, 2003, p. 40). Não existem dados arqueológicos que esclarecem com segurança quando os Terena e os outros subgrupos Guaná se estabeleceram na região, mas por meio das crônicas pode-se deduzir que seja há pelo menos cinco séculos. O *chaco* possuía grande quantidade de recursos naturais, sendo ali possível plantar produtos alimentícios, obter peixes para a prática da pesca e animais para a caça, o que justificava a presença indígena no local. Os Terena estabeleceram contato com outras etnias na região, que viviam principalmente da caça, pesca e coleta (Vargas, 2003, p. 40-41).

As relações de intercâmbio, se por um lado eram positivas pelas condições naturais existentes estabelecidas, por outro evidenciam as transformações culturais e econômicas que

⁴⁶ Idem

ocorreram ainda no Chaco. Os antigos territórios dos Terena eram ao norte do Forte Olimpo e iam até a desembocadura do rio Negro no rio Paraguai, sendo detentores de aldeias com alta densidade demográfica. Os Terena possuíam estratégias próprias de defesa, dominando as etnias consideradas “mais fracas” e se aliando às mais fortes, o que explica sua relação com os Mbyá, com quem pactuaram, adotaram o costume de andar a cavalo e exploraram suas terras (Vargas, 2003, p. 42). A autora aponta que a adoção dos cavalos teve um impacto inegável sobre as outras etnias, pois se tornou um meio de garantir braços para suas lavouras, pois realizavam a dominação dos grupos “mais fracos”, e um meio de proteger suas terras.

O deslocamento dos Terena e de outros grupos indígenas para as terras além-Paraguai foi motivado conforme os interesses coloniais iam aparecendo juntamente com conflitos com as comunidades Chané. Procurando evitar o contato com esses grupos, passaram a se estabelecer em outros lugares (Vargas, 2003, p. 47). Quando se deslocaram juntamente com outros grupos Guaná para as fronteiras delimitadas por Portugal, ocuparam tradicionalmente a região da bacia do rio Paraguai, onde se localiza atualmente o Pantanal mato-grossense. (Pereira, 2014, p.8). A região de Miranda era desabitada por populações não indígenas, e os Terena foram os primeiros a habitar o local (Bittencourt; Ladeira, 2000, p. 44). Moura e Acçolini (2015, p. 249) destacam que essa etnia foi uma das protagonistas na consolidação dos atuais estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, lutando por seus territórios contra a invasão paraguaia e brasileira.

A região passou a ser objetivada pelo não indígena a partir da descoberta do ouro na cidade de Cuiabá. A partir de então, os portugueses e seus descendentes passaram a necessitar dos indígenas para garantir as áreas das fronteiras, assim como para garantir moradores nas vilas, além da mão de obra para as fazendas. Dentre os povos indígenas da região que poderiam estabelecer essas alianças, foram justamente os subgrupos dos Guaná que o fizeram, especialmente por seus próprios interesses em estabelecer redes de trocas e alianças, mantendo assim sua tradicional relação de intercâmbios interétnicos.

Durante o século XIX, os Terena foram se deslocando por essas regiões de rios devido a expansão do não-indígena, especialmente após o conflito da Guerra contra o Paraguai, que acabou por destruir seus territórios. Após o conflito, o governo brindou algumas lideranças com fardas e patentes, mas não lhes devolveu seus antigos territórios, de forma que precisaram buscar outros lugares. Entretanto, continuaram a luta pela terra por meio de suas lideranças, celebradas pelo governo com suas condecorações, algo que foi utilizado para novamente se fortalecerem enquanto etnia e conquistarem, por vias legais, novas terras, onde puderam

reproduzir o *modus vivendi* Terena, mas com novas práticas e comportamentos (Moura; Acçolin, 2015, p. 251-252).

Oliveira (1983, p. 77 *apud* Silva, 2001, p. 20) ao tratar do povo Terena aponta que esse subgrupo dos Guaná se organizava em metades, simultaneamente em camadas ou estratos, com um sentido hierárquico, permitindo modalidades de trocas. Silva (2001, p. 20) aponta que esses dois elementos, da reciprocidade e hierarquia, se evidenciam nas ações e estratégias desses povos ao longo de sua história com a sociedade do entorno. Embora em alguns casos fossem “confundidos” entre os demais habitantes pelas autoridades provinciais, eles se identificavam como indígenas e insistiam em continuar recebendo os serviços específicos da Diretoria Geral dos Índios e outros pedidos e trocas que lhes interessava.

Durante sua viagem ao Mato Grosso, Francis Castelnau realizou uma descrição dos Terena, para quem utilizou a nomenclatura “terenos” ao falar desta etnia, que habitava a região de Miranda. Ele os descreve:

A 5 de abril fomos visitar o aldeamento dos Terenos, índios que pertencem à mesma nação dos precedentes [Guaná], mas que até aqui têm tido muito poucas relações com os brancos. É uma nação guerreira que conserva em toda integridade os costumes de seus antepassados (Castelnau, 1845 [1949], p. 301)

O viajante aponta algumas características diferentes do que usualmente são atribuídas aos indígenas do grupo Guaná por relatos de viajantes e documentos oficiais do período. Primeiramente são colocados como uma “nação guerreira”. Por meio dos relatos, sabe-se que os Guaná em geral mantinham uma relação de aliança com os Guaicuru. Bittencourt e Ladeira (2000, p.36) salientam que tal tipo de relação foi possibilitado justamente porque eram nações diferentes em seu *modus vivendi*. Os Guaná eram agricultores, enquanto os Mbya eram tidos e retratados como uma nação que vivia da caça e da pesca, também era guerreira, de modo que controlavam vários territórios, sendo passíveis de oferecer proteção ao grupo Guaná. Ao enquadrar os Terena como guerreiros, Castelnau nos traz uma outra perspectiva, que vai além do perfil de agricultores, algo que é atestado por meio da participação dos Terena no conflito da Guerra contra o Paraguai.

Outro ponto é a questão do não contato com os brancos, pois nas documentações vemos que os Terena mantinham sim uma relação com a comunidade ao entorno de Miranda, tendo sido enquadrados nas documentações enquanto “mansos” e “amigos da província” pelas entidades governamentais. No Relatório do diretor geral de índios, de 1858, são descritos como:

Estes Indios são mansos, pacíficos e hospitaleiros: vivem reunidos porem sobre si, em aldeas mais ou menos populosa, cultivão a terra, e plantao o milho, feijão, arroz, cana, e outros generos do Paiz. As suas colheitas são abundantes, e não só chegao para o seo consumo, como dão lhes um excedente com que, por rendas e permutas, supprem aos habitantes da Villa. Occupão-si tambem da crceação de gado vaccum e cavallar: ajustão-se para todos os serviços, e principalmente para a navegação fluvial. As mulheres fião e tecem o algodão, e a lã do que fazem bôas redes, cintas e suspensórios. Entendem e fallão o nosso idioma e estão por todas estas e outras rasões muito no caso de curar-se da sua educação intellectual e religiosa (Oliveira, 1858, p. 94-95 – DGI)⁴⁷.

Tais descrições nos elucidam a visão de que os Terena seriam para a província passíveis do projeto civilizatório, estando, neste ponto de vista, aptos à “assimilação”, isto é, de serem inseridos em meio a sociedade geral provincial. Tal percepção reforçou a ideia de que seus aldeamentos, cuidados pela administração provincial, foram tidos como de sucesso, já que estavam alcançando os objetivos previstos no Regulamento.

Sobre os Laiana não se tem muitas menções nos Relatórios ou Correspondências da Província. Somente são mencionados no Relatório de 1872, como habitantes da região de Miranda (Cardozo Junior, 1872, p. 140 – APMT)⁴⁸. Nos relatórios da Diretoria Geral de Índios estão sempre associados aos Terena, pois eram habitantes da mesma região e foram reunidos no mesmo aldeamento pelas entidades governamentais. Castelnau em sua viagem faz uma breve descrição acerca desses indígenas:

A primeira foi o aldeamento dos Laianos, situado a menos de meia légua de Miranda e composto de umas doze ou quinze casas alinhadas em círculos (...) São os Laianos uma tribo da nação dos Guanás; montam a cavalo e andam em nudez quase completa, cobrindo apenas as partes inferiores do corpo com um pedaço de pano, conforme é de uso em todas as tribos da zona. Sómente algumas mulheres traziam o rosto pintado (Castelnau, 1845 [1949], p. 300-301).

A partir do relato podemos perceber algumas diferenças entre os Laiana e os mencionados Terena. Primeiramente são descritos como montadores de cavalo, algo que não era uma característica comum dos grupos Guaná em geral. Em seguida é descrita sua nudez, algo que não é mencionado pelo viajante acerca das outras etnias da região, apenas esta tem esse destaque nas fontes analisadas. Apesar desses pontos, podemos concluir que esses indígenas tinham alguma forma de relação com a população branca ao redor, afinal o viajante conseguiu chegar até o aldeamento de seu povo.

⁴⁷ Relatório enviado pelo Diretor Geral de Índios da Província de Mato Grosso ao Exmo. Snr. Presidente da Província, Joaquim Raimundo Lamare, no dia 31 de dezembro de 1858 – DGI/APMT.

⁴⁸ Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província de Mato Grosso pelo presidente da mesma província, o exmo. sr. tenente coronel Dr. Francisco José Cardozo Junior, em 4 de outubro de 1872 – CRL/APMT.

Apesar de serem pertencentes a mesma família linguística e muitas vezes serem tratados como um mesmo grupo, como uma unidade cultural homogênea, podemos perceber a partir dos apontamentos mencionados acima que as quatro etnias apesar de terem similaridades, possuíam também diferenças entre si. Tinham a característica geral de serem amistosos com os não-indígenas, com quem estabeleciam diversas políticas de alianças a fim de alcançarem seus objetivos territoriais, comerciais e culturais, mas apresentavam diversidade na forma de executar tais alianças, assim como em sua forma de viver, dentro e fora dos aldeamentos.

2.2 O ALDEAMENTO DE NOSSA SENHORA DO BOM CONSELHO

Como já abordado anteriormente, é importante destacar que a política de aldeamentos na região fronteira não tinha apenas a função de catequisar e “civilizar” os indígenas para chegar enfim à almejada “assimilação”, mas também era utilizada como uma forma de assegurar territórios que estavam em situação de litígio com a coroa espanhola. Desse modo, a ocupação da fronteira sul, que faz contato especificamente com o Paraguai, se efetivou a partir de um contato interétnico estabelecido entre os colonizadores espanhóis e portugueses com as populações indígenas (Almeida, 2013, p. 151).

Augusto Leverger, capitão de mar e guerra, que viria a ser presidente da província a partir de 1852, realizou, sob as ordens do então presidente da província Zeferino Moreira Freire, um reconhecimento do rio Paraguai na década de 1840 e verificou que desse até a área do rio Jauru seria o marco da fronteira entre o sul de Mato Grosso e a República do Paraguai (Almeida, 2013, p. 152).

FIGURA 4 – MAPA DELIMITANDO A FRONTEIRA COM A LOCALIZAÇÃO DOS RIOS PARAGUAI E JAURU



Mapa elaborado no Banco de Informações e Mapas dos Transportes da Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes

Fonte: Portal do Professor (MEC)⁴⁹

Francis Castelnau descreveu que o aparato do governo imperial para ocupar a fronteira foi sendo construído por meio da instalação de fortes e núcleos habitacionais. Constantemente era indicado que, após a “civilização e catequização”, a população indígena iria habitar esses locais (Castelnau, 1845, *apud* Almeida, 2013, p. 152).

Leandro Mendes Rocha define aldeamento como “estabelecimentos oficiais cuja existência impõe a transformação dos hábitos cotidianos através de uma nova disciplina no tratamento, incentivando a agricultura em detrimento da caça e da pesca (Rocha, 1988, p. 73 *apud* Silva, 2000, p. 22). *Aldeia Regular* era o termo utilizado pelos Presidentes da Província e pela Diretoria Geral de Índios para denominar os aldeamentos instalados após o Regulamento. No Mato Grosso temos três terminologias: aldeia regular, aldeia normal e a aldeia (Silva, 2001, p. 63). A “Aldeia” era a terminologia designada para os espaços fundados pelos próprios

49

http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?pagina=espaco%2Fvisualizar_aula&aula=57329&secao=espaco&request_locale=es

indígenas. Os outros dois termos se referiam aquelas que foram criadas e eram administradas pelo governo provincial.

Desse modo, podemos compreender a diferenciação entre o que é a aldeia, normalmente criada e fundamentada pelos próprios indígenas, e o aldeamento, processo que poderia ser criado e financiado por particulares ou pelas entidades governamentais, e que se entendia enquanto um espaço de transição, em que o indígena seria “confinado” por um período de tempo, aprendendo as oficinas mecânicas (ocidentais), o trabalho (agrícola), a religião (católica) e a língua portuguesa, para então serem “assimilados” em meio a sociedade. Amado (2020, p. 58) destaca que a política de aldeamentos e a catequização foram instrumentos implementados para subjugar povos indígenas ao controle do Estado. No caso de Mato Grosso, como já apontado, os aldeamentos também serviram como formas de assegurar as fronteiras com outros países.

Com o fim de organizar esses espaços, o governo imperial promulgou o decreto nº 426 de 26 de julho de 1845, o denominado “Regulamento acerca das Missões de catechese, e civilização dos Índios”, que era uma legislação geral a todas as províncias sobre como deveriam ser organizados os aldeamentos oficiais dos indígenas. Acerca desta legislação, podemos perceber que foi influenciada e inspirada nos “Apontamentos para a Civilização dos Índios” de José Bonifácio, escrito antes da independência do Brasil, publicado na revista do IHGB e que propunha justamente a “civilização dos indígenas” para sua posterior inserção na população nacional. Tal processo ocorreria a partir do ensino do trabalho e da religião, entendidos a partir dos modelos europeus. Além dos apontamentos, o Regulamento herda diversas características de seu “predecessor”, o Diretório dos Índios, criado em um contexto de reforma administrativa durante o governo pombalino (Amado, 2020, p. 59).

Amado (2020, p. 58) destaca que, além de dispor sobre a liberdade dos indígenas, o Diretório também modificou administrativamente a organização das aldeias, de modo que os diretores deveriam observar os fins estabelecidos pela Coroa para os indígenas, que consistia em: “dilatação da fé; extinção do gentilismo; propagação do evangelho; civilidade dos índios; bem comum dos vassallos; aumento da agricultura; introdução do comércio; estabelecimento; opulência e total felicidade do Estado” (Amado, 2020, p. 59). Observando os objetivos do Regulamento de Missões já no oitocentos podemos perceber algumas similaridades entre os objetivos coloniais e imperiais, como a dilatação da fé, a expansão do evangelho, a introdução e o avanço do trabalho e a dita civilidade dos indígenas. Desse modo, podemos compreender que as iniciativas indigenistas praticadas no século XIX podem ser vistas enquanto resultado de uma construção que persistia desde o período colonial.

O autor aponta que os chefes indígenas não eram vistos como capazes de governarem os aldeamentos oficiais, de modo que é criada a figura do diretor de povoações, que devia até mesmo dominar a língua indígena local. O mesmo cargo aparece no Regulamento de Missões de 1845, agora dividido em dois: o Diretor Geral de Índios e o Diretor de Aldeia, cuja função se restringia a administração interna dos aldeamentos (Amado, 2020, p. 60). A partir dessas considerações, atestamos que a política de aldeamentos não é uma novidade do oitocentos, os indígenas já vinham passando por processos de aldeamentos por meio das entidades governamentais desde a colonização, e podemos perceber que suas configurações pouco se alteraram desde então.

Na província de Mato Grosso, no ano de 1846 foi criada a Diretoria Geral dos Índios para realizar a aplicação do dito regulamento, que deveria realizar o acompanhamento dos aldeamentos, nomear seus diretores, fornecer materiais necessários e fornecer ao governo provincial relatórios informando como estava a “catequese e a civilização” dos indígenas na província. Além do cuidado com esses espaços, a diretoria deveria formular estratégias para aldear os “índios errantes”, fornecer “brindes” aos indígenas que fossem até a capital, patentes do exército, dentre outras funções (Silva, 2000, p. 67). No ano de 1848 tem-se a denominação de Henrique José Vieira como primeiro Diretor Geral de Índios e a partir de então se pode dizer que, após três anos da instituição do Regulamento, inaugurava de fato a política aldeadora na Província (Leotti, 2001, p.144).

Para atender a nova política criada pelo Império brasileiro, foi fundado em Mato Grosso o aldeamento de Nossa Senhora do Bom Conselho, que se localizava na povoação de Albuquerque⁵⁰. Durante o século XIX este aldeamento foi apontado, inicialmente, como o “oásis” da política indigenista, mas que passou a ser criticada posteriormente (Leotti, 2001, p. 170). A região em questão já era habitada por indígenas Guaná e Kinikanáo, que já tinham relações com os não-indígenas do entorno, vendendo seus produtos e realizando o abastecimento da vila com gêneros alimentícios de suas plantações, especialmente no Forte Coimbra. Conforme Rita Heloisa de Almeida (1997, p. 42, *apud* Silva, 2001, p. 43), a prática de instituir missões catequéticas nas próprias aldeias já estabelecidas pelos indígenas foi uma estratégia do século XIX. Nesse local foram depositadas as esperanças de sucesso do projeto

⁵⁰ Foi conhecida como “Albuquerque dos índios” no início do século XIX, pois até o ano de 1810 foi ocupada apenas por uma fazenda para criação de gado e por habitações para os índios Guaná, que em 1819 foram aldeados pelo frei José Maria Maceratta. Em 1826 se torna povoado e em 1850 uma vila (Silva, 2001, p. 62). Atualmente a cidade é um distrito do município de Corumbá, localizada a 70km dessa cidade. É descrita enquanto uma região precária, com uma pequena população, de aproximadamente 2000 pessoas (Canazilles; Alves e Matias, 2013, p. 101).

civilizador dos indígenas, que foi apontada como modelo para o restante da província (Leotti, 2001, p. 170).

Outro fator que colocou a região como alvo dos governantes teria sido a tentativa anterior, ainda em 1819, de criação de um aldeamento pelo padre capuchinho José Maria Macerata, denominado como de Nossa Senhora da Misericórdia. Porém, quando esse padre é chamado a Cuiabá, acaba ocorrendo o desmanche deste (Silva, 2000, p. 20). Os indígenas se inseriram dentro do aldeamento em questão, também como forma de obter ferramentas como facões, machados, enxadas, e até mesmo alimentos que não eram facilmente cultivados por esses indígenas.

É importante destacar que o governo imperial e provincial buscava as comunidades indígenas nas quais reconheciam supostas semelhanças aos brancos, atribuindo com isso identidades que marcavam sua própria percepção da relação com os indígenas, como “mansos”⁵¹ ou “domésticos” e “bárbaros”. Os Guaná, tendo sido um grupo considerado dentro da lógica governamental com seus ímpetus assimilacionistas, “civilizado”, devido a sua maneira de formar alianças para assegurar seus interesses, foram um dos primeiros a serem objetivados para esse processo.

Desse modo, no ano de 1847 foi enfim fundado o aldeamento de Nossa Senhora do Bom Conselho, com indígenas Kinikanáo principalmente, tendo o frei capuchinho Mariano de Bagnaia como diretor, e passando a delinear e executar a política indigenista de fronteira no sul de Mato Grosso, com a presença dos capuchinhos italianos. No Relatório Provincial de 1848, o presidente Manoel Alves Ribeiro destaca:

Forão postos pelo governo imperial à disposição da província para a catequese dos índios os dous missionários capuchinhos Frei Antonio e Frei Mariano. Por aviso da secretaria d'estado dos negócios do império de 12 de maio do anno findo se mandou abonar á cada hum dos ditos missionários a diária de 500 reias em quanto não se instruírem na nossa língua: esta diária he sem duvida alguma insufficiente para a mais parva subsistência nesta província (...)" (Ribeiro, 1848, p. 8 – APMT)⁵²

Leotti (2001, p. 170) aponta que entre os anos de 1847 e 1864, esse aldeamento passou por diversos acontecimentos que garantiu uma descontinuidade, com diversos sobressaltos e

⁵¹ Tal categoria toma como critério diferentes modalidades desenvolvidas, como o manejo e técnicas de cultivo, tecelagem, industrialização, vestimentas, o bom relacionamento com diferentes povos indígenas e brasileiros, atividades comerciais desenvolvidas, que englobavam alimentos, panos, suspensórios, bolsas, e deveriam ser bons falantes da língua portuguesa (Silva, 2000, p. 27).

⁵² Discurso recitado pelo exmo. vice-presidente de Mato Grosso, Manoel Alves Ribeiro, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1848 – APMT.

solavancos, de forma que os primeiros dezesseis anos deste não se pôde creditar muitos elogios, pois não fez mais do que levar os povos indígenas que habitavam no local a um trauma psicológico, visualizando seus valores socioculturais e políticos serem colocados abaixo. Os anos de 1853 e 1856 foi um período “dramático” visto que o confronto cultural fez com que não houvesse uma harmonia nas relações entre seu diretor e a comunidade indígena (Leotti, 2001, p. 170). Desse modo podemos notar que, apesar dos relatórios quase sempre exaltarem esse aldeamento, empregando-o como “sucesso” da província, houveram diversos problemas, especialmente no concernente a relação dos indígenas com os freis.

A política de aldeamentos em Mato Grosso muito dependeu e se beneficiou da presença dos padres capuchinhos italianos, que estabeleceram relação desde 1840 com o Império brasileiro por meio de um Aviso Imperial, que autorizava a vinda de missionários de Roma para o Brasil justamente para trabalharem com o processo da catequização dos indígenas (Almeida, 2013, p. 156). O Mato Grosso, por ser visto como uma das regiões com mais populações indígenas no Brasil, portanto “selvagem” aos olhos europeus, foi alvo do projeto civilizatório, tendo sido um dos locais de maior presença desses missionários. Oliveira (2006, p. 82) destaca que o projeto civilizatório desenvolvido pelos capuchinhos associava a educação religiosa com o ensino formal de ofícios mecânicos, práticas agrícolas e atividades militares.

Podemos perceber, por meio do relatório de Ribeiro, que a política de aldeamentos com a catequização já é iniciada com problemas, especialmente no tocante a remuneração que os missionários e os outros “servidores” desse aldeamento iriam receber. Não foram apenas os missionários que tiveram questões com a remuneração, mas também os professores de primeiras letras, de costura, e outros ofícios também. Outra questão se referia a língua desses missionários, que não era o português, sendo quem deveria ensinar muitos dos indígenas a falarem a língua portuguesa. Por último, podemos destacar o isolamento geográfico, devido aos aldeamentos serem distantes das cidades, poucas pessoas não indígenas queriam se dedicar a esse serviço.

No Relatório de 1849 é mencionada novamente a situação do mesmo aldeamento, pelo então presidente Joaquim José de Oliveira:

Achão-se nesta província para a catechese e civilização dos Indigenas, em virtude do aviso do ministério do império de 12 de maio de 1847, os missionários capuchinhos Fr. Antonio de Molinetto e Fr. Mariano de Bagnaia. Estes religiosos são de bons costumes, mas mostram descontentamento em se afastarem das povoações, e em se separarem por causa da distancia. Espero porém que das povoações de Vila Maria e de Poconé, onde ultimamente se achavão; um vá exercer seu ministerio nas habitações

dos Bororos e o outro nos aldeamentos do Baixo Paraguay⁵³ (...). (Oliveira, 1849, p.9-10 – DGI)⁵⁴.

A questão da distância do aldeamento é mencionada como um problema, pois esses locais usualmente eram bastante afastados das cidades, supostamente porque os indígenas primeiramente teriam que aprender os “bons costumes” antes de viver em meio a sociedade, e os freis capuchinhos, assim como outros não-indígenas que prestavam serviços nos locais, encontravam problemas nessa situação. Mesmo assim, era esperado que ambos os missionários fossem atuar nos aldeamentos. Para atrair os indígenas para esses locais deveriam ser oferecidos “brindes”, conforme foi previsto no próprio Regulamento, no artigo 1º, era função do Diretor Geral de Índios:

§ 10. Distribuir pelos Directores das Aldêas, e pelos Missionarios, que andarem nos lugares remotos, os objectos que pelo Governo Imperial forem destinados para os Indios, assim para a agricultura, ou para o uso pessoal dos mesmos, como mantimentos, roupas, medicamentos, e os que forem proprios para attrahir-lhes a attenção, excitar-lhes a curiosidade, e despertar-lhes o desejo do trato social; requisitando-os do Presidente da Provincia, segundo as Instrucções que tiver do Governo Imperial. (Mato Grosso, Decreto nº 426 de 24 de julho de 1845).

Também consta na função do Diretor de Aldeia, no artigo 2º, subparágrafo 7 “Distribuir os objectos, que forem applicadoss pelo Director Geral para os trabalhos communs, e particulares dos Indios; e os que forem destinados para animar, e premiar os Indios já aldeados, e attrahir os que ainda o não estejam”. De fato, os objetos do não-indígena eram desejados pelos indígenas, o que é mencionado várias vezes nos relatórios da Diretoria Geral de Índios, que registram a presença de indivíduos de uma ou outra etnia que iam até Cuiabá em busca desses “brindes”, e eram enviados objetos para que os diretores de aldeia pudessem distribuir, como é o caso do Relatório de Henrique José Vieira, enviado em 3 de maio de 1853 para o frei Mariano de Bagnaia:

Accusando o recebimento de um pedido de cêra e mais objectos feitos por Frei Mariano, e remetendo varias ferramentas para brindes.
Ilmo e Rmo. Snr. Accuso recebido o officio que V.Rma. dirigeo-me em data de 1 de abril do corrente anno, acompanhado de um pedido de cêra para a Igreja de N. Sra. do Bom Conselho, ferro e aço para concerto de ferramentas dos Indios (Vieira, 1853, p. 27 – DGI)⁵⁵

⁵³ Os aldeamentos dos Guaná, no caso o de N. Sra. do Bom Conselho também, se localizavam neste espaço.

⁵⁴ Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso, o major doutor Joaquim José de Oliveira, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1849 – APMT.

⁵⁵ Relatório enviado pelo Diretor Geral de Índios da Província de Mato Grosso, Henrique José Vieira, ao Exmo. Snr. Presidente da Província, Augusto Leverger, no dia 3 de maio de 1853 – DGI/APMT.

Almeida (2013, p. 158) destaca que o aldeamento de N. Sra. do Bom Conselho foi firmado visando a expansão territorial do Império, tal como garantir a ocupação e o controle das áreas de fronteira e regiões vizinhas por meio do povoamento e da colonização desses indígenas em seus territórios tradicionais. O frei Mariano de Bagnaia assumiu a direção do aldeamento durante os anos de 1847 e 1857, e apesar do Regulamento prever uma administração leiga, os presidentes acreditavam que os missionários seriam mais aptos para tal função, como é indicado pelo presidente da província em 1847, Ricardo Gomes Jardim, o que também é apontado por Augusto Leverger, em 1851:

Ao missionário Fr. Mariano de Bagnaia
O presidente da provinca atendendo a importância da Aldea de N. Senhora do Bom Conselho, composta de grande numero de Indios Kinikanaios residentes no Mato grande distante três léguas de Albuquerque, e entendendo que convém q'. seja dirigida por pessoa que nella resida, e assídua e exclusivamente se ocupe da sua administração, e dos melhoramentos de que he susceptível ordena que fique a dita Aldea desligada dos que forão confiáveis a direção do cidadão Manuel José de Carvalho, e aqui seja em tudo dirigida pelo referido senhor Fr. Mariano de Bagnaia, missionário apostolico, que devera portanto entender-se diretamente com a província (Leverger, 1851, p. 141 – APMT)⁵⁶

Sob a administração do frei Mariano é evidenciado pela Diretoria Geral de Índios que o aldeamento do Bom Conselho prosperava e progredia. Henrique José Vieira ao escrever para o então Presidente da Província, Augusto Leverger em 1851, evidencia:

Muito tem progredido a Aldêa de N. Sra. do Bom Conselho em Albuquerque sob a direcção do Missionario Frei Mariano de Bagnaia; os meninos, em numero de 83, continuão a apprender a lêr e escrever com aproveitamento: vinte d'elles frequentão a aula de musica (cujo muito foi por V.Exa. ali mandado); requisita-me o mesmo Frei Mariano instrumentos para applicação dos meninos, como seião rebecas, flautas, clarinetas, e em occasião opportuna farei remessa de alguns, afim de que prospere ali mais esta arte. Oito destes meninos apprendem os officios de ferreiro e ourives, e 2 ja estão quasi prompts no de sapateiro. Acabo de receber uma porção de escriptas dos jovens Indios, e avista d'ellas é que avanço-me a asseverar o seo aproveitamento. Segundo o mappa que com officio de 31 de Dezembro remettêo-me o Director d'essa Aldêa, 65 farão os baptisamentos feitos durante o anno de 1852, 24 casamentos e 29 obitos; sendo que nem todos os baptisados forão recém-nascidos. (Vieira, 1853, p.25-26 – DGI)⁵⁷.

A partir da citação vemos que na aldeia funcionava a escola, tal qual previsto no Regulamento em seu artigo 1º, subparágrafo 18 “Propor á Assembléa Provincial a criação de Escolas de primeiras Letras para os lugares, onde não baste o Missionario para este ensino.”

⁵⁶ Officio enviado pelo Exmo. Presidente da Província, Augusto Leverger, ao Diretor da Aldeia de Nossa Senhora do Bom Conselho, o frei Mariano de Bagnaia, em 26 de setembro de 1856 – APTM, doc. 106, estante 6.

⁵⁷ Relatório enviado pelo Diretor Geral de Índios da Província de Mato Grosso, Henrique José Vieira, ao Exmo. Snr. Presidente da Província, Augusto Leverger, no dia 9 de abril de 1853 – DGI/ APMT.

Também no mesmo artigo, subparágrafo 26 mencionam as artes mecânicas: “os Promover o estabelecimento de oficinas de Artes mecanicas, com preferencia das que se prestão ás primeiras necessidades da vida; e que sejam nellas admittidos os Indios, segundo as propensões, que mostrarem”, que estavam em efetivação no mesmo aldeamento, sendo de ferreiro, ourives e sapateiro. O projeto previa que com o domínio dessas funções, esses indígenas iriam trabalhar nas fazendas particulares ou até mesmo já na vila de Albuquerque.

A escola se fazia um importante mecanismo dentro dos aldeamentos. Amoroso (1997, p. 2) destaca que ela era uma prescrição da política tutelar e que procurava atender a demandas claras, visto que, foi erguida sob os pilares da “catequese e civilização” com o fim da “assimilação branda” da população indígena. A escola também era uma parte do projeto de conversão à religião católica. A autora destaca que nesse aldeamento a escola era uma “frustração” ao projeto devido a evasão sistemática dos indígenas, o que pode ser percebido pelo relato de Vieira, ao apontar as constantes faltas dos “índios menores” nas aulas:

Ilmo.Snr. Ordenando-me V.Exa. o Snr. Presidente da Provincia, que eu dêsse o meo parecer sobre as providencias que pede o Professor de 1^{as} letras d’essa Freguezia, em seo officio datado de 4 de julho pp, acerca das reiteradas faltas commettidas pelos Indios menores que frequentão a sua aula. (Vieira, 1854, p. 53 – DGI)⁵⁸

Apesar disso, conseguiram manter por alguns anos uma banda filarmônica uniformizada, composta por 20 estudantes indígenas (Amoroso, 1997, p. 9). Também o governo financiava a presença de professores de primeiras letras no aldeamento, como consta a indicação do diretor-geral Henrique José Vieira, em 20 de outubro de 1853:

Propondo o Luiz José Botelho para o lugar de Professor de 1^{as} letras da Aldêa de N. Sra. do Bom Conselho. Ilmo. e Exmo. Snr. Havendo-me participado o diretor da Aldêa de N. Sra. do Bom Conselho em Albuquerque em officio de 6 de setembro ultimo, que no dia 30 d’ Agosto fallecera o Professor de 1^{as} letras da dita Aldêa Joaquim Mariano Albernás; e oferecendo-se para ir servir n’aquelle lugar o cidadão Luis José Botelho, que me parece habilitado para ocupar satisfactoriamente esse Magisterio; cumpre-me propo-lo a V.Exa. , afim de que não continue por mais tempo a ser ocupado interinamente o mesmo Magisterio. (Vieira, 1853, p. 35-36 – DGI).

Podemos perceber que havia uma certa preocupação no tocante ao preparo do cidadão para o ensino dos indígenas, ele deveria cumprir a um certo padrão e ser habilitado para essa função de magistério. Entretanto, a presença do professor das primeiras letras no aldeamento

⁵⁸ Relatório enviado pelo Diretor Geral de Índios da Província de Mato Grosso, Henrique José Vieira, ao diretor da aldeia de N. Sra. do Bom Conselho, frei Mariano de Bagnaia, no dia 8 de agosto de 1854 – DGI/APMT.

se configurou como um problema no decorrer dos anos, pois a remuneração era tida como baixa pelos profissionais. Vieira, em um relatório financeiro de 1854, evidencia que: deduz-se 300\$reis⁵⁹ de ordenado ao Professor da Aldea do Bom Conselho”.

Mesmo com a baixa remuneração dos professores, o governo provincial enviava os materiais necessários para as aulas, como relata Henrique José Vieira a escrever ao frei Mariano de Bagnaia em 31 de janeiro de 1854: “Remo. Snr. Remetto a V. Rema. Duas resmas de papel almasso, cincoenta lapis e quatro aparelhos de tinta, para distribuir pelos indios que frequentão a aula da Aldêa sob sua direcção” (Vieira, 1854, p. 45).

Além do ensino das primeiras letras, o aldeamento contava com aulas de música e instrumentos para tal, como flautas, flautins e instrumentos de corda, como consta em correspondência enviada por Henrique Vieira em 24 de novembro de 1854 para o frei Mariano:

Remettendo a Frei Mariano instrumentos de muzica e objectos para o ensino dos Indios menores.

Remo. Snr. Em solução aos diferentes pedidos de V.Rma., remetto nesta occasião duas rebecas finas, duas clarinetas de requinta, e duas de re, duas flautas, dous flautins, um sortimento de cordas, uma libra de retrós escarlata superior, seis duzias de lápis, duas duzias de canivetes finos para pennas, uma duzia de tesouras finas, e uma de ponta romba, e uma resma de papel almasso para distribuir pelos indios menores que frequentão a Aula de 1^{as} letras e de musica (Vieira, 1854, p. 55 – DGI)⁶⁰.

Apesar de todas as atribuições características positivas em relação ao aldeamento e seu “sucesso”, em seu relatório ao Diretor Geral, em 10 de dezembro de 1854, o dito frei evidencia:

Tenho empregado todos os esforços possíveis afim de que os índios se dediquem com mais actividade as plantações, e principalmente da mandioca, mostrando-lhes o feliz resultado a beneficio delles, mas a apathia de que a natureza dotou estes miseráveis frutos e o espirito de contrariedade, faz com que tornem-se insensíveis à qualquer interesse, ainda que proprio. A irregularidade com que fazem seus negócios sorateiros no tempo da colheita, faz com que sempre vivem deprevemente de mesas (...) (Bagnaia, 1854, s.p. – ACBM)⁶¹

A partir da fala do missionário percebemos que o mesmo encontrava algumas dificuldades no uso do trabalho indígena para o serviço de colheita, evidenciando que apesar de seus esforços em mostrar o “benefício” do trabalho contínuo, havia uma “apatia” por parte desses sujeitos para com essa prática. É importante que lembremos que as etnias que estavam no aldeamento do Bom Conselho eram agricultoras, desde antes do processo de colonização e

⁵⁹ A quantia de 1000 réis equivale atualmente, aproximadamente pelas taxas de conversão a 1 real.

⁶⁰ Relatório enviado pelo Diretor Geral de Índios da Província de Mato Grosso, Henrique José Vieira, ao Exmo. Snr. Presidente da Província, Augusto Leverger, no dia 24 de novembro de 1853 – DGI/APMT.

⁶¹ Relatório enviado pelo Diretor da Aldeia da Província de Mato Grosso, frei Mariano de Bagnaia, ao Exmo. Snr. João Batista de Oliveira, no dia 10 de dezembro de 1854 – ACBM.

“confinamento”, esses indígenas já realizavam o plantio e a colheita, até mesmo abastecendo os povoados ao redor do Forte Coimbra e de suas aldeias. Assim, é interessante vermos a descrição do frei desses sujeitos enquanto apáticos, visto que tinham a prática do trabalho agrícola, descrita nos relatórios dos diretores gerais, e que realizavam “negócios sorrateiros” no tempo da colheita, visto que tais eram negociações independentes de troca e/ou compra e venda, mas por não contarem com a mediação de Bagnaia são descritos pelo mesmo como sorrateiros.

Compreendemos que dentro do aldeamento os indígenas conseguiam acesso a objetos que não conseguiriam por conta própria sem um formato de aliança com o não-indígena. Além de ferramentas, uteis para o serviço da agricultura, também tinham acesso a instrumentos musicais, papel, canetas tinteiras, dentre outras coisas, como:

Remettendo á Frei Mariano ferramentas, e mais objectos para a Aldêa do Bom Conselho. Rmo.Snr. Em consequencia dos pedidos que V.Rma. tem dirigido á esta Directoria, remetto-lhe vinte foices, vinte enchadas, dez machados, um forno de cobre, cinquenta folhas de flandres, quatro libras de sal amargo, meia libra de jalapa, meia dita de rhuibarbo, duas onças de nitro, duas de laudano liquido, e uma de mercúrio. (Vieira, 1855, p. 60 – DGI)⁶².

O aldeamento de N. Sra. do Bom Conselho era bastante populoso, como consta em tabela formulada pelo diretor geral, em 3 de setembro de 1855⁶³:

FIGURA 5 – TABELA DO DGI ACERCA DAS INFORMAÇÕES GERAIS DOS ALDEAMENTOS

N.º de Índios presentemente aldeados.	Quantos em aldeias a que se referem.	Quantos em aldeias a que se referem.	Designação das Aldeias.	Designação das Aldeias.
1.010	200	Guaranis	D. Albuquerque	S.º de S.º de S.º de S.º
	800	Guaranis	D. S.º de S.º de S.º	S.º de S.º de S.º de S.º
	10	Guaranis	D. S.º de S.º de S.º	S.º de S.º de S.º de S.º

Fonte: Diretoria Geral dos Índios – APMT

TABELA 1 – ATUALIZAÇÕES DO DGI ACERCA DOS ALDEAMENTOS

⁶² Relatório enviado pelo Diretor Geral de Índios da Província de Mato Grosso, Henrique José Vieira, ao diretor da aldeia de N. Sra. do Bom Conselho, o frei Mariano de Bagnaia, no dia 11 de janeiro de 1855 – DGI/APMT

⁶³ Para facilitar a leitura da imagem, a tabela formulada tem as mesmas informações.

Nº de Índios resientemente aldeados	Quantos em cada Aldêa	Nações a que pertencem	Denominação das Aldêas	Freguezias aonde situadas as Aldêas
1:010	200 800 10	Guanás Quiniquináos Guarayos	D'Albuquerque N.Sra.do Bom Conselho De Santa Ignez.	Albuquerque Albuquerque Cid. Matto Grosso

Em ofício de dezembro daquele ano, o referido diretor evidencia que o aldeamento estava em progressivo aumento, e se não estava maior era por questões fora da alçada dos diretores, como por exemplo a falta de verba que era dispensada pelo governo provincial a se gastar com tais fins (Vieira, 1855, p. 68). Mesmo com as dificuldades, o diretor-geral atribui sucesso ao aldeamento, especialmente a presença do frei Mariano, como menciona em relato de 21 de outubro de 1856 ao presidente Augusto Leverger:

Cingindo-me ás participações de Frei Mariano de Banhaia, Director d'Aldea de N. Sra. do Bom Conselho, cumpre-me informar a V. Exa., que muito tem-se desenvolvido a mesma Aldêa, tanto no que diz respeito ao seo estado material, como no adiantamento dos Índios nos diversos ensinios que se lhes tem dado, como de tudo estará V.Exa. sciente pela proximidade em que della há pouco esteve. Tenho remetido no corrido anno todos os objectos reclamados pelo dito Director para serem empregados nos melhoramentos da referida Aldêa, além de uma quantiaa de mantimentos, que de modo proprio, e sem dispendo da Fazenda Nacional fôra por mim enviada para usufruir-se pelos Índios que mais (ilegível) de suas plantações, como participou-me aquelle Missionario.

Em quanto Frei Mariano de Banhaia estiver á desta da direção desta Aldêa, ôuso assegurar a V. Exa. que o seo desenvolvimento será tao sensível; que em breve chegará ella ao cummulo da propriedade de que é para desejar-se, e se constituirá Aldêa propriamente dita, das que trata o Regulamento nº 426 de 24 de julho de 1845. (Vieira, 1856, p.73 – DGI)⁶⁴.

Como a presença do frei era muito bem-vista pelas entidades administrativas, o aldeamento em questão começa a encontrar dificuldades com a sua saída no ano de 1857. O dito missionário requisita uma licença de três meses para ir ao Rio de Janeiro, sem mencionar quais “arranjos particulares” seriam esses. Leotti (2001, p. 170) aponta que essa requisição se deu devido as dificuldades que o diretor estava encontrando com os indígenas, que estava vendo sua autoridade se esvaír e opta, então, por se retirar do aldeamento. Em ofício ao presidente da província, Henrique José Vieira destaca:

Nº 4 – Ilmo. Exmo. Snr. Levo ás mãos de V. Exa. o requerimento incluso de Frei Mariano de Bagnaia, Director d' Aldêa de N. Sra. do Bom Conselho em Albuquerque,

⁶⁴ Relatório enviado pelo Diretor Geral de Índios da Província de Mato Grosso, Henrique José Vieira, ao Exmo. Snr. Presidente da Província, Augusto Leverger, no dia 20 de novembro de 1856- DGI/APMT.

em que pede a V. Exa. tres mezes de licença para ir a Côrte do Rio de Janeiro tratar de seos arranjos particulares, Deixando para o substituir o Professor de 1^{as} letras da dita Aldêa Luiz José Botelho, sobre o que cumpre-me informar a V. Exa. que atendendo á solicitude com que tem-se empregado este Missionario no cumprimento dos seos deveres, faz-se por isso merecedor da graça que implora (Vieira, 1857, p. 75 – DGI)⁶⁵.

Após a saída do diretor, o diretor interino selecionado passa a alterar a administração do aldeamento, dispensando os indígenas que se envolviam com a música para o trabalho das canoas, algo que não muito agradou ao diretor-geral (Oliveira, 1857, p. 84). Outra questão foi que, como ele se tornou diretor da aldeia, passou a se encontrar vaga a função de professor de primeiras letras (Oliveira, 1858, p. 86). Em 1858, o diretor-geral João Batista de Oliveira destaca:

Mui sensível tem-se tornado a falta do Missionario Frei Mariano de Bagnaia n' aquella Aldea, pois em quanto achava-se ella sub sua direcção tudo alli prosperava, os Indios menores apprendiao com assiduidade as 1^{as} letras, a muzica e alguns officios mechanicos, e os adultos dedicarão-se a lavoura; mas com a sua ausência tudo retrogradou: não há professor; o mestre de muzica, que era um muzico do Batalhao de Caçadores, foi mandado recolher, sem que esta Directoria tivesse disso conhecimento; e os Indios maiores deixarão a vida agrícola para se entregarem a ajustes como camaradas, ficando assim quase abandonada a mesma Aldêa. A falta do mestre de muzica tem-se tornado tambem mui sensível, e peço a V. Exa. que a não causar grande embaraço ao serviço publico, se digne de fazer-o voltar para a referida Aldêa (Oliveira, 1858, p. 86 – DGI)⁶⁶

Em ofícios do mesmo ano o referido diretor encontra dificuldades para designar um novo diretor para o aldeamento, assim como para professor das primeiras letras, pois não havia “homens idôneos” que quisessem residir naquele aldeamento, especialmente com a baixa remuneração, que era objeto de reclamação. De igual forma, não havia missionário no aldeamento, de modo que não havia quem catequisasse os indígenas. Sendo assim, podemos concluir que com a saída do dito frei, o plano de “catequese e civilização” estagnou naquele aldeamento.

Somente no ano de 1859 que o frei Mariano retorna para a província de Mato Grosso, juntamente com outro missionário capuchinho, o frei Ângelo de Caramonico. Entretanto, apesar de seu retorno, frei Mariano não volta para o aldeamento do Bom Conselho, direcionando-se para um novo aldeamento em Miranda, e quem assume o aldeamento em questão é o segundo missionário, conforme indicado em ofício de 9 de setembro de 1859, em que o diretor, João

⁶⁵ Relatório enviado pelo Diretor Geral de Índios da Província de Mato Grosso, Henrique José Vieira, ao Exmo. Snr. Presidente da Província, Augusto Leverger, no dia 11 de dezembro de 1857 – DGI/APMT.

⁶⁶ Relatório enviado pelo Diretor Geral de Índios da Província de Mato Grosso, João Batista de Oliveira, ao Exmo. Snr. Presidente da Província, Joaquim Raimundo Lamare, no dia 30 de abril de 1858- DGI

Batista de Oliveira, propõe ao presidente da província que Ângelo de Caramonico assumisse essa aldeia.

Com o retorno de um missionário para o aldeamento, era esperado pelo governo que se melhorasse a situação no aldeamento, como é mencionado no relatório de João Batista de Oliveira, de 28 de abril de 1862:

O seo Director, o Missionario Frei Angelo de Caramonico, tem-se empenhado com assiduidade no desenvolvimento material da mesma Aldea, e no adiantamento mensal dos seus habitantes, e apesar de haver encontrado innumerables contrariedades, próprias de um lugar baldio dos necessários recursos, sou informado que ella muito tem melhorado, e já estaria em estado de consideravel-a comprehendida nas disposições do Regulamento de 24 de julho de 1845, se não fora há tempos a esta parte haver o Governo Imperial limitado a consignaçon para este ramo do serviço publico.

Apesar disso, estes Indios já prestão à sociedade diversos trabalhos, como sejam o de agricultura, como camaradas dos que a isso se dedicão, e com remadores das canoas empregadas na navegaçon d'esta Capital aos portos do Baixo Paraguay; a Aldea possui uã soffrivel banda de musica, e os Indios menores, além de acharem-se adiantados no ensino das 1^{as} letras, tem princípios de alguns officios mecânicos, esto é, de alfaiate, ferreiro, oleito.

A índole d'estes índios é a mais excelente possível, e por isso é de lamentar-se que não se possa eleval-os ao grão de civilisaçon á que teêm direito de reclamar dos Poderes do Estado que nisso encontrarão interesse (Oliveira, 1862, p. 40 – DGI)⁶⁷

No dito, podemos perceber que o frei encontrava dificuldades para reestruturar o aldeamento, mesmo assim, os indígenas continuavam a prestar serviços para a província, seja na função de agricultores e comerciantes de gêneros alimentícios, seja como guias nos rios da região. Continuavam a desenvolver os ofícios mecânicos esperados, mesmo com as dificuldades no decorrer dos anos para encontrar homens e mulheres que estivessem dispostos a ensiná-los nos aldeamentos.

No ano de 1863, no relatório de João Oliveira, é mencionada a presença de 405 indígenas Kinikanáo residindo no aldeamento de Nossa Senhora do Bom Conselho, sendo 202 homens e 203 mulheres. Nesse período, alguns indígenas do aldeamento se queixavam do diretor, frei Ângelo de Caramonico, por maltratá-los, de modo que o chefe de política foi enviado para averiguar a situação. Houve alguns problemas entre o missionário e as entidades policiais, como é mencionado pelo outro diretor geral, o Barão de Aguapehy, ao delegado chefe de Albuquerque:

Ilmo. e Exmo. Snr. – Respondendo o officio de V. S. de 25 do corrente, ao qual veio anexo um outro do Director d'Aldea de N. Sra. do Bom Conselho, queixando-se a V.S. contra o procedimento do subdelegado de Policia da Freguezia d'Albuquerque, que procura sempre um meio de dar soltura aos Indios d'aquella Aldea, que o referido

⁶⁷ Relatório enviado pelo Diretor Geral de Índios da Província de Mato Grosso, João Batista de Oliveira, ao Exmo. Snr. Presidente da Província, Herculano Ferreira Penna, no dia 28 de abril de 1862 – DGI/APMT.

Director manda prender correccionalmente, como se deprehende dos officios originaes, que vierão documentando do Director, cumpre-me dizer a V. S. que dos ditos papeis (que ora devolvo) colige-se, que o subdelegado de Policia procura meios de desmoralisar ao Director no cumprimento dos seus deveres, por quanto facultando á este o § 10 do art. 12º do Regulamento nº 426 de 24 de julho de 1845, o direito de prender correccionalmente até 6 dias os Indios que se achar sobre a sua direcção, ainda mesmo que necessário seja na subdelegacia a presença d’esse Indio para qualquer averiguação, deve ao depois ser devolvido ao Director para cumprir a pena em que houver incorrido. N’este sentido pois, peço a V.S. haja de dar suas providencias, afim de se avitar conflictos de jurisdicções (Barão de Aguapehy, 1863, p. 79-80 – DGI)⁶⁸

Podemos ver alguns fatores a partir da fala do diretor-geral, o primeiro deles, que não havia surgido anteriormente é o fato do diretor da aldeia mandar prender os indígenas que não estavam se adequando a vida no aldeamento. O segundo é o fato de o subdelegado ir contra a ordem do missionário, que aparentemente estava em possibilidade de dar ordens ao mesmo. Devido aos conflitos no aldeamento, o frei Ângelo é removido da diretoria desse aldeamento no mesmo ano e já podemos ver uma maior efetivação nos sinais de seu desmantelamento, que acaba se efetivando no cenário da Guerra contra o Paraguai.

O conflito se inicia no fim de 1864 e ocorre justamente no território sul mato-grossense, de modo que o aldeamento em questão, assim como o de Miranda, são completamente destruídos durante a invasão paraguaia. Em 1866, o diretor-geral Alexandre José Leite evidencia:

Nada posso informar a V. Exa. sobre o estado das Aldeas de N. Sra. do Bom Conselho d’Albuquerque e da Normal de Miranda; e bem assim da tentativa de aldeamento dos Caiuás incumbidas ao Missionario Frei Angelo de Caramonico, em consequencia de achar-se aquella parte da Provincia ocupada pelos Paraguayos desde janeiro do anno passado, não se sabendo ao menos o destino que tiverão não só aquelle missionário, como Frei Mariano de Bagnaia, que diria a Aldea de Miranda (Leite, 1866, p. 119 – DGI)⁶⁹

Apesar das atividades realizadas nesse aldeamento no decorrer dos anos em que esteve vigente, não podemos apontar se alteraram a vida das populações indígenas aldeadas, isso porque as práticas dos Kinikanáo e Guaná, junto aos não-indígenas, já eram exaltadas pelo governo provincial antes do contato, já eram comerciantes, agricultores e praticavam a política de alianças com outros grupos sociais antes do processo do aldeamento, portanto, os critérios utilizados para avaliar o “sucesso” de tais empreendimentos, neste caso, não podem ser atribuídos a ação missionária, já que até mesmo a familiaridade com a língua portuguesa já

⁶⁸ Relatório enviado pelo Diretor Geral de Índios da Província de Mato Grosso, Barão de Aguapehy, ao chefe da polícia da Freguesia de Albuquerque, João de Matos, no dia 27 de julho de 1863 – DGI/APMT.

⁶⁹ Relatório enviado pelo Diretor Geral de Índios da Província de Mato Grosso, Alexandre José Leite, ao Exmo. Snr. Presidente da Província, Albano de Sousa Osorio, no dia 20 de junho de 1866 – DGI/APMT.

existia devido as relações que mantinham com o Forte Coimbra. Sendo assim, o aldeamento atuou mais como local para obterem acesso as ferramentas fornecidas pelos missionários e pela diretoria, também os protegia de invasões de outros grupos indígenas, assim como de bandeiras e outras formas mais violentas de dominação. Ou seja, o aldeamento de Nossa Senhora do Bom Conselho só foi “exímio”, como ficou registrado na história, pela ação e características dos próprios indígenas em questão que dele se beneficiaram.

2.3 A ALDEIA NORMAL DE MIRANDA

Entre os anos de 1855 e 1860 ocorreu uma tentativa de aldeamento dos outros subgrupos dos Guaná, os Laiana e Terena, nas imediações de Miranda. Em Relatório do ano de 1852, o presidente da província Augusto Leverger evidencia um desejo de aldear os Terena: “Recommendei ao Missionario e ao Commandante que, em tal caso, procurassem de commum accordo fundar huma aldêa de Chamococos na vizinhança de Coimbra, ou finalmente promover o aldeamento dos Indios Terenas nas immediações de Miranda” (Leverger, 1852, p. 29 - APMT). No ano de 1855 o mesmo presidente busca informações acerca desses indígenas com o frei Mariano.

Segundo relatos do Visconde de Taunay, os Terena possuíam já mais de 10 aldeamentos em Miranda, mas acreditamos que fossem aldeias indígenas, pois antes de 1857 não constam aldeamentos oficiais gerenciados pelo governo provincial naquelas imediações. Nestes, o visconde diz estarem reunidos de 3 a 4 mil indivíduos. Desse modo, vemos que também em Miranda as entidades governamentais e missionarias seguiram o plano da ação catequética de utilizar as aldeias dos próprios povos indígenas para estabelecer os aldeamentos (Silva, 2001, p. 31).

Antes da criação do aldeamento, já havia uma relação estabelecida entre os Terena e o governo provincial. Em relatório ao presidente da província em 9 de abril de 1853, Henrique José Vieira destaca que “No dia 2 do mesmo janeiro vierão a esta cidade 8 Terenas de Miranda, que forão igualmente brindados com 1 machado e 1 foice á cada um, bem como com o necessario mantimento para a sua estada e regresso” (Vieira, 1853, p. 26). Desse modo percebemos que o interesse desses indígenas, além de alcançar a preservação de sua população por meio da aliança com o governo provincial, era o de acessarem ferramentas que os não-indígenas possuíam, bem como outras etnias do mesmo subgrupo.

Antes da efetivação do aldeamento em 1857, já havia premissas e tentativas de aldear esses indígenas, como podemos ver pelo relatório de 29 de novembro do mesmo ano realizado pelo diretor-geral:

Em Miranda, Exmo. Snr., onde há como é sabido, uma grande porção de Guanás, e de Guaycurús em bom estado de civilização, projectou-se formar, sob a direção do Missionario Frei Antonio de Molinetto, um aldeamento regular para elles; porem como o dito Missionario não se da com os Indios, e com os moradores da Freguezia, nem os Indios e os moradores da Freguezia com elle, mallogrou-se o projectado aldeamento. Depois disso, projectou-se um outro aldeamento para a Tribu Cadiués da Nação Guaycrús, sob a direcção do mesmo Missionario, porem indo elle á Nabileque para agrupar os Indios; dispoes de ali se demorar por alguns dias, recebeu do character traiçoeiro d'elles; e á pesar de ter levado consigo uma Força de praças de Linha para a sua guarda, não resistio ao receio, retirou-se e nada fez (Vieira, 1853, p.40 – DGI)⁷⁰.

O frei Antonio de Molinetto aparentemente tentou criar um aldeamento para os Guanás presentes em Miranda, sendo esses os Terena e os Laiana, como já mencionado. Entretanto, esse missionário já era conhecido por não conseguir se relacionar com os indígenas, e pelo relato do diretor, ele não tinha muito interesse nem mesmo em se relacionar com a população nas imediações, de modo que o dito aldeamento não se efetivou.

Mesmo com a “falha” do aldeamento, os indígenas Terena continuaram a se relacionar com a população ao entorno e com o governo, pois em 1854, Henrique Vieira menciona em seu relatório a presença de sete indígenas desse grupo que estiveram na cidade de Cuiabá para receberem ferramentas e mantimentos para seu sustento (Vieira, 1854, p. 47 – DGI)⁷¹.

No ano de 1857, dois anos após a primeira tentativa de aldeamento, os Terena e os Laiana estavam aldeados em Miranda, primeiramente com o cidadão Caetano da Silva Albuquerque como seu diretor, cumprindo a nomeação leiga prevista no regulamento. Entretanto, isso foi um problema, pois a aldeia ficava isolada por não ter contato com os missionários, de igual forma não havia a catequese, por não haver nenhum missionário para ensinar aos indígenas naquela localidade (Almeida, 2013, p. 168).

O diretor-geral de índios, João Batista de Oliveira é quem faz a indicação do cidadão em 19 de janeiro de 1858:

Propondo o Capitao Caetano da Silva e Albuquerque para Director das Aldeas dos Indios Terenas e Laianas.

Nº 2 – Ilmo. e Exmo. Snr. Achando-se a Aldea dos Indios Terenas, Lainas e Guachis estabellecida em Miranda até agora sem Director, e convindo a este ramo do publico serviço, e muito particularmente ao bem d'aquelles Indios, ainda pouco favorecidos

⁷⁰ Relatório enviado pelo Diretor Geral de Índios da Província de Mato Grosso, Henrique José Vieira, ao Exmo. Snr. Presidente da Província, Augusto Leverger, no dia 29 de novembro de 1853 – DGI/APMT.

⁷¹ Relatório enviado pelo Diretor Geral de Índios da Província de Mato Grosso, Henrique José Vieira, ao Exmo. Snr. Presidente da Província, Augusto Leverger, no dia 17 de abril de 1854 – DGI/APMT.

em relação aos d'Aldêa de N. Snra. Do Bom Conselho d'Albuquerque, que se proveja desse emprego a referida Aldêa pondo-se á sua frente um homem filantrópico, independente, bem conceituado e de animo perseverante, que dê á todo o transe o devido desenvolvimento aos serviços conteúdos nos 18§ do art. 2º do Regulamento nº 426 de 24 de julho de 1845, e dest'arte habilite a mesma Directoria geral a acompanhar a Província na sua marcha progressiva: tenho a honra de apresentar a V. Exa. o Capitaõ Caetano da Silva e Albuquerque, domiciliado no lugar, em quem se dão aquellas qualidades, propondo-o para Director da sobredita Aldêa (Oliveira, 1858, p. 84 – DGI)⁷².

O presidente Joaquim Raimundo de Lamare aponta em 1858 que: “Em Miranda há uma grande porção de índios, que vivem, posto que mansos, sem lei e sobre si. Cada um dos moradores mais autorizados do lugar tem deles uma maloca. Se tivéssemos um bom missionário que mandasse por ali, teríamos grandes vantagens dos índios”. (Lamare, 1858, *apud* Almeida, 2013, p. 168). Desse modo, a falta do missionário se fazia um problema para a administração provincial.

Em 31 de dezembro de 1858, João Batista de Oliveira realiza um novo relatório informando como estavam as coisas no referido aldeamento:

Os Indios Terenas e Laianas, habitantes das imediações de Miranda, pertencem a Tribu da Nação Guaná: o numero dos seos indivíduos chega a 2.300 segundo a synopse de que já falei, organizada pelo finado Director Joaquim Alves Ferreira. Estes Indios são mansos, pacíficos e hospitaleiros: vivem reunidos porem sobre si, em aldeas mais ou menos populosa, cultivão a terra, e plantao o milho, feijão, arroz, cana, e outros generos do Paiz. As suas colheitas são abundantes, e não só chegao para o seo consumo, como dão lhes um excedente com que, por rendas e permutas, supprem aos habitantes da Villa. Occupão-si tambem da creação de gado vaccum e cavallar: ajustão-se para todos os serviços, e principalmente para a navegação fluvial. As mulheres fião e tecem o algodão, e a lã do que fazem bôas redes, cintas e suspensórios. Entendem e fallão o nosso idioma e estão por todas estas e outras rasões muito no caso de curar-se da sua educação intellectual e religiosa. Ja duas tentativas se fizerão para reunil-os numa só aldea regular de conta desta Directoria geral sob a direção de Frei Antonio de Molinetto; mas a falta de vocação desse Missionario para catechisar, mallogrou-se. Em janeiro do corrente anno foi nomeado o Cap. Caetano da Silva Albuquerque Director das Aldeas destes Indios, para o fim de preparal-os d'ante-mao, para em tempo opportuno se reunirem sem difficuldade n'uma só aldêa, e receberem de bom grado a catechese. Se o Governo Imperial, attendendo ao grande numero de indivíduos destas duas Tribus, e a conveniência do seo aproveitamento a pról do augmento da população desta vasta Província, for servido de quotizar para a obra do seo aldeamento a quantia de R\$ 3:000#, e provêl-o d'um Missionario; fal-os-hei logo, logo reunir. (Oliveira, 1858, p. 95-96 – DGI)⁷³.

Nesse relatório é possível perceber que o diretor exalta as qualidades dos indígenas, os emprega como “mansos” e “hospitaleiros”, realizando o cultivo da terra e que

⁷² Relatório enviado pelo Diretor Geral de Índios da Província de Mato Grosso, João Batista de Oliveira, ao Exmo. Snr. Presidente da Província, Joaquim Raimundo Lamare, no dia 19 de janeiro de 1858 – DGI/APMT.

⁷³ Relatório enviado pelo Diretor Geral de Índios da Província de Mato Grosso, João Batista de Oliveira, ao Exmo. Snr. Presidente da Província, Joaquim Raimundo Lamare, no dia 31 de dezembro de 1858 – DGI/APMT.

compartilhavam seus gêneros alimentícios por meio da venda ou de trocas, suprindo a vila ao entorno de seu aldeamento. Além dos serviços agrícolas, eles se voltavam para a navegação fluvial, atuando como guias; também falavam a língua portuguesa. Ao fim, ele destaca que, apesar de todos os pontos positivos empregados aos indígenas, ainda lhes faltava um missionário, mostrando mais uma vez como a catequização era vista como uma parte de suma importância no processo da “civilização” por meio do aldeamento. Pois, todos os fatores que enquadravam os sujeitos do oitocentos como “civilizados” os Terena e Laiana já atendiam, apenas lhes “faltava” o missionário.

O trabalho missionário no referido aldeamento começa apenas em 1859, quando chega à província os freis Mariano de Bagnaia, antigo diretor do Bom Conselho, e Ângelo de Caramonico. Em ofício de 9 de setembro do mesmo ano, Oliveira propõe ao presidente da província:

Ilmo. e Exmo. Snr. Achando-se nesta Província os dous missionários Frei Mariano de Bagnaia E Frei Angelo de Caramonico, proponho a V. Exa. a nomeação provisória dos mesmos, a saber, o primeiro para Director das Aldeas de Indios da Villa de Miranda, e o segundo para dirigir a Aldea de N. Sra. do Bom Conselho durante o impedimento daquelle, dispensando-se os actuaes Directores das referidas Aldeas, visto serem os Missionarios mais competentes para cuidar da catechese e civilisação dos Indios (Oliveira, 1859, p. 104 – DGI)⁷⁴.

Podemos interpretar que, do ponto de vista do diretor-geral, a chegada do missionário nesse aldeamento iria permitir que esse pudesse enfim “funcionar”. No ano de 1860 iniciam-se os trabalhos parecidos com o de N. Sra. do Bom Conselho, pois pela primeira vez há um requisito de professor de primeiras letras:

Ilmo. e Exmo. Snr. – Dezejando aproveitar um portador que segue amanhã para o Districto de Miranda e satisfazendo a indicação feita pelo Director das Aldeas daquelle Districto, do cidadão Manoel Alpolidogino para Mestre de 1^ªs letras dos Indios menores, podendo servir para a Aldea normal mandada agora crear por V. Exa., proponho esse cidadão para aquelle emprego, e peço a approvação de V. Exa (Oliveira, 1860, p. 7 – DGI)⁷⁵.

Apesar do trabalho do frei Mariano, em Albuquerque, mencionado pelos diretores e presidentes da província, percebemos que em Miranda ele encontrava alguns problemas. Em 30 de maio de 1860, o diretor João Batista de Oliveira solicita ao presidente Antonio Pedro de

⁷⁴ Relatório enviado pelo Diretor Geral de Índios da Província de Mato Grosso, João Batista de Oliveira, ao Exmo. Snr. Presidente da Província, Joaquim Raimundo Lamare, no dia 9 de setembro de 1859 – DGI/APMT.

⁷⁵ Relatório enviado pelo Diretor Geral de Índios da Província de Mato Grosso, João Batista de Oliveira, ao Exmo. Snr. Presidente da Província, Antonio Pedro de Alencastro, no dia 6 de setembro de 1860 – DGI/APMT.

Alencastro que enviasse de três a quatro praças para o dito aldeamento, por solicitação de seu diretor de aldeia. Em 20 de julho do mesmo ano, novamente o diretor-geral faz tal solicitação:

Ilmo. e Exmo. Snr. – Representando-me o Director das Aldeas de Índios da Villa de Miranda em officio de 1º de fevereiro deste anno sobre a necessidade de se pôr a sua disposição um pequeno destacamento de 3 a 4 praças de linha, tanto para a policia das mesmas aldeas, como para fazer os Índios respeitar os contractos de locação de seos serviços, pois que depois da retirada do Corpo de Cavallaria daquelle lugar, abandonão com facilidade, e caprichosamente os seos patrões, sem que o Director tenha á sua disposição um agente para reprimir tais abusos; rogo a V. Exa. haja de attender a essa reclamação do mesmo Director afim de animar a agricultura quasi abandonada naquele Districto por falta de braços (Oliveira, 1860, p. 11 – DGI)⁷⁶

O frei solicita praças para auxiliar a manter os indígenas em questão “na linha”. É importante lembrarmos que, apesar de suas relações de amizade e proximidade, os Terena eram também um povo guerreiro. Como destaca Amado (2020, p. 61), a implantação da política de aldeamento entre os Terena aos moldes previstos pela Diretoria não obteve êxito entre eles. O governo provincial praticava um esforço contínuo para aplicar a política de assimilação, dominação, apropriação da mão de obra e desintegração dos territórios indígenas. Já para os Terena, os aldeamentos eram uma forma de assegurar seus territórios e de obter ferramentas dos não-indígenas, entretanto, não estavam dispostos a realizar os mesmos trabalhos que os Kinikanáo e Guanás faziam no Bom Conselho para particulares, como é possível ser visto pelo relato acima.

Assim como no Bom Conselho, estavam ocorrendo alguns problemas de jurisdições entre o diretor e as autoridades policiais. Em ofício de 17 de junho de 1861 ao presidente da província, João Oliveira solicita por meio de petição do diretor da aldeia:

Ilmo. e Exmo. Snr. – Representa-me o Director das Aldeas da Villa de Miranda em officio de 22 de Abril do mesmo anno, que eu solicito de V. Exa. providencias, para evitar problemas e conflictor de jurisdições tão prejudiciais ao serviço e á moralidade dos Índios, ordenando V. Exa. ás autoridades judicionarias e criminaes da Villa de Miranda que dirijao-se ao referido Director sempre que o serviço publico exigir a presença de qualquer Indio nos respectivos Tribunaes, ou para outro qualquer fim; e por isso peço a V. Exa. haja de attender a representação do referido Director, sem a qual me conformo (Oliveira, 1861, p. 21-22 – DGI)⁷⁷.

Devido a falta de presença de um diretor naquelas imediações durante vários anos, já havia se tornado um costume a relação direta entre os indígenas e a vila em sua proximidade,

⁷⁶ Relatório enviado pelo Diretor Geral de Índios da Província de Mato Grosso, João Batista de Oliveira, ao Exmo. Snr. Presidente da Província, Antonio Pedro de Alencastro, no dia 20 de julho de 1860 – DGI/APMT.

⁷⁷ Relatório enviado pelo Diretor Geral de Índios da Província de Mato Grosso, João Batista de Oliveira, ao Exmo. Snr. Presidente da Província, Antonio Pedro de Alencastro, no dia 17 de julho de 1861 – DGI/APMT.

de modo que quando o diretor, frei Mariano, chegou começam a ocorrer problemas, já que as autoridades locais passariam a ter que se submeter ao diretor da aldeia antes de se comunicarem com os indígenas, o que não estava acontecendo.

Em 22 de julho do mesmo ano o diretor-geral faz uma participação a presidência da província acerca de uma resistência dos indígenas:

Ilmo. e Exm. Snr. – Participando-me o Director dos Indios do Municipio da Villa de Miranda Frei Mariano de Bagnaia em officio datado de 6 de junho ultimo, que mandando na aldeã uã praça de 1ª linha solicitar dos capitães 4 Indios para serem empregados no serviço da Igreja Matriz, fôra o mesmo soldado á pouca distancia d’Aldea acometido por uma porção de Indios armados de facas e espingardas, que tinham vindo atraz do soldado para tomarem os 4 Indios, como effectivamente o fizerão; apresso-me em levar o occorrido ao conhecimento de V. Exa (...) (Oliveira, 1861, p. 25 – DGI)⁷⁸.

A partir do relato não é possível saber de qual etnia os indígenas em questão eram, entretanto, sabemos que esses estavam criando “problemas” para o aldeamento. Eles estavam portando facas e espingardas, portanto eram sujeitos que, ou já praticavam trocas e comércios ou saques junto aos não-indígenas ao redor, ou ainda obtinham tais objetos por meio de “brindes” ou trocas com o diretor da aldeia ou com a própria Diretoria Geral.

Assim como ocorreu no Bom Conselho, no ano de 1862 sob a direção do frei Angelo de Caramonico, o frei Mariano envia uma quantidade de aproximadamente 20 indígenas para serem presos como uma forma de punição, algo que durante a direção do frei em Albuquerque não havia sido praticado:

Informando á Presidencia sobre os castigos infringidos aos Indios de Miranda.
Ilmo. e Exmo. Snr. – Em resposta ao officio de V. Exa. de 18 de fevereiro ultimo, ordenando-me que informe com o que me constar sobre o bárbaro castigo, que diz fôra applicado dentro do Quartel Militar da Villa de Miranda pelo Delegado de Policia em vinte Indios, que lhe forão entregues pelo respectivo Indios digo Director (...) (Oliveira, 1862, p. 36 – DGI)⁷⁹.

Apesar dos claros problemas que enfrentavam nesse aldeamento, no relatório de 1863, ao presidente Herculano Ferreira Penna, o diretor-geral João Batista de Oliveira não menciona as ocorrências, destacando apenas os bons trabalhos praticados pelos indígenas no sentido de abastecimento da Vila. A única questão apontada é a falta de verba, e mais uma vez o trabalho do missionário é evidenciado:

⁷⁸ Relatório enviado pelo Diretor Geral de Índios da Província de Mato Grosso, João Batista de Oliveira, ao Exmo. Snr. Presidente da Província, Antonio Pedro de Alencastro, no dia 22 de julho de 1861 – DGI/APMT.

⁷⁹ Relatório enviado pelo Diretor Geral de Índios da Província de Mato Grosso, João Batista de Oliveira, ao Exmo. Snr. Presidente da Província, Herculano Ferreira Penna, no dia 31 de março de 1862 – DGI/APMT.

Aldea Normal de Miranda – Mandada fundar pelo Exmo. Governo Provincial em Abril de 1860, sob a direcção do incansável Missionario Frei Mariano de Bagnaia, que mui relevantes serviços tem prestado á catechese dos Indios d’esta Provincia. Acha-se porem esta Aldea em embryão por ter partilhado da sorte da do Bom Conselho na suspensão das suas obras e dispensa dos empregados que nella servião, por falta de numerário para acodir a estas despezas.

Grande é o numero dos Indios que para alli forão atrahidos pelo referido Missionario, e uma não pequena porção ainda resta contaminada nas visinhanças d’aquella Villa, que o Director empenha-se em incorporal-a na referida Aldea; o que será de grande consseniencia (ilegível) por ser um recurso aos agricultores da Villa de Miranda, não só por que os Indios Terenas e Laianas, que n’ella habitão prestão-se aos mesmos trabalhos dos da Aldea do Bom Conselho, como por que abastecem aquella Villa de gêneros alimentícios de suas plantaões.

Desanima, Exmo. Snr., quando o funcionário, apesar dos bons dezejos que se lhe levanta para levar a effeito um beneficio, que o Estado reclama de sua solicitude, que se deve esperar da confiança n’elle depositada; mas os motivos que venho de expender, convencirão a V. Exa. das razões por que não tem-se dado a esta Aldea o impulso que merece (Oliveira, 1862, p. 41 – DGI)⁸⁰.

A aldeia de Miranda também foi assolada pela Guerra contra o Paraguai a partir do ano de 1864, sendo uma das primeiras a serem invadidas pelos paraguaios e destruída por eles, a diferença é que os indígenas Terena participaram em grandes números no conflito. Amado (2020, p. 62) evidencia que o conflito alterou significativamente a vida desses sujeitos, sendo conhecida na história Terena como “esparramo”.

Apesar de sua participação ativa, a atuação dos indígenas foi invisibilizada pelas entidades governamentais, não se fala de sua atuação como soldados e nem sobre o fornecimento de alimentos e nem como guias para as tropas nos Relatórios ou Correspondências Provinciais. O autor destaca que quando as tropas fugiram de Miranda, foram os indígenas que retornaram para buscar as armas, ao passo que suas aldeias serviram de refúgio para os militares (Amado, 2020, p. 63).

Os Terena participaram incisivamente do conflito pois o mesmo ocorreu no território desse povo, e o desejo de ver resolvido o litígio territorial foi também motivador para seu envolvimento. No período, as terras indígenas também já eram alvo dos fazendeiros, que se apossavam dos territórios tradicionais Terena, de modo que, estes acreditavam que tomando a decisão de participar do conflito ao lado do Brasil isso garantiria seu direito a posse dos seus territórios. Entretanto, não foi o que aconteceu. Muitos tiveram de se “esparramar” pelo território devido ao conflito, seja em busca de abrigo, seja levados pela luta mesmo, e quando retornaram para reocupar seus territórios eles já estavam ocupados por militares e fazendeiros (Amado, 2020, p. 69-71).

⁸⁰ Relatório enviado pelo Diretor Geral de Índios da Província de Mato Grosso, João Batista de Oliveira, ao Exmo. Snr. Presidente da Província, Herculano Ferreira Penna, no dia 28 de abril de 1862 – DGI/APMT.

A partir dessas considerações, podemos perceber que na região de Miranda a política de aldeamentos se efetivou menos do que a do Bom Conselho. Com os Terena e Laiana, o frei Mariano não conseguiu estabelecer a escola das primeiras letras, muito menos outros ofícios como foi o caso em Albuquerque. Apesar dos indígenas serem vistos como “civilizados”, tal qual os outros grupos Guaná, estes tinham uma forma mais resistente à intervenção religiosa do não-indígena. Quando lhes era favorável eles praticavam as atividades, como o caso da agricultura e o abastecimento da Vila, ou até mesmo a participação na Guerra contra o Paraguai, entretanto em outros tipos de serviços como de canoeiros ou atuando em práticas de contratos com particulares, estes já não atendiam.

O aldeamento também encontrou dificuldades de encontrar professores e cidadãos não indígenas dispostos a estarem presentes ensinando aos indígenas as artes mecânicas, portanto não vemos a presença deles nesse aldeamento, diferente do de Nossa Senhora do Bom Conselho, que apesar de uma rotatividade de pessoas para tais funções, conseguiu praticá-las durante um período de tempo. Não podemos atestar que a Aldeia Normal de Miranda funcionou mais ou menos do que a outra, o que podemos reiterar é que as características tidas como positivas ou de “sucesso” do aldeamento pelo governo em cumprir seu projeto civilizatório junto às populações indígenas da região, estiveram mais relacionadas com as características próprias do grupo Guaná do que com processos assimilacionistas, como em geral são retratados. Os indígenas também já falavam a língua portuguesa, já cultivavam a terra, já viviam na região em que os aldeamentos foram estabelecidos, e permaneciam no aldeamento por seus próprios interesses, entre eles a obtenção de objetos dos não-indígenas e o atestado de posse de suas terras, que já vinham sendo alvo de disputa com fazendeiros.

3 POLÍTICA INDÍGENA NA PROVÍNCIA DE MATO GROSSO: ENTRE “CORRERIAS”, ACORDOS E ALIANÇAS

A partir das tentativas de colonização por parte dos europeus que chegaram a América, diversas foram as ações e reações dos grupos indígenas que habitavam a, posteriormente denominada, América Portuguesa – entre os séculos XVI e XVIII, que veio a ser o Império do Brasil durante o século XIX. Como vimos anteriormente, em meio a política indigenista e a política indígena, alguns povos indígenas realizaram alianças e acordos com o governo Imperial e provincial a fim de obter diversos bens e benefícios, como a garantia de suas terras e modos de existência, assim como o acesso a materiais como ferramentas, enxadas, facões, armas, pólvora, dentre outros, além da proteção contra outros povos inimigos.

A partir da análise da documentação, podemos perceber que algumas etnias se relacionavam pouco com a província, como por exemplo os Cayapó, os Bororo Cabaçal, os Pareci, Cabixi e Coroado, se aproximando apenas para obter certos bens almejados; enquanto outras, descritas como praticantes de “correrias” pelas fontes, exerciam ações diretas de resistência a fim de expulsar os invasores não-indígenas de seus territórios, resistindo ao processo de “civilização”, catequização e aldeamento, às tentativas de aprisionamento e trabalho forçado, além de também obterem bens materiais sem um diálogo com o governo.

Seja a partir de uma perspectiva de aliança e/ou de resistência física, muitas vezes praticadas simultaneamente pelo mesmo povo, ambas abordagens construíram diferentes formas de empreendimento da política indígena em Mato Grosso. Compreendemos tal perspectiva a partir da noção de situação histórica, que, conforme Oliveira (2012, p. 18) se define pela capacidade dos agentes, sejam instituições ou organizações, em produzirem uma “ordem política” por meio de imposição de interesses, valores e padrões organizativos aos outros componentes do cenário político. Nessa perspectiva, não pretendemos propor um modelo de sociedade equilibrada, em que os conflitos podem sempre ser superados, visto que uma modificação nos fatores que afetam os interesses, recursos, padrões e projetos dos agentes sociais, acarretam uma nova correlação de forças. Entretanto, o que essa ideia nos apresenta como vantagem é justamente sua adequação ao estudo das transformações históricas, que nos permite indicar com certa clareza as alterações nas relações políticas e determinar a composição de interesses que a nova situação venha a articular (Oliveira, 2012, p. 18-19).

Nesse sentido, a instauração regular da dominação pressupõe o estabelecimento de diferentes graus de compromisso com os diversos atores existentes, em que o grupo dominante

passa a articular interesses além do seu próprio em favor de interesses e valores gerais (Oliveira, 2012, p. 18-19). Partindo dessa ideia, compreendemos que os diversos povos indígenas do Mato Grosso realizaram formas diferentes de compromisso em prol de manter sua cultura, sociedade, costumes, seu bem-viver.

Esse capítulo se faz necessário pois seu enfoque é em outras formas de prática política que foram realizadas pelos povos indígenas na província de Mato Grosso, para além das relações de alianças estabelecidas na construção e vivência nos aldeamentos, que não foi a única forma de ação que tiveram esses povos. Neste capítulo é retratada a ação de outras etnias, que não desejavam proximidade e relação com a política indigenista vigente.

3.1 PROTAGONISMO INDÍGENA

Como já salientei na Introdução, por muito tempo operou em meio as Ciências Humanas e Sociais uma noção de que os indígenas haviam sido apenas “vítimas” do sistema mundial, de uma política e de práticas que lhes eram externas e que os destruíram (Cunha, 1992, p. 17). Até a década de 1980, Monteiro destaca que parecia imperar em meio a historiografia brasileira uma “crônica da extinção”, prevalecendo entre os historiadores duas noções fundamentais, a primeira consistia em uma exclusão dos indígenas enquanto legítimos agentes históricos. A segunda, de que esses povos estavam em vias de desaparecimento (Monteiro, 2001, p. 4). O autor, no início do século XXI, já apontava que tais abordagens são perigosas por apresentarem imagens cristalizadas dos povos indígenas, observando que, justamente esse processo histórico de cristalização dificulta a compreensão dos múltiplos processos de transformação étnica (Monteiro, 2001, p. 5).

Tal perspectiva do isolamento dos povos indígenas e suas ações no pensamento histórico brasileiro começa a ser construída de maneira mais definitiva durante o século XIX, a partir da construção de uma historiografia nacional presente nas páginas da revista do IHGB. Um teórico do Instituto, Francisco Adolfo de Varnhagen, um dos pioneiros a escrever uma História Geral do Brasil, afirmava sobre os povos indígenas que “de tais povos na infância não há história, há apenas etnografia” (1854, p. 30). Outro autor do período, Karl F. P. Von Martius, vencedor do grande concurso nacional para a escrita da História do Brasil, considerava que os indígenas não eram nada além de resíduos de uma história antiga. Varnhagen defendia a ideia de que os indígenas seriam “selvagens” e só alcançariam o estatuto de “civilização” por meio do uso da força, e aqueles que não chegassem, deveriam ser exterminados (Moreira, 2010, p. 130).

As perspectivas dos autores em questão, apresentadas, de forma breve na Introdução, trazem um paradigma que permanece até a atualidade em meio a sociedade nacional, a política e as ciências sociais e humanas. Ocorreu e ocorre ainda uma desvalorização dos povos indígenas por vários fatores, mas cabe destacar o papel da escrita neste processo – por serem sociedades baseadas na oralidade, e portanto, não haver registros escritos de sua história, logo, para estes intelectuais do século XIX não haveria a história, mas um “eterno presente”; na narrativa histórica que se buscou construir para o Brasil no período, os povos indígenas foram inseridos como sujeitos que participam apenas do passado brasileiro, antes mesmo da chegada do colonizador, não fazendo parte da construção do presente e muito menos de seu futuro.

Outro ponto é a caracterização do indígena como “selvagem”, habitante das matas e morador de aldeias distantes, locais longínquos e isolados; esta categorização se constrói em oposição à noção de “civilizado”, este marcado pela presença de tecnologia, vestimentas, médicos, escolas, dentre outros. No projeto colonizador, se o indígena tem (ou deseja ter) acesso a tais elementos, ele deve então abrir mão de sua identidade indígena e viver como branco, em meio a cidade. Tal pensamento dicotômico, ainda presente no imaginário nacional, também foi e ainda é estratégico para a política indigenista no Brasil, pois ao não reconhecer a identidade indígena, tais povos não teriam direito à demarcação de suas terras, direitos específicos, leis próprias, manutenção de sua cultura, dentre outros aspectos que lhes são negados desde o início da construção da ciência brasileira no século XIX.

Durante o oitocentos, a questão indígena entra em perspectiva a partir do cientificismo crescente no Brasil. Questões sobre sua humanidade, seu protagonismo ou não na construção da história brasileira, dentre outros aspectos, são colocados em perspectiva por teóricos, jornalistas e outros atores sociais. Monteiro destaca que esses povos foram alvo de intensos debates durante o período, especialmente dentro do IHGB – instituto que teve papel importante no período e direcionava as classes letradas e dominantes. Havia neste meio uma vertente considerada como mais “filantrópica”, inspirada por José Bonifácio, que acreditava no potencial indígena em ser “civilizado” e dessa forma, assimilado em meio a sociedade brasileira. E havia a vertente da exclusão, encabeçada pelo já mencionado, Francisco Varnhagen (Monteiro, 2001, p. 3).

As ideias de Bonifácio delinearão o pensamento intelectual oitocentista, já que eram consideradas como mais apropriadas para o discurso oficial de um Estado que procurava atingir o *status* de civilizado previsto com a declaração de Independência em 1822. Esse momento irá marcar uma transição entre colônia e nação, o que contudo não implicou em mudanças significativas quanto às políticas indigenistas no Brasil, pois, apesar de uma suposta “simpatia”

de Bonifácio pela população indígena, seus apontamentos defendiam uma perspectiva etnocêntrica baseada no modelo branco e europeu, pois, para ele, as populações indígenas eram uma espécie de “página em branco”, isto é, “sem cultura, Estado ou religião”, e que, portanto, poderiam e deveriam ser moldadas ao modelo civilizacional nacional (Moreira, 2010, p. 129).

Oliveira (2016, p. 28) ao tratar acerca dos regimes de memória que envolvem os povos indígenas, destaca que eles operam com uma imagem desses povos sempre remetida ao passado, como seres localizados historicamente como predecessores do colonizador português, imagem fortemente estetizada com seus corpos nus e indumentárias de fibras e plumárias, tendo sido transformados em personagens trágicos da literatura enquanto enobrecidos em seus costumes. Tal visão nega o indígena real, sua diversidade cultural, seu dinamismo e agência histórica – além de invisibilizar os processos assimilacionistas à que foram historicamente submetidos que impactaram diferencialmente sua cultura e modo de existência, além de sua marginalização social e econômica, tendo sido descritos em muitas fontes como em “condição de miséria”.

Entretanto, os diversos povos indígenas que habitavam e habitam a América possuíam e possuem sua própria cultura, religiosidade, organização social e formas de poder, mesmo quando empregados como sujeitos no passado, são sujeitos históricos no presente que possuem futuro. O interesse pelo passado da história indígena é fruto de uma percepção de que são e serão parte do futuro da nação (Cunha, 2009, p. 127).

Nos relatos da colonização, Oliveira (2006, p. 17) aponta que as populações originárias foram marcadas pela ideia do acidental, exótico e passageiro, como se sua própria existência fosse algo imprevisto, um obstáculo que deveria ser minimizado, esquecido e superado. Os relatos históricos irão destacar a diferença entre as experiências de colonizadores europeus e povos originários, enfatizando o distanciamento de seus usos e costumes, o que acabou por cristalizar uma imagem estereotipada e impositiva sobre essas populações (Oliveira, 2006, p. 18). Essa imagem os coloca como sujeitos de segundo plano, necessitados da ação colonizadora para atingirem um patamar de importância, cedendo local para uma pedagogia moral e religiosa de ensinamento ao indígena que coloca o colonizador como um “salvador”, disseminador da “civilização”.

As vozes indígenas contra a colonização sempre existiram e estiveram presentes, entretanto, somente recentemente na história foram reconhecidas pela academia, tendo sido amplificadas quando as lutas por demarcação de terras ganharam visibilidade e passaram a ser repercutidas por um arco de alianças entre indígenas e indigenistas de diversas esferas políticas e acadêmicas (Oliveira, 2016, p. 13). Os povos indígenas passam a ser descritos por suas

características socioculturais variáveis, e em diversos momentos as narrativas sobre eles alcançam antagonismos em contextos diferentes e sucessivos, visto que as falas se referem a um regime específico ao perceber o outro (Oliveira, 2016, p. 28).

É a partir destas perspectivas acerca dos povos indígenas que são delineadas as formulações políticas que tem implicação direta sobre suas terras e sua existência. Inicialmente vistos como crianças, tuteladas pela Igreja Católica por meio da Ordem dos Jesuítas⁸¹, posteriormente passam a serem vistos como seres que podem ser ensinados e “civilizados”, recebendo agora a tutela do Estado. Durante o oitocentos as visões acerca desses povos variaram conforme o local e o período, iniciando com um projeto de Guerras Justas, formulado por D. João VI, para então voltar seu foco a um projeto assimilacionista por meio dos aldeamentos. É importante destacarmos que tais projetos contaram com a presença indígena em todos os períodos, que deram limites e possibilidades a cada um, seja através de suas resistências, seja por suas alianças – tecendo um complexo e dinâmico processo histórico (Oliveira, 2012, p. 18).

3.2 POLÍTICA INDÍGENA X POLÍTICA INDIGENISTA

Na história brasileira, diversas foram as práticas realizadas pelos governos para com as populações originárias. Tais ações são denominadas enquanto política indigenista: “a política indigenista é compreendida como um conjunto de ações elaboradas por poderes do Estado a ser seguido por grupos indígenas” (Almeida, 2013, p. 28). Ou seja, nos referimos às formulações legislativas e práticas que tentou-se aplicar a esses sujeitos, falamos em tentativa pois muitos, ou quase todos, dos empreendimentos realizados com tais fins, falharam ou foram modificados pelas ações indígenas. Não estamos aqui propondo um esquecimento do genocídio, massacre, esbulho territorial, exploração e escravização desses sujeitos pelos colonizadores, mas sim elucidar que houve resistência e que as tentativas da colonização não se efetivaram completamente como era o previsto e esperado pelos europeus.

Já as ações realizadas pelos próprios povos indígenas, sejam elas antes ou depois do processo colonial, como forma de lidar com as ações governamentais ou com suas próprias relações socioculturais, denominou-se como política indígena. Cunha (2009, p. 131) destaca que esta é uma elaboração ativa que permanentemente articula as práticas sociais com a cosmogonia dos diversos povos. Exemplificamos tal prática com a explicação do surgimento

⁸¹ Ou Companhia de Jesus.

do homem branco nas narrativas indígenas, na qual muitas vezes é descrito como oriundo de uma transformação de um ser indígena (nós) original; em alguns relatos há ainda a presença de um reconhecimento de uma “superioridade tecnológica” branca, conhecimento este que seria ausente como consequência de escolhas diversas dos indígenas (Cunha, 1992, p. 18).

Cunha exemplifica tal atribuição através da narrativa dos povos Krahô⁸² e Canela⁸³, que, quando lhes foi dada a opção, optaram por escolher o arco e a cuiá ao invés da espingarda e ao prato. Já os Tupinambá, no Maranhão, teriam escolhido a espada de madeira ao invés da de ferro. Nessas narrativas e em outras ainda, temos o fator comum da presença de uma escolha pelos indígenas, elemento que atribui uma agência, um protagonismo aos povos indígenas em seus processos históricos, de modo que mesmo em uma situação de extrema violência, os povos indígenas foram e são agentes de sua história (Cunha, 1992, p. 19).

O delinear de uma política indigenista provém desde a colônia, entre os séculos XVI e XVIII, quando, com a chegada dos portugueses ao litoral sul-americano, houve os primeiros contatos entre os brancos e os povos originários da terra. Inicialmente, os indígenas foram vistos como aliados comerciais, sendo os conhecedores da terra, praticaram alianças com portugueses e franceses, e realizaram a troca do pau-brasil por foices, machados e facas (Cunha, 1992, p. 15). É importante destacar que desde esse primeiro contato podemos perceber nesse sistema de escambo vislumbres da política indígena, pois, os acordos entre as populações indígenas e os homens brancos foram realizados com base em seus próprios interesses e benefícios, assim como através de suas redes de alianças e rivalidades étnicas. Os Tupiniquins, habitantes do litoral entre a atual Bahia e o Espírito Santo, realizaram os primeiros acordos com os portugueses, enquanto os Tamoios, residentes do litoral nos atuais estados de São Paulo e Rio de Janeiro, se aliaram aos franceses devido a sua rivalidade com os Tupiniquins (Cunha, 1992, p. 18).

Podemos perceber acima exemplos de como a política indígena se utilizou de um sistema de aliança com o branco que os favorecesse em relação à outra etnia que já tinha rivalidade. Cunha (1992, p. 18) salienta que as potências europeias, em questão, perceberam desde cedo o potencial estratégico de se utilizar das inimizades existentes entre os próprios povos indígenas em seu benefício. Ou seja, para que a política indigenista de aliança, formulada pelos portugueses e franceses a fim de defender seus interesses pessoais, ocorresse, existia uma política indígena que também atuava em seu próprio benefício e proteção.

⁸² Habitantes da região do Tocantins.

⁸³ Termo pelo qual ficaram conhecidos dois grupos Timbira: os Ramkokamekrá e os Apanyekrá, do atual Maranhão.

A historiografia brasileira coloca a questão em torno do desenvolvimento colonial como fruto exclusivo do projeto europeu, mas, apesar disso, este enfrentou ações de política indígena, que, ao mesmo tempo, impediram, expandiram e/ou modificaram a ação colonizadora. Essa perspectiva é ainda urgente na historiografia, especialmente quando se pensa o período colonial e Império, já que os povos indígenas permanecem irreconhecíveis enquanto agentes, sejam políticos ou históricos, enquadrados apenas em um passado longínquo, desconsiderando que utilizaram da política de alianças e da política de resistência ativa como formas de defenderem seus interesses, assim como os brancos. A necessidade de demarcação de políticas indígenas e indigenistas se faz na importância em reconhecer os múltiplos agentes das ações políticas, e reconhecer que nem toda a política indígena existe em resposta às ações governamentais, existem práticas e interesses próprios que, diversas vezes, não se relacionam como resposta ao Estado.

Durante anos na história dos povos indígenas imperou, e por vezes ainda persiste, uma noção de primitivismo, que leva homens e mulheres indígenas a serem vistos como presos ao passado, como “atrasados”, “páginas em branco” ou como “crianças”, percepção que de alguma forma justificaria a necessidade de uma tutela estatal. Como tutelados se tornariam dependentes do Estado, em um projeto assimilacionista que os colocava sujeitos às variações de governos (Oliveira, 2016, p. 25). É importante destacar que a tutela e o assimilacionismo foram estratégias legais fortemente utilizadas para a exploração do trabalho indígena (Moreira, 2010, p. 134). A figura institucional inicialmente foi de responsabilidade dos padres Jesuítas, posteriormente passou ao Estado, mas não sem a presença da Igreja Católica, como podemos ver na província de Mato Grosso com a presença dos padres Capuchinhos.

Apontamos para a falta de reconhecimento das ações indígenas na narrativa historiográfica, que ocorreram desde o início da colonização, como fica evidente nas fontes históricas. Não haveria uma política de aliança e de trocas sem o interesse na participação de tais práticas entre as diversas etnias como os Tupiniquins e Tamoios mencionados anteriormente. Mas, durante muito tempo apenas a ação indigenista do estado foi reconhecida como protagonista dessa história.

É a partir da instalação do primeiro governo-geral que as relações entre europeus e indígenas se alteraram mais substancialmente. Os indígenas, não mais vistos como parceiros comerciais, passaram a ser procurados como mão de obra para as empresas coloniais de diversas formas, desde canoeiros até soldados para o apresamento de outros indígenas. A Coroa tinha o interesse de ver a nova colônia prosperar e de assegurá-la politicamente, de modo que desejava promover a chamada emergência de um povo brasileiro (Cunha, 1992, p. 16) – ideia que acirrou

as estratégias assimilacionistas do estado. Posteriormente, com a construção do Estado brasileiro, os indígenas passaram também a efetuar trabalhos fluviais e marítimos, atuando como guias nos rios das províncias, e sendo recrutados para a Marinha brasileira. Também foram recrutados para o exército, especialmente para combates interétnicos, com os quilombolas ou ainda no conflito internacional, como a Guerra contra o Paraguai (Oliveira, 2006, p. 76).

Durante os séculos XVI e XVII, diversos eram os agentes que empreendiam a política indigenista, variando entre os missionários jesuítas, particulares, senhores de engenho e até mesmo entre agentes europeus como franceses e holandeses, que ainda tentaram se estabelecer na terra durante algum tempo. Também eram diversos os interesses e as divergências que ocorriam entre os colonizadores e os missionários, o que muitas vezes gerou atritos, especialmente envolvendo a utilização da mão de obra indígena (Cunha, 2009, p. 131).

No século XVIII, durante o governo do Marquês de Pombal, as divergências entre o Estado e a Companhia de Jesus se acirram e levam a expulsão dos jesuítas do Brasil e a administração da tutela indígena recai sobre o governo estatal. Nesse período, inicia-se a formulação de uma política indigenista assimilacionista, que pretendia “civilizar” e catequizar o indígena a fim de transformá-lo em súdito da Coroa portuguesa. Após a saída de Pombal do governo, essa política perde espaço, mas durante todo o século XIX ela é retomada e reforçada, agora com a premissa de transformá-los em cidadãos civilizados para servir ao novo Estado como trabalhadores eficientes (Almeida, 2012, p. 22). Nesse período, com a vinda da família real em 1808, a política indigenista foi utilizada como uma forma de garantir as fronteiras (Cunha, 2009, p. 131).

Durante o oitocentos, diversos foram os procedimentos para lidar com as populações indígenas, variando entre as localidades da nova nação construída a partir da independência. Por exemplo, nos locais distantes dos centros das vilas e povoados, foram criados aldeamentos sob a direção religiosa com o recurso das “guerras justas” (Almeida, 2012, p. 24). Esse é o caso da política indigenista aplicada na província de Mato Grosso, que contou fortemente com a criação dos aldeamentos administrados pelos freis Capuchinhos e com as bandeiras para “conter” e “civilizar” povos indígenas tidos como “índios bravios”.

A política indigenista desenvolvida por D. João VI, após a chegada da Corte, tinha como objetivo promover a ocupação efetiva de áreas indígenas, especialmente em Minas Gerais e Paraná, conferindo aos colonos interessados nas áreas todos os direitos legais de propriedade, atribuindo-os o direito de explorar compulsoriamente o trabalho indígena. Os indígenas que resistissem e realizassem ataques às fazendas justificavam o uso de estratégias de guerra. Essa

guerra declarada permaneceria até o processo de proclamação da Independência, quando a necessidade de construir uma identidade nacional própria, distinta do passado europeu, levaram a uma busca por uma melhor resolução da questão indígena (Vasconcelos, 1999, p. 38-39).

Almeida (2012, p. 25) aponta que, para os indígenas considerados “civilizados”, a proposta seria de assimilação à sociedade geral, com distribuição de parcelas individuais de suas antigas terras coletivas. Durante todo o século XIX, o Estado assume um discurso e empreende um projeto de assimilação social e política dos indígenas ao nominá-los como cidadãos, utilizando desse meio também para acabar com a identidade étnica e com isso deixar de garantir o direito à terra, da qual eram legítimos possuidores (Moreira, 2010, p. 135). Ou seja, podemos compreender que a política indigenista no oitocentos se centrou no processo de assimilação e homogeneização dos povos indígenas por meio da catequese e “civilização”, e espoliação de suas terras.

Ao longo do contato com os novos agentes sociais, os indígenas passaram a desenvolver uma compreensão própria acerca da nova realidade em que se inseriam, bem como os direitos que lhes eram concedidos pelas entidades governamentais e sua possibilidade de ação frente aos meios legais, dos quais diversos grupos indígenas passaram a utilizar com o fim de defender os interesses de suas políticas indígenas, ou seja, a política indigenista foi revertida como mecanismo para um novo empreendimento da política indígena. Almeida destaca que diversos povos e sujeitos foram à Corte Imperial solicitar a defesa de suas terras tradicionais, demonstrando que aprenderam a realizar acordos e negociações com as autoridades, reivindicando seus objetivos em troca de serviços diversos (Almeida, 2012, p. 25).

Cunha (2012, p. 93-94) também destaca a prática de diversos grupos indígenas em se utilizar dos mecanismos legais para garantia e proteção de suas terras dentre outros aspectos, como realizado pelos indígenas da aldeia dos Aramaris da Bahia, que encaminharam uma longa representação protestando contra a espoliação das terras de sua aldeia. Na vila de Atalaia, no atual estado de Alagoas, houve um protesto contra as violências praticadas e a invasão das terras indígenas. Em Mato Grosso, os Chamococo, sendo oprimidos pelo povo Guaicurú com quem tinham rivalidade, buscaram refúgio e proteção em Cuiabá, capital da província. Além da utilização das leis para assegurar suas terras, estes povos também a utilizavam como forma de manter seus ritos tradicionais, mesmo em meio a catequese.

A apropriação dos mecanismos legais criados para sua assimilação para seus próprios benefícios não se limitou às questões territoriais. “Nós [excl.] somos filhos e filhas da cruz da boa palavra (...)” (Chamorro, 1995, p. 35). Fausto (2005, p. 385) utiliza da citação de Graciela Chamorro para se indagar acerca da conversão do povo Guarani ao cristianismo. Durante o séc.

XVI, os colonizadores europeus acreditavam em uma suposta maior propensão dos Guarani a conversão ao catolicismo, algo reforçado nos escritos das missões seis e setecentistas (Fausto, 2001, p. 386). Tal pressuposto estava relacionado a uma mudança observado em suas práticas, como é o caso da antropofagia, que parece ter sido abandonada pelos Guarani no período, o que levou os padres jesuítas a acreditar que a catequese estava funcionando.

Apesar dessa noção disseminada de “cristianização” dos Guarani, Fausto (2001, p. 402) aponta que mesmo com as marcas de um discurso-outro lhes sendo imposto, estas não levaram os Guarani a se pensarem enquanto outros, mas sim levaram a apropriação dos novos fatores como seus, isto é, tomaram para si os signos que envolviam o cristianismo e os mesclaram com suas práticas cosmológicas, dando novos sentidos a eles dentro de sua própria compreensão cultural.

Além dos meios legais, com o avanço e consolidação progressiva do Estado sobre os territórios indígenas, outros tipos de reação foram realizados pelos indígenas aldeados. Muitos, diante da exploração do trabalho, desertavam ou rompiam seus contratos de trabalho (Oliveira, 2006, p. 84), como é citado no relatório de 20 de julho de 1860, do diretor geral de índios, João Batista de Oliveira:

(...) para fazer os Índios respeitar os contractos de locação de seus serviços, pois que depois da retirada do Corpo de Cavallaria daquelle lugar, abandonão com facilidade, e caprichosamente os seus patrões, sem que o Director tenha á sua disposição um agente para reprimir tais abusos rogo a V. Exa. haja de attender a essa reclamação do mesmo Director afim de animar a agricultura quasi abandonada naquele Districto por falta de braços (Oliveira, 1860, p. 11 – DGI)⁸⁴.

Nesse trecho, é apresentado pelo diretor da Aldeia Normal de Miranda o rompimento de contrato que os indígenas Terena e Laiana estavam realizando para com os particulares que os contratavam, prática entendida como um abandono de seus patrões. Nesse ponto, a dita ação desses grupos indígenas é descrita pelo dito diretor, frei Mariano, como um “abuso” para com os fazendeiros que contavam com essa mão de obra devido a falta de braços no distrito em questão. Podemos refletir sobre algumas razões que levavam esses indígenas a abandonarem o serviço, sendo a primeira delas a ocorrência de maus tratos, o que era comum, além da exploração exacerbada da mão de obra, com longas horas de trabalho, ou, simplesmente, a falta de interesse em cumprir com aquele contrato e a percepção de que não os traria benefício ou interesse.

⁸⁴ Relatório enviado pelo Diretor de Índios da Província de Mato Grosso João Batista de Oliveira ao presidente da província Antônio Pedro de Alencastro, em 20 de julho de 1860 – DGI/APMT.

A política indigenista do império, de forma geral, se resumiu ao binômio conhecido como “brandura” ou violência. Havia um debate acerca de qual dessas formas seria a mais adequada para o processo de assimilação os povos indígenas. Neste contexto, a política da “brandura” era expressa no formato dos projetos de aldeamento e as práticas institucionalizadas de violência expressas nas expedições de captura. Entretanto, como demonstrado anteriormente, a política de aldeamento não pressupunha a ausência da violência, visto que a inserção do indígena nesse espaço muitas vezes era realizada de forma forçada, e se inseria em um intenso processo de proibições e transformação dos costumes e práticas socioculturais (Moreira, 2010, p. 129).

A política indigenista imperial oficial, a partir da Independência, propagava as ideias de José Bonifácio, vendo os indígenas como passíveis de serem “civilizados” por meio do aldeamento e da catequese. Desse modo:

(...) a política indigenista do Império caracterizou-se, então, pela descentralização, e os índios, ainda divididos nas categorias de mansos e bravos, tinham, de acordo com Carneiro da Cunha, a possibilidade de escolher entre a ‘civilização’ e o ‘extermínio’, ou seja, entre uma submissão branda e uma violenta (...). (Almeida, 2012, p. 29).

Entretanto, o empreendimento de práticas mais agressivas, como foi o caso das bandeiras, se fez presente durante todo o oitocentos. Outra questão enfrentada pelos indígenas em aldeamentos eram as tentativas assimilacionistas, que buscavam negar suas práticas culturais e descaracterizar esses povos enquanto indígenas. Moreira (2010, p. 127), ao tratar dos povos na vila de Itaguaí, no Rio de Janeiro, destaca que estes foram considerados como cidadãos após a Constituição de 1824, mas, classificados nessa categoria, foram proibidos pelo novo governo de possuírem legalmente suas terras, pois havia o argumento de “ou se é índio, ou se é cidadão”, e somente aos “índios” ficava garantido o direito legal as terras.

A província de Mato Grosso, por ser habitada majoritariamente por populações indígenas, contava em grande maioria com essa mão de obra. Barros (1898, p. 184) aponta que é inegável a participação desses povos junto as atividades monçoeiras e mineradoras na província, e é justamente com o declínio da mineração no início do século que as relações entre os povos originários e os colonizadores irão ser redefinidas. Apesar do peso da utilização da mão de obra indígena, a presença desses sujeitos passa a ser tratada como um “problema a ser enfrentado”, assim como as “feras, insetos e doenças”. Para os presidentes da província, ações indígenas que se mostrassem contrárias ao processo de “civilização” “atrapalhavam” o desenvolvimento industrial da província.

Cunha (2012, p. 60) aponta que, para as entidades governamentais os indígenas no século XIX eram classificados em dois grupos: “mansos” ou “bravios”, classificação que iria delimitar qual seria a estratégia política que os governos provinciais iriam empreender para com essas populações. A categoria de “mansos” era composta por indígenas que teriam “aceitado” a sedentarização e o contato com o homem branco. Já os “bravios” seriam os que eram encontrados guerreando nas fronteiras do Império (Cunha, 2012, p. 61).

A província de Mato Grosso, assim como outras, admitiu essas categorias em sua política indigenista. No ano de 1846, o primeiro diretor de índios, Joaquim Alves Ferreira, realiza em seu Relatório de 1848 um levantamento das populações indígenas conhecidas em Mato Grosso, através do que entendiam ser “sua índole”, apresentando-os a partir de uma classificação: “1º. as que vivem sob nossas vistas; a 2º. as que vivendo ainda no primitivo estado de independência, todavia relacionão-se conosco, e a 3a. as que nos hostilizão e mostrão-se não dispostas a mudarem seu modo de existência”. Barros (1989, p. 187) salienta que na primeira categoria estão os indígenas que se fizeram presentes desde as primeiras décadas do século XVIII, como os Guaicuru e os Guaná.

De modo geral, a primeira categoria seria composta por sociedades indígenas que atuavam no provimento de gêneros de primeira necessidade para o mercado interno da província, e que por meio de bens manufatureiros, estavam inseridos no rol de circulação de produtos. Também atuavam como mão de obra nos estabelecimentos rurais; como guias a viajantes e navegantes, dentre outros. A segunda categoria era composta por etnias que eram independentes, mas que tinham relação com o governo, e era composta em maioria por grupos ao norte de Cuiabá, como os Bacairy, Parecy, Guarayo, Apiacá, Cayuá, Chomocôco, Cadiuéu e Guató. Na terceira categoria estavam os Coroados, Cabixi, Nambiquara, Barbado, dentre outros, que hostilizavam a província com ataques aos moradores e viajantes (Barros, 1989, p. 191-192).

É importante destacar que esses grupos, em especial os Guaicuru, mostraram forte resistência ao início da colonização, estabelecendo uma aliança com os Paiaguá desde o Chaco e formavam um “bolsão de resistência” à invasão colonizadora. Foi apenas com o envio de diversas expedições militares que, em 1791, eles vão até Vila Bela – capital da província no período, e assinam um tratado de paz e amizade com a Coroa (Costa, 2001, p. 1010). Já os Guaná realizaram aliança com os portugueses e espanhóis, tendo sua mão de obra sido descrita como de “fácil aproveitamento” (Barros, 1989, p. 187) e “estabelecimento”, pois eles já mantinham trocas de trabalho e intercâmbios culturais com outros povos indígenas.

Em ambas essas questões as alianças foram formuladas porque, dadas as circunstâncias, era mais proveitoso que houvesse uma relação de amizade com os colonos do que de violência. Também havia questões que envolviam conflitos interétnicos, como foi o caso dos Guaicuru, que, tendo os Guarani se aliado ao governo espanhol no Paraguai, decidiram se aliar ao governo português no Brasil. Os Guaná, que eram aliados dos Guaicuru no Chaco paraguaio, também acabaram por estabelecer aliança com os portugueses. Do ponto de vista do colonizador, as alianças visavam fortalecer a política de conquista territorial, baseada na expansão do comércio. Ou seja, se tratava de controlar os focos de resistência e ter relação amistosa com aqueles que pudessem favorecer a expansão do domínio português, bem como manter as rotas de comércio (Barros, 1989, p. 189).

Um ponto controverso nessa categorização é a respeito do parâmetro que enquadra um povo como “bravio” ou “manso”. O “dócil” foi considerado aquele que mantinha relação de “amizade” com o colonizador, pois o fato de haver guerras interétnicas não impedia que fossem consideradas como “mansos”, ao contrário, como já mencionado, era de praxe os colonizadores utilizarem dos conflitos interétnicos para favorecer seus interesses. A orientação do governo era de que esses deveriam ter a centralização de verbas e recursos humanos, contando com a presença de missionários, ferreiros, carpinteiros, professores, para povoar a fronteira. Sendo assim, os indígenas “bravios” seriam aqueles que mostrassem ação de resistência apenas ao colonizador, e isso variava conforme o povo europeu, visto que aqueles que favorecessem seus interesses poderiam ora ser amigos, ora serem hostilizados.

Os indígenas também possuíam tal perspectiva acerca dos colonizadores, utilizando-os ora como aliados dependendo de seu interesse, ora como inimigos – ambiguidade estratégica para os povos indígenas, que, contudo, causava problemas ao governo e as políticas colonizadoras de fronteira. Como forma de lidar com esta ambiguidade e justificar sua violência, o discurso branco reforçaria ainda mais seu patamar enquanto “primitivos” e “crianças”, necessitados de tutela, sendo incapazes de se autogovernarem. Tal fator foi apontado em diversos relatórios dos presidentes de província, como em dois do diretor geral, Henrique José Vieira.

O primeiro é de 1852, quando este faz uma descrição acerca do povo Guaicuru, dizendo que estes “(...) fazem alguma guerra aos Chamococos a quem roubão as mulheres e crianças, e guerreão (...)” (Vieira, 1852, p. 5)⁸⁵, a partir da consideração do presidente em

⁸⁵ Relatório enviado pelo Diretor Geral dos Índios da província de Mato Grosso, Henrique José Vieira, ao Exmo. Sr. Presidente da Província, Augusto Leverger no ano de 1852 – DGI/APMT.

questão notamos os conflitos interétnicos dos povos indígenas. O segundo é de 1853, em que ele aponta:

Finalmente, em junho deste anno, vindo a esta Capital, pela vez primeira, cinco Índios Chamococo acoçados pelos Cadiuéos, para pedir protecção contra as hostilidades destes, assentei de accordo com V.Exa. que a melhor protecção que se lhes poderia dar bem (ilegível) de sua Nação (...) (Vieira, 1853, p. 40)⁸⁶.

Com o primeiro relatório percebemos que os Chamococo enfrentavam uma questão com os Guaicuru Cadiuéu, em que esse grupo tentava os dominar, roubando as mulheres e crianças. No segundo, vemos os Chamacoco utilizando da política indigenista como uma forma de alcançarem a proteção desse grupo, pois, por serem cavaleiros e guerreiros, estes não conseguiram resistir no intervalo de um ano.

Como os Chamacoco eram uma etnia que não tinha, até então, uma relação de amizade com o governo provincial, o diretor utiliza dessa situação para estabelecer uma proximidade e realizar a tentativa do aldeamento. Entretanto, apesar dos esforços, o aldeamento desse povo não se efetivou, pois no relatório do presidente Cardozo Junior, em 1872, é relatado que esses sujeitos “nunca hostilizaram gente civilizada, nem receiam ou fogem, mas não demonstravam intenção em ter relações com a província; não entendiam a língua portuguesa” (Cardozo Junior, 1872, p. 138)⁸⁷

A política indigenista em Mato Grosso possuía um foco maior na intensa “domesticação”, ou seja, nas tentativas do processo colonizador de retirar o indígena de seu estado de “selvageria”, tornando-o “civilizado”. Este, ocorria devido as dificuldades que enfrentava para o povoamento da região, visto que o interesse era o de uma ocupação por pessoas brancas para habitar a província, que eram minoria. A mão de obra indígena se fazia necessária para sustentar a economia interna. A instrução do Regulamento que foi adotada pelos governos provinciais, era de manter relações amistosas e doar bens para aqueles indígenas que ainda não estivessem nos espaços de aldeamento a fim de “atraí-los” à “civilização”. Entre os anos de 1848 e 1858 os relatórios dos diretores gerais de índios expressam que a política indigenista se concretizava a partir do binômio doação de “brindes” e expedições militares (Barros, 1989, p. 199).

A doação de bens poderia ser por meio do diretor de aldeia ou pela própria Diretoria Geral, em Cuiabá. No relatório do diretor geral, Henrique José Vieira, em maio de 1853, é

⁸⁶ Relatório enviado pelo Diretor Geral dos Índios da província de Mato Grosso, Henrique José Vieira, ao Exmo. Snr. Presidente da Província, Augusto Leverger, em 29 de novembro de 1853 – DGI/APMT.

⁸⁷ Relatório apresentado a Assembleia Legislativa da Província de Mato Grosso, no dia 4 de outubro de 1872, pelo presidente da mesma província, o exmo. sr. tenente coronel Dr. Francisco José Cardozo Junior. APMT.

relatado que ele estava enviando ao frei, Mariano de Bagnaia, ferramentas para serem distribuídas aos indígenas da aldeia do Bom Conselho e região como “brindes”, ou seja, forma de atrair esses indígenas para a “civilização”:

Remettendo várias ferramentas para brindes (...). O portador deste que é Gervasio de tal encarregado de Ricardo da Costa Leite entregará a V. Rema, 24 enxadas grandes, 20 foices, 14 machados, 8 facões e 32 T. de baeta para ser distribuído pelos índios aldeados debaixo da direção de V. Rema (...) (Vieira, 1853, p. 27).⁸⁸

No mesmo ano, o dito diretor realiza um outro relatório para o presidente da província, Augusto Leverger, em novembro que nos revela outro ponto acerca da “doação de brindes”:

Ainda Guanás
Meia legua abaixo do Porto desta Cidade, e á margem d’alem existe arranchada uma porção de Indios desta Nação emigrados do Baixo Paraguay; que não deixão perder occasião de pedir, e posto que já sejam tão civilizados (ilegível) a classe da nossa gente baixa, julgão os (ilegível) Indios, mas só para ter direito a brindes (...) (Vieira, 1853, p. 42)⁸⁹.

Os indígenas da nação Guaná, por terem uma relação de proximidade com a província, serem falantes da língua portuguesa e estarem nos aldeamentos, produzindo serviços agrícolas e outros, eram considerados pelas autoridades provinciais como civilizados, “quase” se equiparando aos brancos. Mas, o diretor destaca que eles ainda se colocavam na condição de indígenas para terem acesso aos bens.

Alguns pontos na fala de Vieira não condizem com a realidade desses povos na província. O primeiro é o fato destacado que eles estavam continuamente solicitando objetos, sendo que estavam aldeados no Bom Conselho, e uma das premissas, previstas no Regulamento de Missões, era que fossem dadas as ferramentas para os indígenas trabalharem no aldeamento. Outro ponto é a questão de já serem considerados como “civilizados”, algo que os colocava como não pertencentes a categoria de “índios”, o que implicaria que já não “precisariam de brindes”, por viverem nos aldeamentos. Entretanto, o Regulamento, em seu artigo 1º, subparágrafo 15, diz que ao governo deveria ser informado:

(...) daquelles Indios, que, por seu bom comportamento e desenvolvimento industrial, mereção se lhes concedão terras separadas das da Aldêa para suas grangearias particulares. Estes Indios não adquirem a propriedade dessas terras, senão depois de doze annos, não interrompidos, de boa cultura (...) (Mato Grosso, decreto nº426 de 24 de julho de 1845).

⁸⁸ Relatório enviado pelo Diretor Geral dos Índios da Província de Mato Grosso, Henrique José Vieira, ao diretor da aldeia de Nossa Senhora do Bom Conselho, frei Mariano de Bagnaia, em 3 de maio de 1853 – DGI/APMT.

⁸⁹ Relatório enviado pelo Diretor Geral dos Índios da Província de Mato Grosso, Henrique José Vieira, ao presidente da província, Augusto Leverger, em 24 de outubro de 1853. DGI/APMT.

O aldeamento de Nossa Senhora do Bom Conselho foi fundado em 1847, de forma que em 1853, data do relatório, haviam passado apenas seis anos que os indígenas Guaná⁹⁰ estavam aldeados, sendo catequisados e “civilizados”, de forma que eles não estariam enquadrados na exigência da legislação de que deveriam apresentar doze anos interruptos de “boa cultura”. Sendo assim, o que Henrique Vieira aponta sobre esses indígenas já não estarem mais na categoria de “índios”, não tendo mais seu direito de acesso aos “brindes”, não condiz com o que a própria legislação imperial previa. Também devemos apontar que, mesmo em meio ao contexto de contato com os brancos, estando nos aldeamentos, praticando os serviços agrícolas, utilizando das ferramentas e objetos do colonizador, dentre outros fatores, isto não descaracteriza esses sujeitos enquanto indígenas, visto que sua prática sociocultural já previa contato com outros povos, indígenas ou não.

No ano de 1854, Henrique José Vieira destaca, em seu relatório de abril, o envio de vários objetos para “brindar” aos indígenas em diferentes localidades. O primeiro envio vai ao frei Antonio de Molinetto, localizado na povoação de Albuquerque, para uma tentativa de aldeamento dos indígenas Chamococo: “(...) Remetto tãobem a Frei Antonio de Molinetto alguns objectos para o começo da Aldêa dos Chamococos (...)” (Vieira, 1854, p. 47)⁹¹. O diretor não tinha muita esperança para esse aldeamento, visto que eram poucos indígenas desse povo que desejavam em ter proximidade com a província.

Outro envio vai para os Terena, localizados em Miranda: “os 7 Terenas de Miranda, que por ordem de V. Exa. me apresentarão, forão brindados com algumas ferramentas, e mantimentos para sustento, tendo-se retirado contentes” (Vieira, 1854, p. 47)⁹². Os Terena ainda não estavam aldeados, mas tinham uma relação de proximidade com o povoado de Miranda e com o governo provincial, de modo que várias vezes se direcionaram a Diretoria Geral, assim como ao próprio presidente, para solicitar ferramentas para o plantio e mantimentos que não tinham acesso em sua aldeia.

O último envio mencionado nesse relatório foi para o delegado de polícia da Vila do Diamantino:

Da ordem de V. Exa. acha-se á disposição do Delegado de Policia da Villa do Diamantino.

A quantia de 100\$reis para empregar em brindes aos Indios Paricis nas frequentes visitas ao mesmo Delegado fazem, depois que se expedio a bandeira em seo auxilio

⁹⁰ Nesse caso se refere aos Guaná e seu subgrupo, os Kinikanáo, que também estavam no mesmo aldeamento.

⁹¹ Relatório enviado pelo Diretor Geral de Índios da província de Mato Grosso, Henrique José Vieira ao presidente da Província, Augusto Leverger, em 17 de abril de 1854 – DGI/APMT.

⁹² Idem.

contra as perseguições que soffrião dos escravos fugidos, e aquilombados nas visinhanças do seo aldeamento (Vieira, 1854, p. 48 – DGI)⁹³

Na Vila do Diamantino estava ocorrendo uma tentativa de aldeamento para com os indígenas Pareci, que, como é apontado pelo próprio diretor na citação acima, estavam sofrendo com atentados de negros escravizados fugidos e que haviam estabelecido um quilombo próximo a sua aldeia⁹⁴. Esses indígenas procuraram a polícia da Vila e a Diretoria Geral como uma forma de obter proteção contra esses aquilombados, de forma que foi oferecido o auxílio por meio da expedição de uma bandeira e também o oferecimento de “brindes”, visto que a intenção era de aldear esse grupo étnico.

Acerca dessa comunidade indígena, no relatório apresentado ao presidente da província, Augusto Leverger, pelo diretor geral, Henrique José Vieira, em 1856, é apontado que:

A respeito dos Indios Parecis, acabo de receber participação do Delegado da Policia (ilegível) do Diamantino, o presente cidadão João Baptista Prudencio, a quem tenho incumbido de brinda-los sempre que ali appareção, para cujo fim tenho-lhe remettido anualmente a quantia de 12 (...) He para lamentar o não poder-se aplicar maior quantia com brindes a estes Indios, e assim atrahi-los com mais prontidão a fim de aldea-los, para que tem-se mostrado ultimamente tão dispostos, mas á V. Exa. não é estranho que com a mesquinha quantia de 3000\$reis consignada todos os anos para ser applicada em brindes para as tantas e diversas Nações de Indios desta Provincia (...) (Vieira, 1856, p. 72 - DGI)⁹⁵

A partir da fala do diretor percebemos que, aparentemente, havia um desejo dos Pareci em se aldearem, entretanto, a falta de verba para a catequese e para a obtenção de “brindes” – principal atração ao indígena para se inserir e permanecer nesse espaço –, estava colocando empecilhos para a aplicação da política indigenista. Podemos indagar a veracidade dessa colocação, visto que no relatório do ano anterior o mesmo diretor apontou que esses indígenas não tinham interesse em se aldear sob a direção governamental, apenas desejavam o acesso as ferramentas, que facilitavam seu trabalho com a terra e, dessa forma, o seu bem-viver.

Em 1858, o presidente João Batista de Oliveira, ao fazer apontamentos acerca dos gastos da província ao presidente, Joaquim Raimundo Lamare, salienta que, da quantia de 857\$000 enviada pelo governo: “vinha a restar desta somente R\$ 2:1434, cuja grande parte era

⁹³ Idem.

⁹⁴ O aldeamento mencionado se referia a aldeia dos próprios indígenas, não algo formulado pela Diretoria Geral ou governo provincial.

⁹⁵ Relatório enviado pelo Diretor Geral de Índios da província de Mato Grosso, Henrique José Vieira, ao presidente da província, Augusto Leverger, em 20 de novembro de 1856 – DGI/APMT.

absorvida pelos brindes que se davão á Indios não aldeados que, por esse interesse, frequentavão, assim como ainda hoje frequentão a Capital”. (Oliveira, 1858, p. 94)⁹⁶.

A partir desse relato podemos perceber que o que foi apontado por Barros (1989) se efetiva, pois a diretoria dispensava grande valor para adquirir e enviar esses objetos a fim de “atrair” os indígenas a “civilização” do aldeamento. Entretanto, como foi o caso dos Chamococo e Pareci, muitos grupos indígenas se direcionavam a diretoria apenas para solicitar essas ferramentas, utilizando da política indigenista para alcançar seus interesses e melhorar sua produção agrícola, melhorar sua proteção contra os próprios colonizadores e outras etnias, dentre outros aspectos.

Além dos objetos, a outra parte da política indigenista durante esse decênio se faz pelo envio de bandeiras. No mesmo relatório citado acima, do diretor Henrique José Vieira, em novembro de 1853, é relatado uma bandeira enviada contra os indígenas Coroado e Cabixi, que estavam “infestando” as estradas de Mato Grosso para Goiás e São Paulo, e no arraial de São Vicente, próximo à Vila Bela:

Ainda este anno (ilegível) elles em custodia e mesmo Arraial (ilegível) para proteger como lhe (ilegível) para a vida e a fazenda dos seos habitantes, (ilegível) de uma bandeira. Nutro muita bôa esperança. Exmo. Snr., de que essa Bandeira sera sucedida, e de que fará menos estragos nos Indios do que merecem por suas (ilegível) assim de que essa violência (Vieira, 1853, p. 43 - DGI)⁹⁷.

No mesmo relatório constando envio de “brindes” para atração de alguns grupos indígenas, também é apresentado o envio de expedição militar para “afungentar” outros grupos indígenas. Dois pontos devemos considerar a partir disso, o primeiro é a efetivação da dicotomia entre “mansos” e “bravios” enquanto marcos basais da política indigenista - os grupos indígenas que praticavam sua política de forma considerada como amistosa pelo governo provincial, que estabeleciam uma certa proximidade e praticavam alianças, mesmo que não estivessem aldeados, recebiam o auxílio da diretoria; do outro lado, aqueles indígenas que efetivavam uma política mais incisiva para afastar os não indígenas e enfrentavam o tratamento de bandeiras armadas.

No ano de 1856, o mesmo diretor envia resposta de um ofício do Chefe de Polícia da Província, o sr. Joaquim Augusto H. C. Freire, em que aponta:

⁹⁶ Relatório enviado pelo Diretor Geral de Índios da província de Mato Grosso, João Batista de Oliveira, ao presidente da província, Joaquim Raimundo Lamare, em 31 de dezembro de 1858 – DGI/APMT.

⁹⁷ Relatório enviado pelo Diretor Geral de Índios da província de Mato Grosso, Henrique José Vieira, ao presidente da província, Augusto Leverger, em 24 de outubro de 1853. DGI/APMT.

Ilmo. Snr. Sciente do conteúdo do officio de V.S datado de hoje, sobre os índios apprehendidos pela bandeira que se expedio por ordem do Governo Provincial, cumpre-me responder a V.S que hontem dirigi-me ao Quartel da Policia para vêl-os, e conhecer de suas necessidades, e hoje em consequencia da combinação havido entre mim e V.S., dei as necessarias providencias sobre o sustento e vestuário d'elles (Vieira, 1856, p. 72)⁹⁸

Apesar de não ser mencionada a qual grupo foi expedida a bandeira, partindo da perspectiva que essas expedições só eram enviadas àqueles grupos que não mantinham proximidade com o governo e que praticava uma política indígena mais agressiva, podemos apontar que pode se referir aos Coroados, Cabixi, Caiapó ou Guarayo, que eram as populações que mais recebiam o direcionamento das bandeiras. Outro ponto de destaque é o fato de que o diretor destaca que tomou providência de vestuário, visto que em outros relatórios o mesmo não apontou antes essa necessidade, de modo que chegamos a conclusão que os indígenas em questão aprisionados ainda mantinham muitos de seus costumes, em distância ao não indígena.

Em 1857, Vieira realiza um pedido ao presidente da província, Albano de Sousa Osório acerca de um indígena menor de idade:

Pedindo ao Exmo. Presidente a admissão do Indio Coroados de nome Salvador na Companhia de Menores. Nº 12 – Ilmo. e Exmo. Snr. Vagando pelas ruas desta cidade o índio menor de nome Salvador, da Nação Coroados, com oito anos de idade mais ou menos, que fôra apprehendido pela penúltima bandeira expedida contra essa Nação, o qual se achava em poder do Cidadão João Alves Ferreira; e podendo dessa occiosidade em que vive resultar graves males ao mesmo índio, rogo a V. Exa. se digne mandal-o admitir na Companhia d'Aprendizes menores do Arsenal de Guerra, onde pôde receber melhor educação (Vieira, 1857, p. 80 – DGI)⁹⁹.

Com o relato do diretor, percebemos uma outra faceta das bandeiras referente as crianças indígenas. Já era mencionado a captura não apenas dos homens, mas de mulheres e crianças também. Entretanto, na fala em questão, vemos que a bandeira realizou uma separação de um menino indígena Coroados de oito anos, Salvador, a qual podemos pensar em duas possibilidades: a bandeira afastou seus pais para outra localidade, separando-os do menino, ou a bandeira os exterminou, o que o deixou a mercê da ação do governo provincial, que viu nesta situação uma oportunidade de enviá-lo para receber a “melhor” educação, ou seja, a do branco, com possibilidade de se tornar um soldado.

Sobre a expedição de bandeiras houve durante o século XIX questionamentos se essa seria a melhor forma de execução de uma política indigenista em um país “civilizado” e que

⁹⁸ Relatório enviado pelo Diretor Geral de Índios da Província de Mato Grosso, ao chefe de polícia da mesma província, o sr. Joaquim Augusto de Holanda Costa Freire, em 21 de outubro de 1856 – DGI/APMT.

⁹⁹ Solicitação enviada pelo Diretor Geral dos Índios da Província de Mato Grosso ao presidente da província, Albano de Sousa Osório, em 11 de setembro de 1857. DGI/APMT.

desejava assimilar o indígena em meio a sociedade para usufruir de sua mão de obra e terras. Sobre esse assunto, o presidente da província, Augusto Leverger, faz uma colocação:

A expedição que se costuma fazer de Bandeiras, para vingar semelhantes ataques, é prevenir que se renovam, além de repugnar aos princípios de humanidade e ás repetidas recomendações do Governo Imperial, não produz, senão em raras e excepcionaes ocasiões, o effeito que se espera, como muitas vezes o tem provado a experiencia (Leverger, 1851, p. 6 – APMT)¹⁰⁰

O referido presidente, apesar de não desistir de realizar essas expedições, em diversos momentos durante seu mandato realizou falas enfatizando o insucesso das bandeiras, visto que a ação agressiva apenas causava uma reação ainda pior por parte dos grupos indígenas atacados. Sendo assim, havia um grande gasto, sempre apontados nos relatórios, com o envio das expedições, mas não ocorria o retorno desejado, apenas aumentavam as ações de roubos, incêndios e “correrias”, sem conseguir atrair os indígenas para a “civilização”.

Apesar dos esforços e empreendimentos, poucas foram as conquistas da política indigenista nesse período, os povos indígenas da província, mesmo os aldeados, mantinha seus ritos e costumes, continuavam vivendo uma vida coletiva, praticando suas atividades tradicionais, grande parte em suas próprias terras, mesmo com a catequese, não deixaram de ter suas crenças, suas alianças, e de ter a maior resistência de todas: o existir. A Diretoria Geral de Índios foi utilizada por uma grande variedade de grupos apenas como fonte de recursos de bens que não produziam, como facas, facões, enxadas, dentre outros.

3.3 AS “CORRERIAS”: MORTES, ROUBOS, INCÊNDIOS E PERSEGUIÇÕES COMO AÇÕES POLÍTICAS À COLONIZAÇÃO

Além da política indígena de alianças, temos um empreendimento de formulação política mais agressiva por parte de alguns povos indígenas, utilizando de mortes, roubos, incêndios e perseguições para lutar contra o processo de colonização, assegurar sua territorialidade e obter objetos dos não indígenas. A tais atos, os presidentes da província de Mato Grosso atribuíram o título de “correrias”.

Diversos Relatórios Provinciais apontam atos de hostilidade que os grupos indígenas utilizavam nas estradas da província, os principais sendo os Bororo, Coroados, Parecis e Cabixis. No ano de 1840, o presidente da província Estevão de Rezende destaca:

¹⁰⁰ Relatório do presidente da província de Mato Grosso, o capitão de fragata Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial em 10 de maio de 1851. APMT/CRL.

Os Índios Coroados, que infestão boa parte da Estrada geral para Goyaz, e as imediações do Rio S. Lourenço na Estrada nova do Piquiri, apresentam terrível aspecto. Descontentes com a passagem desta ultima estrada por hum dos sítios em que tinham alojamento, parece que assentarão tentar a desafronta pelas armas, ou ao menos aterrar quanto possível, no intuito de evitar a frequencia de viajantes que ella começa a ter, e de conseguir ainda o exclusivo de antigas possessões. Começando suas correrias em Setembro ultimo, attacarão immediatamente a fazenda do Capitão Victoriano (...) além de tirarem a vida barbaramente á duas pessoas (...) (Rezende, 1840, p. 15 – APMT)¹⁰¹

Nesse relatório o presidente aponta uma certa surpresa com os ataques, pois esses povos já habitavam a região há muito tempo sem demonstrar hostilidade. Entretanto, podemos perceber no trecho destacado que o próprio Rezende registra um descontentamento desse grupo com a passagem de uma estrada em suas terras, de modo que a “hostilização” se fez devido a uma insatisfação e o desejo de não haver viajantes adentrando seu espaço territorial.

Os Coroado, juntamente com alguns grupos Bororo e outros subgrupos Parecis, continuaram a realizar “ataques” aos moradores durante boa parte do século XIX na província, especialmente nas regiões de passagem de estradas para as províncias de Goiás e São Paulo. Essas práticas eram constantemente lamentadas pelas autoridades provinciais, que sempre realizavam depreciações aos indígenas e suas ações, descrevendo-os como “bárbaros”, “sanguinários”, “traíçoeiros”, “bravios”, “selvagens”, dentre outros (Ferreira Junior, 2016, p. 3). É importante que compreendamos que cada sujeito estava agindo em defesa de seus interesses territoriais e sociais, entretanto, a historiografia reproduz a perspectiva colonial como única e omite os duplos interesses, atribuindo as ações indígenas a uma narrativa de “bestialização”, reproduzindo estigmas acerca da colonização do Brasil (Oliveira, 2016, p. 30).

Fanon (1969, p. 30) destaca a discussão do mundo colonial, observando que não é um confronto racional de pontos de vista, em que o indígena é declarado pelo mundo colonizado como impermeável a ética, tendo ausência e negação de valores, ou seja, seria o “mal absoluto”, que destrói aquilo que dele se aproxima. Os costumes do colonizado, suas tradições e, sobretudo, seus mitos, são marcas de uma depravação constitucional, de forma que a linguagem do colonizador ao falar do colonizado é uma linguagem zoológica, visto que “quando quer descrever bem e encontrar a palavra exata, recorre constantemente ao bestiário (Fanon, 1969, p. 31).

Em diversos momentos em meio aos relatórios dos presidentes de províncias vemos descrições dos povos indígenas, colocados como “bravios”, “selvagens”, ou como atribuições

¹⁰¹ Discurso que recitou o Exmo. Snr. doutor Estevão Ribeiro de Rezende, presidente desta província, na ocasião da abertura da Assembleia Legislativa Provincial, no dia 1º de março de 1840. APMT/CRL.

de suas ações como de “infestação”. Estevão de Rezende, em seu relatório de 1840, aponta que “os Bororo do Cabaçal continuam a infestar os campos da Caissara (...)” (Rezende, 1840, p.16)¹⁰². O que causa infestação em algo são pragas, que usualmente destroem plantações e as impedem de crescer, que é a comparação realizada pelo dito presidente.

Augusto Leverger em 1856 os emprega como “índios selvagens”; Joaquim Lamare em 1858 realiza a mesma colocação, que se repete por outros presidentes no decorrer do século XIX. Do ponto de vista dos presidentes, os “ataques” indígenas prejudicavam o povoamento da região mato-grossense, os Bororo especificamente ao leste da província, ao passo que também colocavam em risco a vida dos viajantes das estradas, e isso atrapalharia o desenvolvimento econômico da província e sua civilização (Ferreira Junior, 2016, p. 3). Esses pontos são colocados nos relatórios desde pelo menos 1838, em que José Pimenta Bueno, um dos primeiros presidentes da província aponta que “os Índios Cabaças, que divagão entre o Paraguay e o Jaurú, e que desde os primeiros fundamentos da Província, tantos estragos e perdas tem causado as pessoas que fazem viagem entre Villa Maria e Matto Grosso” (Bueno, 1838, p.10)¹⁰³.

Na fala do presidente, vemos que os Bororo Cabaças desde o início da criação e consolidação da Província estavam resistindo ao processo de colonização. Esse povo estava estabelecido na região denominada como Mato Grosso, que se refere a Vila Bela, a primeira capital da província, visto que era fronteira com a Bolívia, domínio espanhol. Bueno destaca que esse grupo indígena estava realizando “hostilidade” e estava afugentando os viajantes; além disso, também cometiam roubos nas plantações e casas dos agricultores, e teriam praticado a morte de um homem negro escravizado e um comerciante.

Acerca das práticas hostis, em 1840, o presidente Estevão Rezende aponta que estavam “descontentes com a passagem desta ultima estrada por hum dos sítios em que tinham alojamento, parece que assentarão tentar a desafronta pelas armas, ou ao menos aterrar quanto possível, no intuito de evitar a frequência de viajantes (...)” (Rezende, 1840, p.15). Rezende já nos deixa explícito o que estava a provocar a prática de “correrias” na província, visto que diversos grupos indígenas não desejavam a proximidade com os colonizadores e estavam tendo suas terras invadidas por eles. Por não desejarem estabelecer aliança, implementavam uma política mais agressiva de afastamento.

¹⁰² Discurso que recitou o Exmo. Snr. doutor Estevão Ribeiro de Rezende, presidente da província, na ocasião da abertura da Assembleia Legislativa Provincial no dia 1º de março de 1840. APMT/CRL.

¹⁰³ Discurso recitado pelo exmo. presidente da província de Mato Grosso, José Pimenta Bueno, na abertura da primeira sessão da segunda legislatura da Assembleia Provincial, em 1 de março de 1838. APMT/CRL.

Nos documentos oficiais sempre existem menções acerca das “práticas bárbaras” dos grupos indígenas, as mortes que causaram, não apenas nos relatórios presidenciais, mas também dos diretores gerais de índios, como é o caso de Henrique José Vieira, ao escrever ao frei Mariano, em novembro de 1853, sobre os Coroados:

As estradas que desta Procinvia se dirigem ás do Goyaz e S. Paulo, novamente seja [ilegível] offerecem aos viajantes e moradores, por causa dos Indios Coroados, e supponho que tambem os Caiapós do[ilegível], que constantemente tem assaltado áquelles, e commettido contra estes algumas mortes, e incendios em suas habitações (Vieira, 1853, p.43 - DGI)¹⁰⁴

No dito relatório, vemos o diretor geral lamentar ao frei acerca desse grupo de indígenas, que, como já citado em outro Relatório Provincial, estava propagando “terror” nas estradas para as províncias de Goiás e São Paulo. Nesse caso em específico, também surge uma menção aos Caiapós, que eram uma nação distante, habitantes de Santana de Parnaíba, província de São Paulo, mas que também, assim como os Coroados, foram descritos como participantes de assaltos e mortes aos viajantes, assim como ateando fogo em algumas habitações.

Podemos analisar alguns pontos acerca desse trecho em específico. Como já havia sido apresentado pelo presidente Estevão Rezende em 1848, diversos indígenas que foram enquadrados nessa denominação de “coroados”, estavam insatisfeitos com a passagem de estradas e seus viajantes em suas terras; além das estradas, algumas pessoas estavam fixando moradia nesses territórios, o que desagradou ainda mais esse grupo. Por não terem o desejo de ter uma relação amistosa com o homem branco, esse povo, a fim de afugentar esses invasores, passaram a persegui-los nas estradas, e com isso também estiveram ao alcance de conseguir objetos que eram produzidos pelos não indígenas. Em alguns momentos, passaram a atear fogo nas casas que foram construídas “ilegalmente” em seu território, pois não houve permissão prévia para essa fixação na sua terra. Os atos que são descritos como “barbaridade” eram formas de demonstrar sua insatisfação com o projeto de “civilização”, “povoamento” e invasão de suas terras indígenas.

Além dos Coroados, nesse mesmo relatório Vieira faz um apontamento acerca dos Cabixis:

Nação errante nos campos Paricis, á N. O. do Arraial de S. Vicente em 15 a 20 legoas de distancia cujo numero é calculado em 500. Os Indios desta Nação hostilisaõ grandemente o Arraial de S. Vicente no Districto de Mato Grosso, para onde dirigem

¹⁰⁴ Relatório enviado pelo Diretor Geral de Índios da Província de Mato Grosso, Henrique José Vieira, ao presidente da província, Augusto Leverger, em 29 de novembro de 1853 – DGI/APMT.

todos as suas correrias, matando e roubando os seus moradores (...) (Vieira, 1853, p.43 - DGI)¹⁰⁵.

Essa nação é descrita como “errante”, ou seja, eles não tinham uma residência fixa, então variavam os locais em que eles iriam realizar seus “ataques” dentro do seu território. Modelos de organização social de alta mobilidade foram considerados pelos brancos como um sinal de atraso ou indicadores de uma ausência de civilidade, tal compreensão agravava a relação com as populações indígenas, visto que muitas etnias, transitavam por um amplo território, motivados por sentidos diversos, seja pela busca de terras mais férteis, pela fuga de períodos chuvosos, em busca de uma “Terra sem mal”, ou por motivações culturais e/ou cosmológicas específicas, dentre outros motivos. Mas, com a delimitação de fronteiras durante o processo colonial e imperial e a criação e aumento dos povoados, o trânsito tradicional desses sujeitos passou a ser limitado, o que agravou o embate entre eles.

Outro ponto é acerca da localidade descrita pelo presidente, o arraial de São Vicente, que se localizaria no distrito de Mato Grosso (Vila Bela) e próximo a Cuiabá, que era a capital da província no período, locais que eram mais povoados e que o governo provincial tinha um maior interesse em desenvolver, além das áreas fronteiriças. Nesse trecho, temos a menção aos roubos aos moradores como forma de conseguir objetos sem ter que manter uma política de aliança e amizade com o estado.

No ano de 1862, o novo diretor geral, João Batista de Oliveira, novamente relata acerca das “correrias” dos Coroados:

Estes Índios, que habitam as cabeceiras do rio S. Lourenço, continuam a hostilizar-nos atrozmente sempre que se lhes ofereceu ocasião, e não me tem sido possível, apesar dos meios empregados, ao menos chamá-los a calma, para assim ver se consigo a sua catechese. Ainda há pouco teve noticia, que uã horda destes Índios viera a um estabelecimento rural de terra acima e ahi amedrontaram seus moradores, tendo antes deste facto accometido a Fazenda do Cidadão José Marques Fontes, á margem do rio S. Lourenço, matarão duas mulheres, que alli se achavão lavando roupas; ameaçando tambem em seguida os moradores da Fazenda de Sant’Anto(ilegível) da Barra, hoje pertencente á voiva do Capitao Antonio José da Silva.

Tendo esgotado inutilmente os meios ao meu alcance para arrancar das branhas estes indomáveis sylvicolas, aguardo que alguma circunstancia imprevista os faça procurar espontaneamente a nossa amizade, para então promover-se a sua catechese. (Batista, 1862, p. 42 - DGI)¹⁰⁶

Nesse relato, o diretor novamente aponta atos de amedrontamento aos moradores, provocando a morte de algumas mulheres. O diferencial nesse relatório está na fala do diretor

¹⁰⁵ Idem

¹⁰⁶ Relatório enviado pelo Diretor Geral de Índios da Província de Mato Grosso, João Batista de Oliveira, ao presidente da província, em 1862 – DGI/APMT.

que demonstra uma desilusão na crença que esses indígenas poderiam ser aldeados e catequisados, lembrando que essas duas formas eram defendidas como etapas que levariam a almejada “civilização”. O documento aponta ainda que se aguardava uma “circunstancia imprevista” que os faria procurar a amizade do governo para que assim pudessem ser aldeados e promovidos a catequese.

Entretanto, conforme os relatórios que durante anos mencionam a “hostilidade” dessas populações em específico, podemos supor que eles não possuíam nenhum interesse em ter um contato com as entidades governamentais, visto que esses estavam invadindo seus territórios, os perseguindo, promovendo mortes e violações com as bandeiras de captura, que em diversos casos os obrigava a abandonar seus territórios tradicionais e a se deslocarem para onde fosse mais proveitoso para os presidentes. Dessa forma, a “hostilização” foi a maneira que encontraram de mais sucesso em proteger seus territórios e assegurar o que desejavam.

3.4 A PARTICIPAÇÃO INDÍGENA NA GUERRA CONTRA O PARAGUAI: A POLÍTICA INDÍGENA EM DEFESA DE SEU TERRITÓRIO

Durante o conflito armado entre Brasil, Uruguai e Argentina contra o Paraguai, no qual a província de Mato Grosso foi cenário de fundo, as etnias indígenas residentes na região foram envolvidas e/ou se envolveram no conflito. Algumas etnias nesse espectro foram os Guaicuru, Terena, Kinikanau, Laiana, Guató, Guaná, Chamacoco, dentre outras. A participação dos indígenas foi fundamental para a vitória dos aliados (Corradini, 2007, p. 83).

As motivações para tal envolvimento foram diversas. Silva (2007, p. 3) evidencia que a participação dos Guaicuru e dos Guaná se deu pela necessidade de impedir que suas terras, que foram invadidas, ficassem sob o domínio paraguaio. Devido a tradição guerreira e de intensa mobilidade, os Guaicuru além de saberem usar cavalos, canoas e armas, conheciam bem a região de fronteira, de modo que desde os anos 1860 foram enviados em missões de reconhecimento do território paraguaio para observar a movimentação inimiga (Corradini, 2006, p. 88). Os Kinikanau tiveram a aldeia em Albuquerque atingida, o que os levou a se envolverem no conflito (Esselin; Vargas, 2015, p. 373).

Os paraguaios, assim como o Império, fizeram aliança com a etnia indígena Kaiowá, que tinha uma tradição de ampla movimentação, como os Guaicuru, e por isso transitavam entre o Paraguai e o sul de Mato Grosso. Essas duas etnias possuíam uma relação prévia de rivalidade, algo que foi explorado pelos respectivos governos, relação essa apontada por Corradini como

um dos fatores que motivou a participação dos Guaicuru no conflito, assim como seu voluntarismo em adentrar as matas para patrulhamento (Corradini, 2006, p. 94).

A etnia Guaicuru habitava a região do Alto rio Paraguai, nas imediações do Forte Coimbra, onde se deu a primeira invasão paraguaia. Leverger, o então presidente da província após a saída de Albino de Carvalho, aponta em relatório de outubro de 1865 (p. 5) que o Forte resistiu bravamente por dois dias à invasão¹⁰⁷, mas não menciona que dez indígenas da etnia Guaicuru estavam defendendo o forte depois da deserção de diversos soldados, como aponta Mello (1951, p. 163 *apud* Corradini, 2006, p. 99). Os Guaicuru, por sua tradição guerreira, era um dos povos mais temidos da região, funcionando muitas vezes como “fronteiras vivas” no sul de Mato Grosso, impedindo o avanço dos invasores.

Após a tomada do Forte, o presidente da província, Albino de Carvalho, relata ao vice-presidente, Augusto Leverger, no relatório de 30 de agosto de 1865, o patriotismo dos matogrossenses e solicita auxílio para o governo imperial:

Posso afirmar a V. Ex. que não nos falta patriotismo, orgulho, e até direi mesmo valor, mas nossos recursos tanto de pessoal como de armamento e materiais de guerra, e quiza de gêneros alimentícios, para circunstâncias tais são escassos e de V. Ex. espero pronto socorro e providencias (Carvalho, 1865, p. 12 – APMT)¹⁰⁸.

Nesse mesmo relatório, o presidente da província evidencia que não possuía recursos financeiros e nem homens o suficiente para arcar sozinho com o conflito, e ainda salienta que depois de oito meses de guerra as entidades imperiais ainda não haviam enviado recursos para auxiliar a província nesse momento (Carvalho, 1865, p. 45 – APMT.)¹⁰⁹.

Essa é uma das questões que também fizeram com que os militares visassem as populações indígenas como alvos de recrutamento, algo evidenciado pelo Visconde de Taunay no momento da invasão e fuga de Miranda: “[...] em um primeiro alistamento duzentos e dezesseis terenas, trina e nove kinikinaus e vinte laianas. Os Guaicuru, através de seu capitão Nadô, formaram o compromisso de se juntarem com todos os seus guerreiros ao Exército Imperial” (1929, p. 130). Taunay relata que 275 indígenas se juntaram ao conflito, entre os Terena, Kinikanau, Laiana e Guaicuru. Além de soldados, os indígenas que acompanharam os soldados desertores também forneciam alimentos a estes devido a destruição dos campos em torno das vilas, realizado pelos paraguaios (Esselin; Vargas, 2015, p. 375).

¹⁰⁷ O dito presidente não divulga quais seriam esses dias.

¹⁰⁸ Relatório apresentado ao Ilmo. e Exmo. Snr. Augusto Leverger, vice-presidente da Província de Mato Grosso, pelo presidente Brigadeiro Alexandre Manoel Albino de Carvalho, em agosto de 1865. APMT/CRL.

¹⁰⁹ Idem.

Além do recrutamento voluntário, existia o forçado, e este se tornou muito comum com o avançar do conflito. Muitos homens não queriam servir enquanto soldados, por isso “concediam” a alforria a seus escravos em troca de que eles servissem no exército (Malerba, 1999). O mesmo ocorreu com indígenas, como podemos perceber no caso de um ancião da etnia Guaná que se alistou ao exército porque seus filhos menores de idade haviam sido recrutados (Corradini, 2006, p. 104).

Desse modo, podemos perceber as duas faces da participação indígena no conflito, de um lado temos o recrutamento arbitrário, de outro temos a necessidade de proteção de seus territórios. Os indígenas não podiam desertar com tanta facilidade de suas terras tradicionais como os recém-chegados europeus, pois a terra para os povos indígenas estava profundamente conectada as suas práticas culturais, sua tradição e cosmologia, a terra era para eles parte de sua existência, por isso muitos decidiram protegê-la, mesmo que o conflito não estivesse ligado a suas etnias (Esselin; Vargas, 2015, p. 373).

Um ponto importante a ser destacado é o apagamento na narrativa histórica da participação dessas populações no conflito, ao passo que a mesma evidencia atitudes como “selvagens” e “bravias”, como podemos notar por meio do Relatório de 1866, em que o vice-presidente da província, Albano de Sousa Osório, explicita que os “índios bravios” estavam realizando depredações e assassinatos “além de cometerem diversas depredações, os índios bravios matarão, no caminho de Goyaz hum estafeta do Correio, e no sitio do cidadão Joaquim José de Sampaio, hum escravo cuja cabeça pés e mãos deceparão” (Osório, 1866, p.7)¹¹⁰. O vice-presidente não menciona em momento algum as outras etnias que estavam lutando no conflito naquele momento.

Um ponto importante a ser destacado é que nesse período de guerra, os projetos de catequese e civilização foram paralisados, como é relatado pelo Barão de Aguapehy no Relatório de 1868: “desde a invasão nada se tem feito no sentido de chamar os índios ao seio da civilização, tendo sido aprisionados pelos paraguayos os missionários encarregados da catechese no Baixo-Paraguay” (Aguapehy, 1868, p. 5 – APMT). A visão de “chamá-los à civilização” não é algo que foge do imaginário político do período, pois no relatório de 1869 o presidente Barão de Melgaço salienta a necessidade de retomar a catequizaçã, assim como realizar o povoamento da província de forma a torná-la mais segura:

¹¹⁰ Relatório do vice-presidente da província de Mato Grosso na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 4 de julho de 1866 – APMT/CRL.

Depois da defesa de nossa fronteira, entendo que convem tratar-se de facilitar e tornar seguro o transito pelas estradas de Goiaz e S. Paulo, as quaes atravessão (...) quasi completamente ermo e infestado por hordas de índios bravios. Obvios e demonstrados pela experiencia são os males que causa esta como solução de continuidade que de alguma sorte segrega do Imperio esta vasta e despovoada Provincia (Melgaço, 1869, p. 16 – APMT)¹¹¹.

Como pudemos notar por meio desses Relatórios dos anos de conflito, os presidentes não mencionaram a participação indígena, apenas destacaram as “correrias” e práticas de “selvageria”, a todo momento os colocando na categoria de “bravios”, “bárbaros”, necessitados de uma suposta salvação pela chamada civilização. Mesmo que a guerra tenha sido ganha com a participação indígena, o colono não consegue em nenhum momento reconhecê-lo nem mesmo enquanto ser humano pleno.

Ao fim da guerra, as populações indígenas desempenharam papel na reconstrução dos territórios que haviam sido destruídos pelo conflito, foram elementos fundamentais na reorganização mercantil, como fornecedores de mão de obra, de produtos e de serviços. Neste período, a política de catequese e civilização em aldeamentos para o projeto assimilacionista, visando a expropriação das terras tradicionais indígenas, também é retomada (Almeida, 2012).

Ou seja, mesmo que tenham contribuído fortemente para a vitória brasileira na guerra e proteção da província, uma vez terminado o conflito, os indígenas retornaram ao patamar de “selvageria”, de sujeitos que necessitariam ser inseridos em um projeto civilizatório. Ao final da guerra, os povos indígenas acabaram por perder seus territórios, seja por sua movimentação no período do conflito que permitiu aos desertores brancos as ocuparem, seja pela área da fronteira ter passado a ser mais visada e protegida a partir de um povoamento não indígena mais intenso e tendo sido criados diversos postos militares ao longo da mesma.

¹¹¹ Relatório do presidente da província de Mato Grosso na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 20 de setembro de 1869. APMT/CRL.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente dissertação pretendi discutir a execução da política indigenista de aldeamento e a política indígena desenvolvida na província de Mato Grosso, por meio da análise de dois espaços, o aldeamento de Nossa Senhora do Bom Conselho e a Aldeia Normal de Miranda, ambos considerados como aldeamentos “de sucesso” no processo de “catequização e civilização” dos indígenas Guaná e seus subgrupos, Terena, Kinikanáo e Laiana. A pretensão foi refletir e analisar os critérios que levaram à atribuição de sucesso relativas a esses aldeamentos na execução da política indigenista, assim como de qual forma os indígenas inseridos nesses aldeamentos utilizaram desse espaço e dos meios legais que traziam para resistir e assim executar sua política indígena.

Inicialmente, propus uma análise acerca da política indigenista no Império do Brasil, visto que a vinda da família real em 1808 impactou significativamente a estrutura social e política da, então, Colônia, em uma tentativa de transformá-la em uma metrópole aos moldes europeus. A partir dessas práticas da recém-chegada corte, os conceitos de “civilização” e “modernização” perpassaram os ideais do novo Império, especialmente aplicados aos aspectos espaciais e matérias das cidades, e às populações indígenas. Vistas como representantes de um estado “selvagem”, o colonizador se colocava como instrumento de sua salvação através do ensino de sua língua, religião, rei, leis, vestimentas, e a própria história, dentre outros aspectos que entendiam os caracterizar enquanto seres humanos plenos.

Tal perspectiva, apesar de ter se iniciado com a colonização e expandido para o Império, permanece de maneiras distintas até a atualidade. Em meio a sociedade brasileira as populações indígenas continuam sendo consideradas “incivilizadas”, “selvagens” e, assim, representantes de um “atraso” ao país. Os discursos sociais dominantes ainda enquadram indígenas enquanto seres que deveriam permanecer nas matas, intocáveis em seu passado longínquo, ou quando nas cidades deveriam deixar suas práticas tradicionais, adequando-se a lógica e a cultura branca, num processo que historicamente marcou as visões assimilacionistas da política indigenista.

A partir das leituras bibliográficas e das fontes realizadas, percebi que a política indigenista mato-grossense nesse século poderia ser pensada a partir do binômio aldeamento e bandeira, ou, brandura e violência. O primeiro, visto como um meio brando, era aplicado em maioria aos povos considerados “mansos”, enquanto as expedições das bandeiras era uma medida mais violenta e que seria aplicada aos indígenas “bravios”. A caracterização dos povos

indígenas se dava entre essas duas categorias, de modo que a aplicabilidade da política também se alterava conforme essa atribuição.

Para as entidades governamentais só seria possível alcançar a “civilização” dos indígenas por meio do aldeamento, pois este seria o espaço em que seriam catequizados e ensinados nos costumes dos colonizadores. Às etnias consideradas como amigas, havia uma visão de que eram mais propensas para ocorrer a “salvação” por meio do aldeamento, que lhes ensinaria a religião católica, a língua portuguesa e os “bons costumes” brancos, de forma que poderiam abandonar sua vida “errante” de indígenas para serem assimilados a sociedade provincial enquanto “civilizados”. Já aos indígenas colocados como “bravios”, se optava pela expedição das bandeiras, supostamente como resposta à sua resistência física ao processo colonizador, quando atacavam as estradas e fazendas, ateando fogo, assassinando pessoas e perseguindo os viajantes.

Apesar de serem empregadas pelo governo provincial como duas facetas diferentes da política indigenista, percebe-se que os aldeamentos não eram mais brandos do que as bandeiras, ambas as ações eram violências em formatos diferentes, uma relativa a integridade física dos grupos étnicos a quem perseguia, e outra marcada por violências socioculturais, em uma tentativa de incutir a lógica e a premissa da colonização sobre os povos indígenas, bem como práticas que os levassem ao abandono de sua identidade indígena, pois uma vez “civilizados” já não seriam mais considerados “índios”. A perda da classificação do sujeito enquanto indígena também tinha conexão com o processo de expropriação das terras tradicionais indígenas, haja vista que uma vez que um sujeito deixasse de ser considerado “índio”, perdia o direito à terra, deixando-as disponíveis para aquisição de particulares.

Procurei compreender o que levou ao estabelecimento da política de aldeamento e de que forma foi considerada como “de sucesso” na província de Mato Grosso, especialmente os dois aldeamentos supracitados, bem como o que motivou as etnias presentes neles a realizarem uma política de aliança com o não indígena ao invés de uma política de maior resistência, como estavam desenvolvendo outras etnias na província.

Primeiramente, ao considerar o “sucesso” do projeto de aldeamentos, especialmente o de Nossa Senhora do Bom Conselho e da Aldeia Normal de Miranda, podemos concluir que tal atribuição não esteve relacionada às práticas impostas aos indígenas através do projeto assimilacionista dos aldeamentos, e sim a um reconhecimento positivado das próprias atividades e práticas culturais dos Guaná que viviam nestes espaços. Os Guaná eram tradicionalmente conhecidos pela sua política de aliança com outras etnias, a partir da qual exerciam trocas materiais e estabeleciam redes de proteção. Com o início do processo

colonizador, os Guaná optaram por estabelecer uma relação de proximidade e aliança com o homem branco ao invés da resistência física, escolha baseada em suas próprias formas de manutenção cultural, bem como a integridade de seu povo. Outro aspecto que a vivência no aldeamento lhes proporcionou foi o acesso a ferramentas do branco que facilitavam o serviço agrícola, característica cultural importante desse povo.

Devemos manter em perspectiva que o estabelecimento da aliança foi uma opção dos povos indígenas em questão, e que, apesar disso, ela não foi menos danosa para esses povos. Apesar de preservar a integridade física dos sujeitos que viviam nesses espaços, visto que as bandeiras eram agressivas e que não incomumente causavam a morte de diversos indígenas, os aldeamentos proporcionavam a perda de territórios, impactos na cultura, na língua, na religião e na vivência social, além dos freis também serem violentos, realizando prisões quando não era cumprida alguma determinação, dentre diversos outros fatores que proporcionaram mudanças no *modus vivendi* indígena.

Outro aspecto a ser considerado é que os aldeamentos gerenciados pelo governo provincial eram estabelecidos em localidades onde já existiam aldeias indígenas anteriormente, ou próximas a elas. O indígena que já habitava o local, não o abandonava com a chegada dos freis, visto a sua conexão com a territorialidade tradicional, e sua inserção nos aldeamentos passava a ser a opção menos danosa para se manter em seu território e continuar sua vivência em grupo, algo que foi utilizado pelos freis, diretores de aldeia e diretores gerais de índios.

Os aldeamentos de Nossa Senhora do Bom Conselho e a Aldeia Normal de Miranda apesar de serem ambos apontados como de sucesso, detinham diferenças significativas entre si. Primeiro, a aldeia do Bom Conselho apresentava uma maior proximidade com as vilas ao seu redor, bem como com o governo provincial ao fornecer gêneros alimentícios, artesanatos, guias para viagens e mão de obra para as fazendas. A aldeia de Miranda encontrava uma maior dificuldade, visto que os Terena, apesar de estabelecerem aliança e de sua proximidade, realizavam serviços quando desejavam, não respeitando muitas vezes os contratos estabelecidos pelos freis, mas também forneciam gêneros alimentícios para as vilas em seu entorno. Esses fatores nos revelam que, apesar de serem do mesmo grupo, eram diferentes entre si e apesar de optarem por estabelecer uma política de alianças, o faziam quando e da forma que favorecessem seus interesses.

Os critérios utilizados para avaliar esses aldeamentos como de sucesso pelas autoridades provinciais foi justamente sua proximidade com o não indígena, fornecendo mão de obra e abastecimento a província, muito menos do que a catequese e o domínio da língua portuguesa, que não eram tão enfatizados nos relatórios e correspondências quanto o retorno

econômico que os indígenas realizavam ao abastecerem as vilas com gêneros alimentícios, funcionarem como guias nos rios e nas matas aos viajantes e particulares, dentre outros serviços realizados. Entretanto, as ações desses grupos étnicos não devem ser entendidas exclusivamente como resposta a ação do colonizador, pois, antes da chegada dos europeus no estabelecimento da colonização, os grupos Guaná já eram caracterizados por suas práticas agrícolas e pela sua forma de estabelecer relações com outros grupos, abertura para o outro que modificava suas práticas culturais conforme seus contatos interétnicos ocorriam. Ou seja, o “sucesso” atribuído a política indigenista de aldeamentos foi proporcionado diretamente pela ação da política indígena previamente estabelecida e suas vivências tradicionais e não pelo trabalho do DGI e dos freis.

É importante salientar que mesmo dentro do contexto de aldeamento, com as ações de catequização religiosa e o ensino dos costumes europeus, as populações indígenas permaneciam com sua autonomia. Suas lideranças, caciques e xamãs continuavam tendo reconhecimento e autoridade em meio ao povo e, até mesmo, para com os padres e diretores, que comumente utilizavam as lideranças como formas de efetivar a política. E mesmo estando sob a direção dos freis ou dos diretores gerais, continuavam a realizar as atividades agrícolas e o abastecimento das vilas, conforme seus interesses, como é o caso dos Terena, assim como o cumprimento de contratos de serviço, como guias nas matas ou nos rios, mão de obra nas fazendas, dentre outros, que, formulado pelos diretores das aldeias, se não houvesse disposição dos indígenas para realizar o mesmo, não realizavam, mesmo estando “aldeados”.

Além da política de alianças, diversas etnias não tiveram o interesse em praticar a proximidade, e sim desejavam ver distante a ação colonizadora, de forma que realizaram ações agressivas, como roubos, assassinatos, incêndios em fazendas, perseguições de viajantes, dentre outras, que procuravam um distanciamento dos não-indígenas, afastando-os dos seus territórios tradicionais. Outras populações se aproximaram para alcançar algum favorecimento, seja proteção de algum outro grupo étnico inimigo, de negros escravizados, ou para obter ferramentas e outros objetos, mas não mantiveram relações próximas, nem realizavam abastecimento da província.

Além das alianças, dos embates e outras trocas, vimos uma ação da política indígena desenvolvida durante a guerra contra o Paraguai. O conflito, por ter se desenrolado em territórios indígenas, contou com uma grande presença desses povos para abastecimento e abrigos aos exércitos, guias em meio as matas e florestas, assim como soldados. Entretanto, as entidades governamentais quase não mencionam essa participação nos Relatórios e

Correspondências oficiais, tendo sido sua participação e importância registradas apenas através de relatos de viajantes ou de participantes da guerra.

O envolvimento desses grupos no conflito se deu de diversas maneiras, seja de forma obrigatória, por meio do alistamento forçado, seja de forma voluntária, decorrente de uma necessidade de defender seus territórios dos paraguaios e outras etnias indígenas, como os Guarani, que estavam envolvidos na guerra do lado inimigo. Além disso, algumas etnias, como os Terena, também viram no conflito uma forma de tentar proteger e assegurar seus direitos às terras tradicionais. Mesmo com essa premissa, o governo não concedeu a esses povos seus territórios, que foram em sua maioria ocupados por fazendas particulares, fornecendo as autoridades indígenas apenas condecorações ou títulos militares. Estas últimas, foram tomadas por eles como meios de efetivar sua política, pois esses líderes utilizaram de suas patentes e sua participação na guerra como uma forma de luta legal pelo direito a terra nos fins do século XIX e no início do século XX, mostrando mais uma vez a utilização da política indigenista para a efetivação da política indígena.

A partir dessas considerações pode-se notar as diversas formas em que os povos indígenas do Mato Grosso se construíram como sujeitos autônomos na história. Seja pela aliança, pela guerra ou pela violência, as diferentes populações indígenas da província encontraram meios durante o processo da colonização de serem atores políticos conforme seus interesses, defendendo-se e gerando resistência, seja ela por meio da expulsão do colonizador de suas terras ou pela sobrevivência de suas formas de vida.

A inserção no aldeamento se mostrava a forma mais eficaz aos Guaná de assegurar o seu bem-viver e suas características culturais importantes, como a vida em coletividade, mesmo que significasse ter de compartilhar o espaço com outros grupos e ter de aprender características da cultura do colonizador, nos revelando o porquê estavam naqueles espaços sem uma resistência física aparente. Ainda existem lacunas em nosso conhecimento, pois as fontes, por serem oficiais e, portanto, escritas por e para os brancos, revelam apenas o lado da ação colonizadora, não temos escritos dos indígenas daquele período, naquele espaço, nos relatando sua experiência, o que seria enriquecedor.

As ações violentas de outros povos indígenas, tornando a resistência uma ação ativa e física, não invalida a resistência contida na política de alianças desenvolvida por outros grupos. Como já foi abordado, as populações indígenas são diversas e sua forma de construir a política também, e isso pode ser notado na história indígena de Mato Grosso durante o oitocentos. Alguns grupos preferiam manter a distância da ação colonizadora, não desejando a troca cultural que ocorreria e nem ceder seus territórios e serviços, apesar de correrem risco de vida

com esse processo devido as respostas agressivas que os governantes realizavam com a expedição das bandeiras, ainda assim optaram por estabelecer essa forma de política.

Por meio dos assaltos e perseguições, esses grupos conseguiam alcançar diversas ferramentas e vestimentas dos fazendeiros, revelando que haviam outras formas de obter os bens materiais do colonizador sem uma proximidade com ele. A ação da aliança não era apenas para obter “brindes”, como foi apontado por alguns presidentes da província, havia muito mais nesse processo do que os governantes compreendiam acerca da política indígena, algo que nos parece permanecer até a atualidade, pois diversos brasileiros não compreendem as motivações pela demarcação de terras, por exemplo, que é a questão mais latente na política indígena contemporânea, alegando que não existe necessidade de “tanta terra”, mas não compreendem a importância da territorialidade para a própria identidade e existência indígena.

Apesar de diversos avanços nos estudos e construções da história indígena, especialmente partindo da antropologia, com a inserção de autores e autoras de diferentes povos adentrando na academia e desenvolvendo um processo de ressignificação da história brasileira, muito ainda há de se desenvolver, especialmente no avançar desse conteúdo para a sociedade geral e para outras áreas do conhecimento.

De forma geral, durante a construção dessa dissertação foram percebidas as construções diversas da ação política indigenista na província de Mato Grosso, em suas vertentes que, apesar de serem defendidas como diferentes, vemos que eram duas facetas da mesma moeda. Contrapondo a essa perspectiva, temos a ação dos indígenas, que foram intensas, desmistificando sua passividade e demonstrando que o sucesso defendido pelos governos teria se dado apenas com o protagonismo indígena, a partir de escolhas que também os favoreciam em um novo contexto sócio-histórico.

FONTES

BRASIL. Decreto nº 426, de 24 de julho de 1845. Contém o Regulamento acerca das Missões e Catequese dos Índios. – Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/387574/publicacao/15771126> último acesso em: 19/02/2024 às 18:15.

Relatórios

BUENO, José Pimenta. **Discurso recitado pelo Presidente da Província de Mato Grosso**, na abertura da primeira sessão da segunda legislatura da Assembleia Provincial, em 1 de março de 1838. Arquivo Público de Mato Grosso/*Center for Research Libraries*.

CARDOZO JUNIOR, Francisco José. **Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso**, na Assembleia Legislativa Provincial, em 4 de outubro de 1872. Arquivo Público de Mato Grosso/*Center for Research Libraries*.

CARVALHO, Brigadeiro Alexandre Manoel Albino de. **Relatório apresentado ao Presidente da Província de Mato Grosso**, Augusto Leverger, pelo vice-presidente, em agosto de 1865. Arquivo Público de Mato Grosso/*Center for Research Libraries*.

JARDIM, Ricardo José Gomes. **Discurso recitado pelo exmo. Presidente da Província de Mato Grosso**, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 1º de março de 1845. Arquivo Público de Mato Grosso/*Center for Research Libraries*.

_____. **Discurso recitado pelo exmo. Presidente da Província de Mato Grosso**, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 10 de junho de 1846. Arquivo Público de Mato Grosso/*Center for Research Libraries*.

LEVERGER, Augusto. **Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso**, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 10 de maio de 1851. Arquivo Público de Mato Grosso/*Center for Research Libraries*.

_____. **Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso**, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1852. Arquivo Público de Mato Grosso/*Center for Research Libraries*.

MELGAÇO, Barão de. **Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso**, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 20 de setembro de 1869. Arquivo Público de Mato Grosso/*Center for Research Libraries*.

OLIVEIRA, Joaquim José de. **Relatório do Presidente da Província de Mato Grosso**, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1849. Arquivo Público de Mato Grosso/*Center for Research Libraries*.

OSÓRIO, Albano de Sousa. **Relatório do Vice-Presidente da Província de Mato Grosso**, na sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1857. Arquivo Público de Mato Grosso/*Center for Research Libraries*.

PENNA, Herculano Ferreira. **Relatório do exmo. Presidente da Província de Mato Grosso**, na Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1862. Arquivo Público de Mato Grosso/*Center for Research Libraries*.

_____. **Relatório do exmo. Presidente da Província de Mato Grosso**, na Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1863. Arquivo Público de Mato Grosso/*Center for Research Libraries*.

REZENDE, Estevão Ribeiro de. **Discurso recitado pelo exmo. Presidente da Província de Mato Grosso**, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial, em 1 de março de 1840. Arquivo Público de Mato Grosso/*Center for Research Libraries*.

RIBEIRO, Manoel Alves. **Discurso recitado pelo exmo. vice-presidente da Província de Mato Grosso**, na abertura da sessão ordinária da Assembleia Legislativa Provincial, em 3 de maio de 1848. Arquivo Público de Mato Grosso/*Center for Research Libraries*.

Correspondências

AGUAPEHY, Barão de. **Correspondência** enviada ao chefe de polícia da freguesia de Albuquerque, João Matos, em 27 de julho de 1863. Cuiabá, Diretoria Geral dos Índios – APMT.

BAGNAIA, Mariano. **Correspondência** enviada para o Diretor Geral de Índios, João Batista de Oliveira, em 10 de dezembro de 1854. Cuiabá, Acervo Casa Barão de Melgaço.

LEITE, Alexandre José. **Correspondência** enviada ao presidente da província, Albano de Sousa Osório, em 20 de junho de 1866. Cuiabá, Diretoria Geral dos Índios – APMT.

LEVERGER, Augusto. **Ofício** enviado pelo exmo. Presidente da Província de Mato Grosso ao Diretor da Aldeia de Nossa Senhora do Bom Conselho, frei Mariano de Bagnaia, em 26 de setembro de 1856. Cuiabá, Diretoria Geral dos Índios – APMT.

VIEIRA, Henrique José. **Correspondência** enviada para o presidente da província Augusto Leverger. Cuiabá, 9 de abril de 1853. Cuiabá, Diretoria Geral dos Índios – APMT

_____. **Correspondência** enviada para o presidente da província Augusto Leverger. Cuiabá, 3 de maio de 1853. Cuiabá, Diretoria Geral dos Índios – APMT

_____. **Correspondência** enviada para o presidente da província Augusto Leverger. Cuiabá, 24 de outubro de 1853. Cuiabá, Diretoria Geral dos Índios – APMT.

_____. **Correspondência** enviada para o presidente da província Augusto Leverger. Cuiabá, 24 de novembro de 1853. Cuiabá, Diretoria Geral dos Índios – APMT.

_____. **Correspondência** enviada para o presidente da província Augusto Leverger. Cuiabá, 29 de novembro de 1853. Cuiabá, Diretoria Geral dos Índios – APMT.

_____. **Correspondência** enviada para o presidente da província Augusto Leverger. Cuiabá, 17 de abril de 1854. Cuiabá, Diretoria Geral dos Índios – APMT

_____. **Correspondência** enviada ao diretor da aldeia de Nossa Senhora do Bom Conselho, frei Mariano de Bagnaia, no dia 8 de agosto de 1854. Cuiabá, Diretoria Geral dos Índios – APMT.

_____. **Correspondência** enviada ao presidente da província, Augusto Leverger, em 17 de abril de 1854. Cuiabá, Diretoria Geral dos Índios – APMT.

_____. **Correspondência** enviada ao diretor da aldeia de Nossa Senhora do Bom Conselho, frei Mariano de Bagnaia, no dia 11 de janeiro de 1855. Cuiabá, Diretoria Geral dos Índios – APMT.

_____. **Correspondência** enviada ao presidente da província, Augusto Leverger, em 20 de novembro de 1856. Cuiabá, Diretoria Geral dos Índios – APMT.

_____. **Correspondência** enviada ao chefe de política, Joaquim Augusto de Holanda Costa Freire, em 21 de outubro de 1856. Cuiabá, Diretoria Geral dos Índios – APMT

_____. **Correspondência** enviada ao presidente da província Augusto Leverger, em 11 de dezembro de 1857. Cuiabá, Diretoria Geral dos Índios – APMT.

_____. **Correspondência** enviada ao presidente da província Joaquim Raimundo Lamare. Em 17 de janeiro de 1858. Cuiabá, Diretoria Geral dos Índios – APMT

_____. **Correspondência** enviada ao presidente da província Joaquim Raimundo Lamare. Em 30 de abril de 1858. Cuiabá, Diretoria Geral dos Índios – APMT.

_____. **Correspondência** enviada ao presidente da província Joaquim Raimundo Lamare, em 31 de dezembro de 1858. Cuiabá, Diretoria Geral dos Índios – APMT.

_____. **Correspondência** enviada ao presidente da província, Joaquim Raimundo Lamare, em 9 de setembro de 1859. Cuiabá, Diretoria Geral dos Índios – APMT.

_____. **Correspondência** enviada ao presidente da província, Antonio Pedro de Alencastro, em 6 de setembro de 1860. Cuiabá, Diretoria Geral dos Índios – APMT.

_____. **Correspondência** enviada ao presidente da província, Antonio Pedro de Alencastro, em 20 de julho de 1860. Cuiabá, Diretoria Geral dos Índios – APMT.

_____. **Correspondência** enviada ao presidente da província, Antonio Pedro de Alencastro, em 17 de julho de 1861. Cuiabá, Diretoria Geral dos Índios – APMT.

_____. **Correspondência** enviada ao presidente da província Herculano Ferreira Penna, em 31 de março de 1862. Cuiabá, Diretoria Geral dos Índios – APMT.

_____. **Correspondência** enviada ao presidente da província Herculano Ferreira Penna, em 28 de abril de 1862. Cuiabá, Diretoria Geral dos Índios – APMT.

REFERÊNCIAS

- ABERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita. **Pacificando o branco: cosmologia do contato no norte-amazônico**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região**. Revista Fronteiras, Dourados/MS, v.10, n. 17, p. 55-67, jan./jun. 2008.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo**. Revista História Hoje, v. 1, nº 2, p.21-39, 2012.
- ALMEIDA, Marli Auxiliadora de. **Índios Fronteiriços: a política indigenista de fronteira e políticas indígenas na Província de Mato Grosso entre a Bolívia e o Paraguai (1837-1873)**. Porto Alegre: UFRS, 2013.
- AMADO, Luiz Henrique Eloy. **Vukápanovo: o despertar do povo terena par aos seus direitos: movimento indígena e confronto político**. Rio de Janeiro: E-papers, 2020.
- AMOROSO, Marta Rosa. **Mudança de hábito: catequese e educação para índios nos aldeamentos capuchinhos**. XXI Encontro Anual da Anpocs. 1997.
- ANGELO, Leonardo Bassoli. **Projetos e perspectivas na construção da nação brasileira (1822-1840)**. Projetos e perspectivas na construção da nação brasileira (1822-1840). Sæculum – Revista de História [33]; João Pessoa, p. 31-47, jul./dez. 2015.
- BASTOS, Carlos Augusto. **Fronteiras e relações transfronteiriças na América Ibérica**. Almanack, Guarulhos, 2021.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, Arte e Política**. 3ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BITTENCOURT, Circe Maria; LADEIRA, Maria Elisa. **A história do povo Terena**. Brasília: MEC, 2000.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- CASTELNAU, Francis. **Expedição às regiões centrais da América**. Tomo I e II. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1949.
- CASTRO, Iára Quelho de. **Os Kinikanau: persistência e percepções**. In: Povos indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais. Orgs. Graciela Chamorro, Isabelle Combès. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.
- CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado – pesquisas de antropologia política**. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- COSTA, Maria de Fátima. **Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, 2001.

CORRADINI, Cilene Moreno. **Os Guaikuru-Kadiwéu no contexto da Guerra do Paraguai: fronteiras, relações interétnicas e territorialidade**. Maringá: Dissertação de Mestrado, 2007.

CUNHA, Manuela Carneiro da. A política indigenista no século XIX. In: **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A interiorização da metrópole, In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). **1822 – Dimensões**. São Paulo, Perspectiva, 1972.

DOIN, José Evaldo de Mello. **A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no mundo do café (1852-1930)**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.27, nº55, 2007.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FERREIRA JUNIOR, Adalto Vieira. **Política indigenista e agência indígena na província de Mato Grosso – século XIX**. Dissertação de Mestrado. Dourados/MS: UFGD, 2017.

GALETTI, Lylia da Silva Guedes. **Sertão, fronteira, Brasil: imagens de Mato Grosso no mapa da civilização**. Cuiabá, MT: Entrelinhas, 2012.

GOMES, Geisiane Anatólia. **Decolonialismo e a crítica à história única: possibilidades para a historiografia sobre os povos originários do Brasil**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História, 2018.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. **Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional**. Tempos Históricos, Rio de Janeiro, nº 1, 1988.

HOWARD, Catherine. A domesticação das mercadorias: estratégias Waiwai. In: ABERT, Bruce; RAMOS, Alcida Rita. **Pacificando o branco: cosmologia do contato no norte-amazônico**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

KAYAPÓ, Edson. **As diversas roupagens das guerras justas contra os indígenas**. História em Quarentena, online, 2020.

LIBÂNIO, Pedro; FREIRE, José Ribamar Bessa. Rondon, o Brasil dos sertões e o projeto de nação. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (org.). **Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos índios (1910-1967)**. Rio de Janeiro: Museu do Índio – FUNAI, 2011.

MALERBA, Jurandir. **O Brasil Imperial (1808-1889): panorama da história do Brasil no século XIX**. Maringá: Eduem, 1999.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. Editora HUCITEC, São Paulo, 1993

MONTEIRO, John M. **Tupis, Tapuias e Historiadores**: estudos de História Indígena e do Indigenismo. Campinas: IFHC-UNICAMP, agosto de 2001.

MOURA, Noêmia, ACCOLINI, Grazielle. Os Terena em Mato Grosso do Sul. In: **Povos indígenas em Mato Grosso do Sul**: história, cultura e transformações sociais. Org. Graciela Chamorro, Isabelle Combès. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2015.

ODEMAR, Leotti. **O labirinto das almas**: diretoria geral dos índios – política indigenista em Mato Grosso (1831-1889). Campinas/SP: s.n., 2001.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: MEC/UNESCO, 2006.

_____. **O nascimento do Brasil**: revisão de um paradigma historiográfico. Anuário Antropológico, Brasília/DF, v. 35, n.1, 2015.

_____. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra capa, 2016.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Do índio ao bugre**: o processo de assimilação dos Terêna. Rio de Janeiro, F. Alves, 1976.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Política indigenista no Brasil imperial. In: GRINBERG, Keila e SALLES, Ricardo (orgs.). **O Brasil Imperial**. Vol. 1, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **A Escrita da História**: novas perspectivas. Editora UNESP, 1992.

SILVA, Verone Cristina da. **Missão, aldeamento e cidade**: os Guaná entre Albuquerque e Cuiabá (1819-1901). Cuiabá: Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2001.

SPOSITO, Fernanda. **Liberdade para os índios no Império do Brasil**: a revogação das guerras justas em 1831. Almanack. Guarulhos, n. 01, p.52-65, 2011.

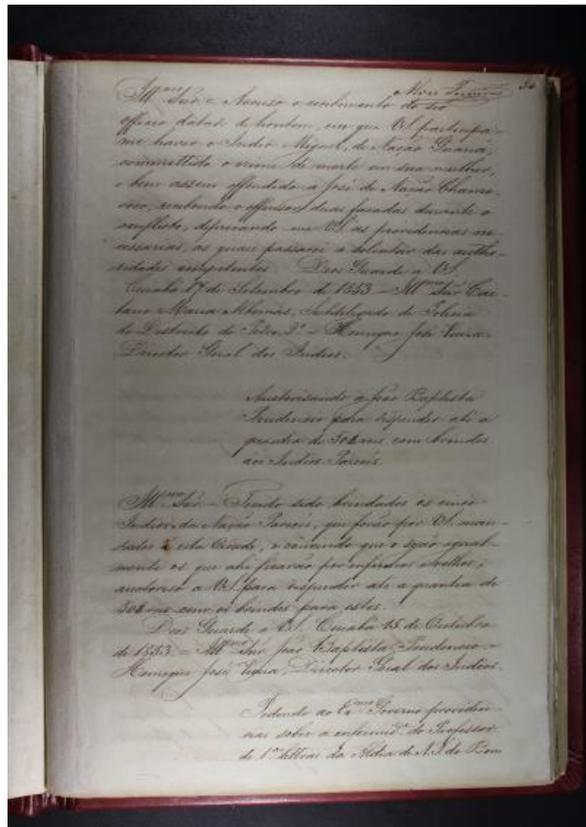
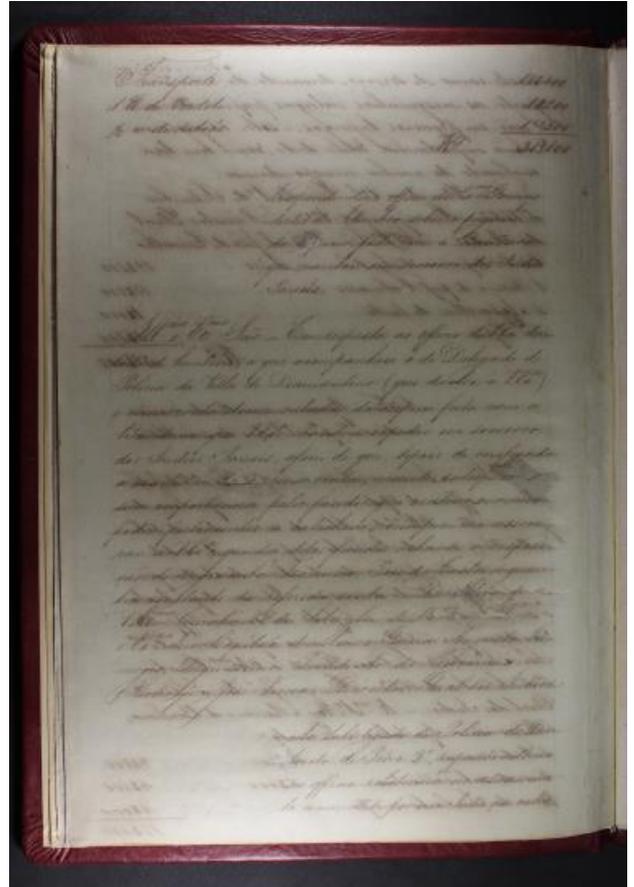
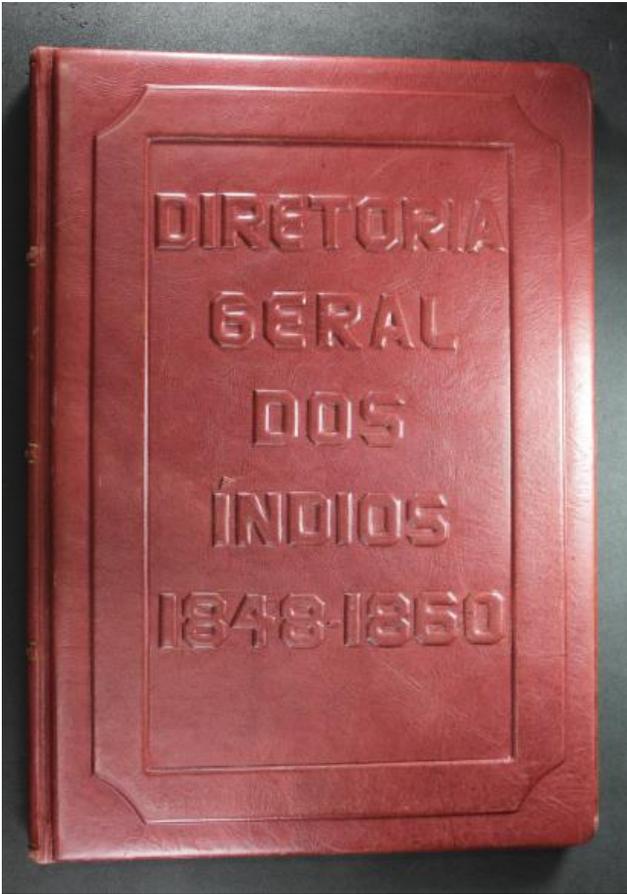
TAUNAY, Visconde de. **Em Matto Grosso invadido 1866-1867**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1929.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. **A questão indígena na província de Mato Grosso**: conflito, trama e continuidade. Campo Grande: Editora UFMS, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. **O dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. **A construção do território Terena (1870-1966)**: uma sociedade entre a imposição e a opção. Dissertação de Mestrado – UFMS, Dourados/MS, 2003.

ANEXO A – Imagem das fontes da Diretoria Geral de Índios



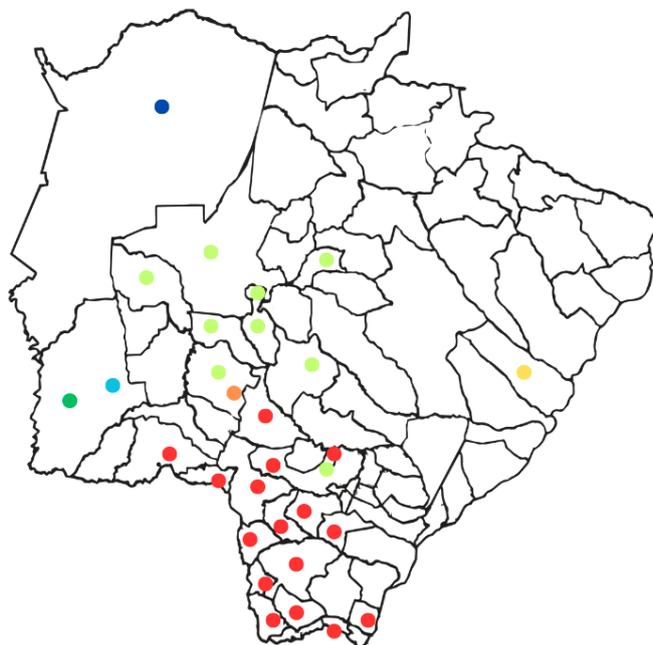
ANEXO B – Mapa do SESAI/MS das populações indígenas em Mato Grosso do Sul na atualidade

Povos Indígenas nos municípios do estado de Mato Grosso do Sul

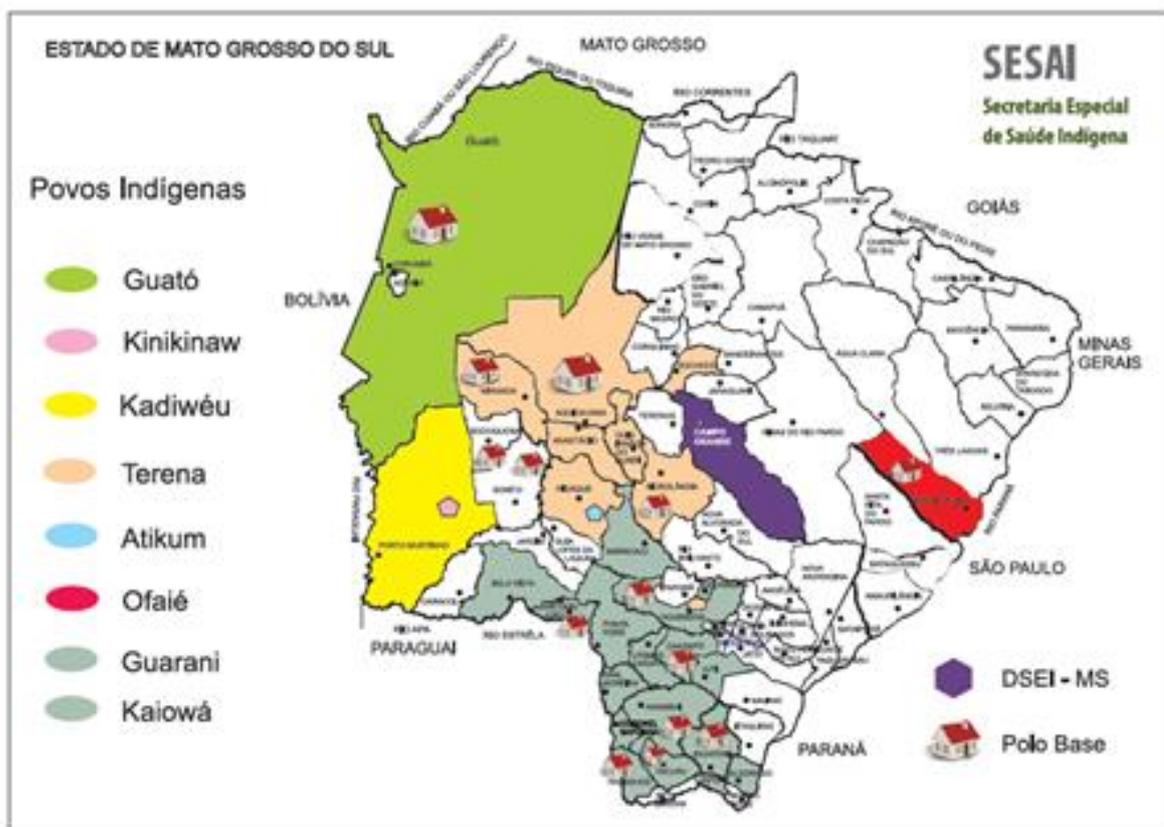
Mapa com o distribuição dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul de acordo com sua localização

- Guató
- Kinikinaw
- Kadiwéu
- Terena
- Atikum
- Ofaié
- Guarani-Kaiowá

Fonte: SESAI/MS-SIASI- Dezembro/2011



Fonte: SESI/MS



Fonte: SESAI/MS

**ANEXO C – Foto dos indígenas Guaná por Hércules Florence na expedição
Langsdorff (1825-1829)**

